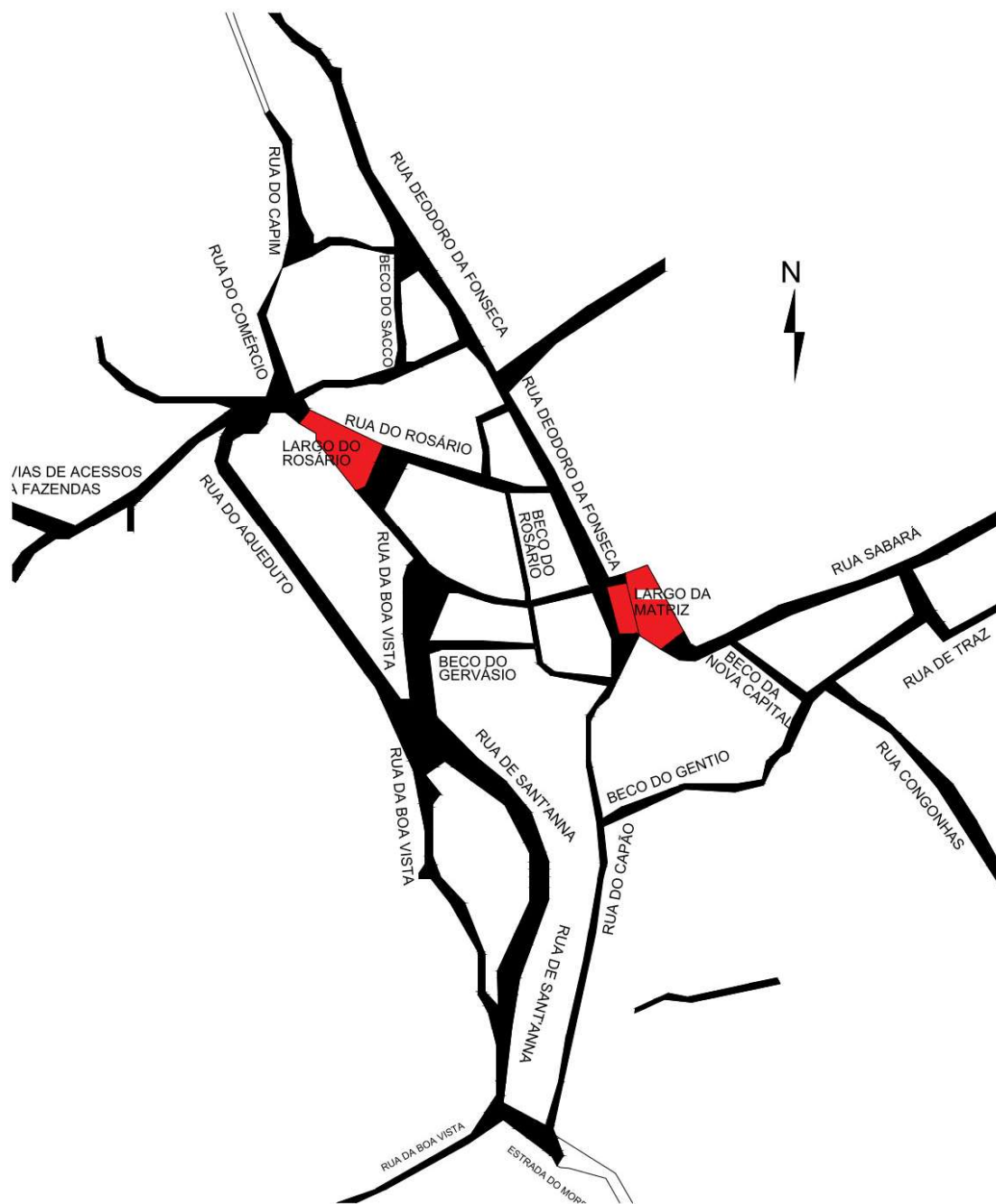


O DESAPARECIMENTO DO ARRAIAL

E ALGUMAS CRÔNICAS DO FIM DO MUNDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura
Programa de Pós-graduação e Arquitetura e Urbanismo

Juliana Cardoso Marques

**O DESAPARECIMENTO
DO ARRAIAL
E ALGUMAS CRÔNICAS DO FIM DO MUNDO**

Belo Horizonte
2022

Juliana Cardoso Marques

O DESAPARECIMENTO DO ARRAIAL

E ALGUMAS CRÔNICAS DO FIM DO MUNDO

Versão Final

Tese apresentada ao curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Canuto

Belo Horizonte

2022

Autorizo a reprodução total ou parcial desse trabalho, em meio convencional ou eletrônico, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

M357d Marques, Juliana Cardoso.
O desaparecimento do Arraial e algumas crônicas do fim do mundo [manuscrito] / Juliana Cardoso Marques. – 2022.
184 f. : il.

Orientador: Frederico Canuto.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Cidades e vilas – Teses. 2. Urbanismo – Teses. 3. Materialismo Histórico – Teses. 4. Belo Horizonte – História – Teses. I. Canuto, Frederico. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 981.511



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

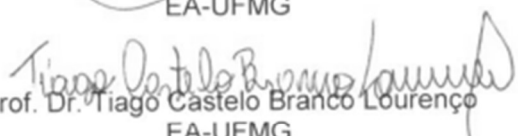
O desaparecimento do Arraial e algumas crônicas do Fim do Mundo

JULIANA CARDOSO MARQUES

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

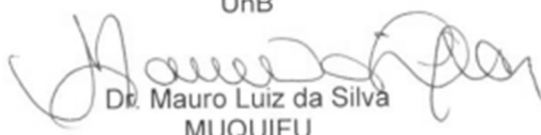
Aprovada em 14 de dezembro de 2022, pela Comissão constituída pelos membros:


Prof. Dr. Frederico Canuto - Orientador
EA-UFMG


Prof. Dr. Tiago Castelo Branco Lourenço
EA-UFMG


Profa. Dra. Junia Cambraia Mortimer
UFBA


Profa. Dra. Maria Fernanda Derntl
UnB


Dr. Mauro Luiz da Silva
MUQUIFU

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2022.

*Em memória de meu pai, Euclides, que
faleceu antes de me ver entrar no
programa de doutorado.*

*Em homenagem aos 700 mil mortos pela
pandemia de Covid 19 no Brasil.*

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

As condições para a realização deste trabalho foram extremamente particulares: em boa parte, desenvolvido durante a pandemia de COVID-19 que matou mais de 700 mil brasileiros entre os anos de 2020 e agora, final de 2022. Foi também um trabalho realizado sob um governo que trabalhou em prol da morte pelo vírus, estimulando a saída às ruas, colocando a economia com o um valor superior à vida, atrasando a vacinação. Um governo que sempre se colocou contra a educação superior e a pesquisa nacional, especialmente na área das ciências sociais e humanas. A lista de agradecimentos aqui, vai, portanto, a pessoas que foram fundamentais para que eu conseguisse não só realizar meu trabalho, mas sobreviver a esse período: em primeiro lugar minha mãe, Maria Célia, que passou o isolamento ao meu lado. Enfrentar esse momento junto a alguém tão importante fez da tarefa da nossa sobrevivência algo maior que mim mesma.

Preciso agradecer ao meu irmão, Carlos Augusto, e ao meu grupo de amigos (vocês sabem quem são) por, mesmo sem podermos nos encontrar fisicamente, formaram minha rede de apoio. Gostaria de agradecer ao Índigo Pessoa, meu revisor, professor de espanhol e companhia virtual durante o pior período pandêmico, e à Fal Azevedo, minha preparadora de textos, que conseguiu me manter pensando neste trabalho mesmo quando não fazia sentido algum pensar nele. É preciso uma vila para se ter o privilégio de parar para pensar.

Imensamente agradeço à orientação do professor Frederico Canuto, fundamental para que o trabalho adquirisse a forma que tomou, saindo de um emaranhado de dúvidas metodológicas e campos inviabilizados para um olhar sobre o que nos era vedado procurar, e ao grupo Práticas de Encontro, cujos encontros e

ideias foram enormemente enriquecedores. Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais (NPGAU) e seu colegiado, que foi compreensivo com as dificuldades do percurso, em especial à secretária Maria Paula e aos funcionários das Bibliotecas da UFMG. Finalmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a CAPES, cujo financiamento possibilitou que me dedicasse a este estudo.

“[...] a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais”.

(Karl Marx)

“Nunca houve um monumento à cultura que não fosse também um monumento da barbárie”.

(Walter Benjamin)

RESUMO

Este trabalho é uma investigação que busca incorporar as dimensões do imaginário social e da especulação, a fim de tensionar lacunas historiográficas na escrita hegemônica a respeito do projeto de construção da Nova Capital de Minas Gerais. Através da compreensão de como se constrói o imaginário dominante imaginar onde estão as frestas dos arquivos oficiais que permitem encontrar as omissões e, dessa forma, pensar uma história-Outra do território ou uma história do Outro na cidade. Apresentamos, aqui, como resultado, um quadro de visões sobre o que significava a Modernidade no século XIX e como as imagens desse quadro resultam no desejo do desaparecimento da forma urbana do Arraial e da necessidade de apagamento do registro das edificações precárias típicas do período colonial, as cafuas. Essas edificações não aparecem nos arquivos do IPHAN, nem como parte do vocabulário arquitetônico histórico. Também não são corretamente levantadas pela Comissão Construtora da Nova Capital. Porém, como descreveria o filósofo Walter Benjamin, “perseguem a modernidade como fantasmagorias”: como lendas urbanas (por exemplo, a Maria Papuda que assombra a capital mineira), como o conjunto de edificações que funda o Morro, futura favela, como o imaginário da resistência tanto à Modernização como à forma de Estado da República.

Palavras-chave: Belo Horizonte; História Urbana; Teoria do Urbanismo, Estudos Decoloniais; Materialismo Histórico; Curral D’El Rey

ABSTRACT

This investigation seeks to acknowledge the possibility of incorporating the social imaginary and the speculation to highlight some historiographical gaps in the writing hegemony, specifically on the construction of the newly designed Nova Capital for the Brazilian state of Minas Gerais that took place in the late 19th century. To approach these constructions, we looked through official archives to find the omissions that could make up an “Other-story”, or a history of the Other in the city. As a result, we present a frame of what Modernity meant to 19th-century Brazilian intellectuals and how these frame images linked directly to the disappearance of the urban form of “Arraial”. And along with it, the lack of registers on precarious buildings typical of this colonial period, the “cafuas”. These buildings do not appear in Brazil’s National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) archives, nor as part of the historical architectural vocabulary. It is also not correctly registered by the Construction Committee of the New Capital (CCNC). Nevertheless, it advances into Modernity in a way Walter Benjamin would call phantasmagoria: part as urban myths (like “Maria Papuda” haunting the capital since then), part as a type of building that shapes the Morro urban form – nowadays known as “Favela”. Besides that, it is also an imaginary of resistance to both Modernization itself and the Republican government.

Keywords: Belo Horizonte; Urban History; Urban Theory; Decolonial Studies, Historical Materialism; Curral D’El Rey

APRESENTAÇÃO

A escrita de uma história não produz apenas a sistematização de eventos acontecidos e encerrados, também pode produzir um conjunto de noções a respeito da identidade de um povo e de quais questões devem ser trabalhadas para que seu curso manifesto se dê de forma adequada. Essa ideia foi extremamente explorada no Brasil, ao se tornar um estado nacional independente a partir de 1824. O que é, afinal o Brasil? Quais são seus desafios e como nos lançar ao Progresso, o grande problema historiográfico no século XIX, criou um conjunto de imagens instrumentalizadas até os dias de hoje em prol das ações de governo do país?

O que me coube neste trabalho, em meio às minhas enormes limitações, foi uma tentativa de compreender alguns mecanismos ideológicos que participam da formação do imaginário da modernização da cidade. Um imaginário social, técnico e político-econômico produzindo o que denomino “Imagens Urbanas”, um conjunto de descrições, conceitos e noções do espaço construindo um imaginário a respeito de como se deveria dar, idealmente, o desenvolvimento de cidades no Brasil.

A dialética intrínseca a essas imagens, “o salto do tigre” de Benjamin,¹ se dá, a meu ver, na forma como a subjetividade também é colonizada por imagens que mobilizam os afetos em torno do tipo de espaço urbano que se deseja ou se precisa. Desejo, necessidade e vontade (como na música Comida, dos Titãs, a gente quer inteiro e não pela metade) produzem e são produtos da subjetividade, ou, como Marx afirmou nas Teses sobre Feuerbach (1845), a essência humana está no “conjunto das relações sociais”, não como uma abstração do indivíduo. Conjunto das relações sociais que se dão, necessariamente, num determinado tempo e espaço. Num contexto mundial cuja hegemonia é determinada dentro do sistema derivado do processo de colonização moderno, que resulta na forma contemporânea de sistema

¹ “A Revolução Francesa se concebia como o retorno do Império Romano. Ela citava a antiga Roma exatamente como a moda cita um traje antigo. A moda possui o faro pela atualidade sempre quando ela se move no emaranhado do então. Ela é o salto de tigre para o passado. No entanto, esse salto acontece numa arena que está sob o comando da classe dominante. O mesmo salto sob o céu livre da história é o salto dialético que, para Marx, representava a revolução”. (BENJAMIN, 1987, p230.).

de produção e acumulação do capital, os processos de produção de subjetividade e Cultura também são colonizados, ou seja, são povoados de um imaginário construído na relação com os centros de poder, do desejo de se adequar e da necessidade de se subjugar. O recorte, aqui, é entender o quê, quais pessoas, edificações e paisagens esses mecanismos trataram de “cortar”, “editar”, para a adequação à criação de uma Identidade nacional alinhada com a posição do Brasil dentro desse Sistema, tanto do seu desejo interno quanto pela sua subordinação externa.

Não necessariamente é possível completar as ausências, mas apenas trazer esses vazios à tona.

LISTA DE **ILUSTRAÇÕES**

Figura 1: “Panorama Geral do Arraial”, fotografia do Gabinete Photographic (agosto de 1894)	55
Figura 2: Altos funcionários da Comissão, fotografia em albumina de João Salles (entre 1895 e 1897).....	64
Figura 3: “Largo da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem”, óleo sobre tela de Emílio Rouède (1894)	74
Figura 4: “Largo da Matriz”, fotografia de João Salles (1894)	75
Figura 5: “Rua do Sabará”, óleo sobre tela de Emílio Rouède (1894).....	76
Figura 6: “Rua do Rosário”, fotografia em albumina entre 1894 e 1895.....	77
Figura 7: “Panorama do Arraial”, óleo sobre tela de Emílio Rouède, 1894, atualmente alto do Cruzeiro	78
Figura 8: “Panorama B do Arraial”, fotografia de [João Salles], [1895]. Atualmente, morro do Cruzeiro	79
Figura 9: Cubatas de Angola, fotografia de autoria desconhecida	80
Figura 10: Placa da Rua Avelino Fóscolo, em Belo Horizonte	83
Figura 11: Primeira edição do jornal Bello Horizonte, editado pelo padre Martins Dias (1895).....	86
Figura 12: Quadro do Recenseamento Geral do Império, referente à Província de Minas (1872)	101
Figura 13: Quadro do Recenseamento Geral da República (1890)	102
Figura 14: Planta geral da Cidade de Minas, contando aqui com as áreas suburbanas e de sítios.....	109
Figura 15: Planta da Poligonal, corresponde à Cidade de Minas proposta pela CCNC, sobreposta à atual de Belo Horizonte	110
Figura 16: Rancho Velho da Papuda, fotografia, [1894].....	112
Figura 17: “A Má Notícia”, óleo sobre tela de Belmiro de Almeida (1897).....	113
Figura 18: Projeto arquitetônico das fachadas principal e lateral do Palácio Presidencial (Palácio da Liberdade), fotografia em albumina, entre 1894 e 1895.....	115
Figura 19: Reconstituição do Mapa do Arraial em CAD	117
Figura 20: Rua Sant’Anna. Localização da cafuva referente ao processo 377	118
Figura 21: Detalhe Processo de Chrispiniano da Costa e Maria Frutuosa	119
Figura 22: Levantamento da Casa do Padre Francisco Martins.....	120

Figura 23: Trecho principal da rua General Deodoro, fotografia em albumina, [1897]	121
Figura 24: “Rua do Capim” [1894], fotografia em albumina de Francisco Soucasaux	122
Figura 25: Fotografias da Capella de Sant’Anna, entre 1894 e 1896.....	123
Figura 26: Largo da Matriz, fotografia de João Salles, [189?].....	124
Figura 27: Localização da cafua à rua de Traz, referente aos processos 72 e 73 ..	125
Figura 28: Detalhe do processo de indenização de Anna Joaquina de Faria	126
Figura 29: Localização da Cafua de Maria Joaquina	127
Figura 30: Detalhe do processo de número 304	127
Figura 31: Detalhe do Processo de Anna Joaquina	128
Figura 32: “Residência de uma papuda”, fotografia de Raimundo Alves Pinto, entre 1894 e 1896	129
Figura 33: Cafua em Lassance, Minas Gerais	137
Figura 34: Planejadores da cidade do Brasil no século XIX.....	140
Figura 35: Panorama da Praça da Estação	147
Figura 36: Antiga “Favela”, de 1897, hoje a rua Sapucay, no bairro Floresta	148
Figura 37: Detalhe do processo de autorização de construção.....	149
Figura 38: Detalhe Processo de Autorização de Construção	151
Figura 39: Projeto de Arnaud Pallière para Niterói (1819).....	158
Figura 40: Projeto da mudança da capital do Piauí para Teresina (ANO).....	159
Figura 41: Projeto de Sebastião Pirro para Aracaju (ANO).....	160
Figura 42: Litografia do Arraial dos Canudos do arquivo do IHGB.....	162
Figura 43: Canudos Village, fotografia de Flávio de Barros	164
Figura 44: Morador de Canudos. “Casa”, fotografia de Flávio de Barros	165
Figura 45: Eventos Históricos Contemporâneos aos da Tese	184

LISTA DE **ABREVIATURAS E** **SIGLAS**

ACCNC	Arquivos da Comissão Construtora da Nova Capital
APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
APM	Arquivo Público Mineiro
BBM	Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin
BNB	Biblioteca Nacional Brasil
CCNC	Comissão Construtora da Nova Capital
CEDEFES	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
DGE	Diretoria Geral de Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGMG	Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MHAB	Museu Histórico Abílio Barreto
RGDI	Recenseamento Geral do Império
RGDR	Recenseamento Geral da República
RGT	Revista Geral dos Trabalhos
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SRGDR	Synopse do Recenseamento Geral da República de 1890

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	CONTEXTO TEÓRICO: O PLANEJAMENTO DOS FINS DO MUNDO	18
1.2	PREMISSAS FORMAIS E DE ANÁLISE: UMA DIALÉTICA ANTICOLONIAL 22	
1.3	O QUE SIGNIFICAM “MODERNIDADE” E “MODERNIZAÇÃO” NO CONTEXTO DESTES TRABALHOS	29
1.4	O IMAGINÁRIO NO SÉCULO XIX E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO	34
1.5	O AVESDO DO ARQUIVO: QUESTIONANDO AS LACUNAS DOCUMENTAIS OU COMO ESCREVER SOBRE ARQUIVOS NÃO ESCRITOS ..	41
1.6	ESCREVER POR ENTRE AS FRESTAS	43
1.7	ESTRUTURA DA TESE	49
2	NÓS, CRONISTAS	50
2.1	ESTE TEXTO É SOBRE UM DESAPARECIMENTO	52
2.2	OS ESCOMBROS DO ARRAIAL.....	60
2.3	A COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL	64
2.4	O PINTOR E O FOTÓGRAFO.....	72
2.5	O ARQUITETO ESCRITOR	79
2.6	O ANARQUISTA	82
2.7	O PÁROCO.....	84
3	ELES, O POVO	90
3.1	O QUE EXISTE NUM NOME	92
3.2	ID-ENTIDADE E A NEGAÇÃO DE ALTERIDADES	93
3.3	OS RECENSEAMENTOS	100
3.4	OS PAPUDOS	111
3.5	OS ESPECTROS	117
3.6	TRÊS NOMES, UMA TIPOLOGIA: CAFUA, CASA DE CAPIM E CAPIM ..	125
3.7	QUEM MORA NA CAFUA?	128
3.8	A METRÓPOLE É A CAPITAL DA MODERNIDADE E SEU OUTRO ESPACIAL É O ARRAIAL	136
4	O TERRITÓRIO	139
4.1	O QUE RESTA DE UM LUGAR QUE SE IMAGINA O OPOSTO DE SI MESMO? O PROBLEMA DIALÉTICO E O IMAGINÁRIO	141
4.2	PROGRESSO E TERRITÓRIO, OU O FIM DO MUNDO NUM FIM DE MUNDO	142
4.3	O MORRO, A FAVELA	146
4.4	ARRAIAL, A FORMA URBANA DO SERTÃO	152
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
5.1	APARECIMENTOS E DESAPARECIMENTOS.....	157

5.2	OS FINS DO MUNDO NOS FINS DO MUNDO.....	165
6	REFERÊNCIAS	167
7	APÊNDICE.....	183

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO TEÓRICO: O PLANEJAMENTO DOS FINS DO MUNDO

Este trabalho começa durante a escrita da minha dissertação de mestrado, que discute a questão do pensamento urbanístico em períodos de ruptura política na entrada da contemporaneidade, o que, no caso do ocidente, marcamos com a Revolução Francesa. Aquela escrita incipiente trouxe, para mim, o problema da relação entre modernização e violência e, mais especificamente, se há uma forma específica de violência que se expressa por meio do discurso técnico e supostamente neutro do planejamento urbano. Essa discussão me leva a outro questionamento: a violência colonial exercida sobre os países do sul global também possui uma forma na conformação territorial dos espaços urbanos?

Tal inquirição surge do contato com a discussão dos teóricos decoloniais sobre a violência epistêmica exercida sobre as formas de conhecimento não hegemônicas, o que seria denominado “Colonialidade do Saber” por Walter D. Mignolo, a partir do conceito de “Colonialidade do Poder”, de Aníbal Quijano. O problema é que o “saber” é uma categoria ampla que, no âmbito da territorialidade, inclui tanto o planejamento e o discurso a respeito das cidades quanto a própria ocupação dos espaços urbanos em suas formas variadas, assim como sua resistência ao poder constituído. É preciso, portanto, delimitar a mirada adequada sobre esse problema duplo entre a situação do Brasil e da América Latina dentro do sistema político global quanto às relações internas de poder.

Para delimitar esse problema, foi decidido tratar da questão da transição para o capitalismo industrial e sua relação com o território na periferia do sistema. A concepção de território, aqui, é a clássica: porções de terra modificadas pela ação das pessoas e nas quais incide a atuação de um Estado. Portanto, os no centro da análise deste trabalho estão a humanidade, o Capital e o Estado. Entretanto, é preciso fazer uma genealogia de alguns conceitos utilizados para o uso do solo no Brasil, além de considerar que essa conformação se dá na periferia do sistema capitalista.

Para unir tais problemas, da história, da produção do espaço, e da periferia, foi necessária a compreensão teórica de duas correntes: primeiramente, a concepção

materialista, já que tratamos da terra usada dentro de uma perspectiva capitalista. Foi preciso compreender como a relação entre o trabalho e o valor de uso do território se dá no próprio território, e como se deu a transição capitalista brasileira. Segundamente, para a análise do ponto de vista da periferia, adota-se o conceito de Colonialidades, de Quijano.

Sabemos que a América Latina produziu estudos intensamente a respeito da questão da marginalidade no sistema, em especial o conjunto de estudiosos da Teoria da Dependência. Os desdobramentos da Guerra Fria no “terceiro mundo” levaram, num primeiro momento, à dissipação dos estudiosos sob o domínio de ditaduras militares. Já no momento pós-queda da URSS, intelectuais latino-americanos se rearticularam para compreender a periferia do sistema nas novas conjunturas. A partir de então, fica evidente que a ideia de buscar formas de atingir um patamar de “desenvolvimento superior”, comparável ao do centro, é impossível para a periferia dentro de um jogo de soma zero.

Surge, assim, a necessidade de uma nova compreensão dos fenômenos da marginalidade: a produção de periferias não é mais uma consequência do capitalismo global, mas parte intrínseca dele. Só existe Centro se existir uma margem, logo, a periferia é produzida pelas regras do próprio Centro. Isso é o que Aníbal Quijano (2005) chama de “Colonialidade do Poder”, que são, de forma bastante resumida, as formas como as estruturas de poder mantêm a subordinação colonial num mundo pós-descolonização. Essas estruturas asseguram a manutenção do que Quijano denomina “Matriz Mundial do Poder”, um desdobramento do que Immanuel Wallerstein (2011) entende como “Sistema de Dominação Global”, ou “Sistema-Mundo”. Na esteira do conceito de Quijano, Walter Mignolo (2005) identifica que, para a manutenção do poder nos moldes da Matriz Mundial de Poder, é preciso, além da dominação política e econômica, de uma dominação da produção do conhecimento e das subjetividades. Essas colonialidades são por ele denominadas “Colonialidade do Saber” e “Colonialidade do Ser”.

A tríade Colonialidade do Poder, do Saber e do Ser é fundamental para a compreensão de como a periferia se insere epistemologicamente e em termos de imaginário dentro da Matriz Mundial de Poder. Ainda assim, nenhuma estrutura de poder é sustentada sem a articulação com as elites locais. A situação marginal ou periférica, se dá, portanto, na articulação entre a posição do Estado dentro do sistema

global e em conjunto com as disputas internas de poder. Ambas atuam diretamente no que Henri Lefebvre denominou, no livro do mesmo nome, **A Produção do Espaço** (2000), como o processo dialético de trabalho sobre o território. A dialética se mostrou, como Lefebvre demonstrou, ferramenta útil para lidar com um sistema que funciona com contradições internas e se modifica através dessas contradições, que opera fora da lógica linear positivista, pois os processos temporais de “evolução” não acompanham a historiografia do Centro, que se convencionou como a historiografia fundamental justamente pelo processo de Colonialidade do Saber.

A linearidade histórica é constantemente rompida por ações do Centro para a manutenção da posição de determinados Estados em posição periférica, ou pelas próprias disputas ideológicas e econômicas internas. Esse problema não é novo nas análises materialistas. Nelson Werneck Sodré (1961), por exemplo, denomina a Ideologia do colonialismo como “a imitação, a cópia, a adoção servil de modelos externos, tanto no campo político quanto no campo artístico [...] é a forma como penetra a ideologia do colonialismo”. Dessa forma, estruturas que participam da conformação da Matriz Mundial de Poder coincidem com os aspectos necessários para a compreensão da Produção do Espaço.

Se Marx e Engels, n’**O Capital** (1990), não discutiram profundamente a especificidade da terra urbana e se debruçaram sobre a questão da terra para a produção agrícola, o filósofo francês Henri Lefebvre, por outro lado, se debruça sobre o problema da síntese dialética do espaço da cidade. Uma das equações a que Lefebvre chega é a síntese entre espaço Concebido, espaço Percebido e espaço Vivido, respectivamente, os espaços sob o trabalho intelectual, sob o imaginário desse espaço e sob as práticas sociais, o *Realen* marxiano. Lefebvre compreende que, além do trabalho intelectual de produção e do trabalho realizado no conjunto das práticas sociais, cujo palco é o espaço, é preciso considerar também como é produzido o que Marx chamaria de fetiche. Afinal, para analisar o espaço como mercadoria, é preciso compreender como a mais valia desse espaço é produzida.

No entanto, Lefebvre faz essa síntese dentro da perspectiva do Centro do Sistema, o que, como foi discutido anteriormente, não expõe toda a contradição da produção do espaço dentro da periferia do Sistema-Mundo (WALLERSTEIN, 2011). O livro **O Direito a Cidade**, de 1968, o início do processo de estudos sobre a cidade a que Lefebvre irá se dedicar, é escrito apenas seis anos após a independência da

Argélia do domínio colonial francês. Domínio esse que produziu, nas palavras do psicanalista Frantz Fanon em **Os Condenados da Terra** (1979) essa cidade:

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, a medina, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Aí se nasce não importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê. É um mundo sem intervalos, onde os homens estão uns sobre os outros, as casas umas sobre as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade: 'acocorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada.

Lefebvre não trata em sua obra da forma de Produção (do Espaço) dessa cidade descrita por Frantz Fanon. Para além da ruptura causada na produção do espaço pelo modelo capitalista, a qual ele se debruça, existe uma outra ruptura causada pelos processos de subalternização, colonização e imperialismo. Existe um “quarto espaço”, o “Espaço Colonizado” que se reproduz em conjunto com o que seriam os espaços Concebido, Vivido e Concebido. Fanon, na sua teoria psicanalítica apresentada em **Pele Negra, Máscaras Brancas** (2008), compreende que além da castração que a introdução na linguagem promove, existe no indivíduo escravizado uma outra cisão que a sobrepõe, pois o pai simbólico do sujeito está ele próprio submetido e silenciado pelo sistema escravagista. A própria entrada na linguagem do pai é atravessada pela violência da escravidão. É preciso compreender esse processo na subjetivação desse sujeito a partir dessa dupla castração, portanto. O território na periferia do sistema também passa por uma dupla cisão: a causada pela atuação do capital e a causada pela atuação da colonização. (Colonialidades para os estudos decoloniais, Subalternização para os Estudos Subalternos ou Ideologia do Colonialismo nos termos de Werneck Sodré)

Pretendemos, dessa maneira, buscar entender como são colonizados os espaços nas dimensões de sua concep o, apropria o e imagina o. No caso em questão do objeto dessa tese, a constru o da Nova Capital de Minas Gerais, o espaço concebido   representado pelo discurso a respeito da técnica empregada para a produ o da nova capital, ou seja, como os técnicos responsáveis (a Comissão Construtora da Nova Capital) se posicionavam em rela o ao que significa a cidade modernizada. O espaço apropriado, experienciado,   analisado em rela o aos modos de ocupa o do território, ou seja, no embate entre o Arraial e a Metrópole,

que representam, como será discutido, o espaço a ser superado e o espaço idealizado. O espaço idealizado ou imaginado é analisado através dos discursos que produzem um imaginário a respeito da Nova Capital, por diversos autores contemporâneos ao projeto, aqui denominados **Cronistas**. Assim tentamos destrinchar o problema teórico revelado pelo nosso objeto: o processo de produção urbana em relação tanto à colonização dos imaginários quanto à maneira que a ideologia do Centro coloniza as subjetividades.

1.2 PREMISSAS FORMAIS E DE ANÁLISE: UMA DIALÉTICA ANTICOLONIAL

A principal dificuldade de análise que se apresentou no processo de pesquisa junto aos arquivos da Comissão Construtora da Nova Capital foi como, simultaneamente, entender os vazios da narrativa hegemônica da construção de Belo Horizonte em sua profunda relação ao imaginário da cidade desenvolvido no período. Ou seja, como as imagens de futuro, os sonhos felizes de cidade do século XIX necessitavam desmontar, demolir e apagar determinadas formas de existência que não se adequavam ao ideal: como entender a barbárie proporcionada pelo monumento à Técnica, a República, ao Progresso, no qual Belo Horizonte era compreendida no imaginário do período. Para o contexto específico do capitalismo periférico na América Latina, foi realizada uma revisão sistemática sobre a escrita da história urbana no contexto periférico,² assim como dos registros de fonte primária da construção de Belo Horizonte, marcadamente aqui pelos arquivos da CCNC (Comissão Construtora da Nova Capital).³ Nessa última, especialmente as Revistas Gerais dos Trabalhos em conjunto com os relatos em primeira pessoa produzidos no

² Como os trabalhos de Lúcio Kowarick em **Capitalismo e Marginalidade na América Latina** (1981), José Luis Romero em **América Latina, as Cidades e as Idéias** (2009), Nelson Werneck Sodré em **Formação Histórica do Brasil** (1971), Antonio Carlos Robert de Moraes em **Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, Território e Periferia** (2011) e Marina Waisman em **O Interior da História: Historiografia Arquitetônica para Uso de Latino-Americanos** (2013).

³ Os acervos do APM (Arquivo Público Mineiro), APCBH (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte) e MHAB (Museu Histórico Abílio Barreto) referentes ao CCNC foram unificados e disponibilizados para consulta no site <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>.

período,⁴ tornam possível o diálogo entre os problemas centrais e os registros existentes por meio das hipóteses metodológicas apresentadas a seguir.

Vamos partir da premissa que, especialmente, existe uma relação possível entre a tríade da dialética espacial lefebvriana (Espaço Concebido, Espaço Vivido e Espaço Percebido) e as formas de Colonialidade propostas pelos Estudos Decoloniais de Colonialidade do Poder, Colonialidade do Saber e Colonialidade do Ser.⁵ Essa relação é entendida aqui numa síntese entre o problema dialético de produção do espaço dentro do capitalismo e da interseção com o espaço dentro da sua posição no Sistema-Mundo (proposto por Immanuel Wallerstein em 1974, que também é parte do escopo dos autores decoloniais).⁶ Para isso é preciso reconhecer de que, além do Poder que se reproduz no espaço através dos investimentos, de forma conjunta, do capital para especulação imobiliária e do Estado para melhoramentos estratégicos que auxiliam a especulação, e do Saber que produz o espaço através do conhecimento técnico-científico, o “Espaço Vivido” de Henri Lefebvre, — a dimensão da imaginação sobre o espaço— também passa pelos processos de colonização das subjetividades e afetos descritos pelos estudos coloniais como “Colonialidade do Ser”.

Considera-se, aqui, a forma de síntese espacial através da dialética uma ferramenta importante para a análise da periferia do sistema capitalista, pois a dialética propõe uma história que não se dá pela forma de linha evolutiva proposta pela história científica, forma essa, por sua vez, profundamente calcada num ideal de supremacia europeia e branca, que dá bases ideológicas para o imperialismo durante o século XIX e seus desdobramentos até os dias de hoje. Dipesh Chakrabarty desenvolve esse problema em seu livro **Provincializing Europe** (2000): a ideologia do progresso e a ideia de Europa como ápice do desenvolvimento no século XIX levam

⁴ Destaque para os relatos do pároco Francisco Martins e do arquiteto Alfredo Camarate.

⁵ Tanto na definição de Aníbal Quijano para o conceito de Colonialidade do Poder quanto nos desdobramentos em Colonialidade do Ser e do Saber e outras derivações.

⁶ “World-system theory is a macrosociological perspective that seeks to explain the dynamics of the ‘capitalist world economy’ as a ‘total social system’. Its first major articulation, and classic example of this approach, is associated with Immanuel Wallerstein, who in 1974 published what is regarded as a seminal paper, *The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis*. In 1976 Wallerstein published *The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. This is Wallerstein’s landmark contribution to sociological and historical thought, and it triggered numerous reactions, and inspired many others to build on his ideas. Because of the main concepts and intellectual building blocks of world-system theory [...], it has had a major impact and perhaps its more warm reception in the developing world” (MARTÍNEZ VELA, 2001).

a forma historiográfica (historicismo), cujo pressuposto é demonstrar como povos não europeus encontram-se num estágio de “desenvolvimento inferior”, estágio que deve ser “superado” para tornar possível a entrada na modernidade. Dentro dessa visão, tal estágio foi atingido somente pelos povos da Europa. Os demais, os “não racionais”, os “selvagens”, não possuem a autonomia intelectual necessária para fazer a crítica de si mesmos, não possuem capacidade de autodeterminação. Chakrabarty também questiona o uso de teorias produzidas pelo centro para a interpretação da periferia:

The everyday paradox of third-world social science is that we find these theories, in spite of their inherent ignorance of “us,” eminently useful in understanding our societies. What allowed the modern European sages to develop such clairvoyance with regard to societies of which they were empirically ignorant? Why cannot we, once again, return the gaze?⁷

Chakrabarty me olha diretamente nos olhos e pergunta: por que você está levando em consideração a teoria urbana proposta por Lefebvre? Ao que eu só posso responder: porque Lefebvre propõe como usar uma ferramenta teórica, o materialismo histórico, ou a dialética materialista, para entender a produção do solo urbano capitalista- e, como aponto anteriormente, creio que é uma ferramenta importante para a forma de compreensão do objeto espaço urbano.. Mas cabe a nós a tarefa de entender como esse modelo teórico pode ser usado no terceiro-mundo. É uma ferramenta útil, mas esse martelo precisa ser produzido a partir dos materiais locais. Ou talvez nem seja um martelo que precisemos, seja outra coisa que ainda vamos forjar. Mas, é claro, temos aqui uma longa tradição de pensadores materialistas, e dialética materialista produzida na periferia não é estranha ao problema da colonização, como Nelson Werneck Sodré (1971, p. 9-10) nos demonstra:

A ideologia do colonialismo começa a aparecer quando a expansão européia se define nas descobertas ultramarinas. Adquire suas dimensões mais amplas, entretanto, quando, com a revolução industrial, determinadas áreas do mundo, a americana principalmente, emancipam-se de suas metrópoles, constituindo novos países. Mantida a estrutura colonial de produção, tais países deixam de gravitar em torno de suas metrópoles antigas, para gravitar em torno de outras, não tituladas assim, que regulam o seu desenvolvimento

⁷ “O paradoxo cotidiano da ciência social do terceiro-mundo é que, *nós* achamos essas teorias, a despeito da sua ignorância inerente sobre *nós*, eminentemente úteis para compreender nossas sociedades. O que permitiu aos sábios da Europa moderna desenvolverem tal clarividência a respeito de nossas sociedades das quais eles são empiricamente ignorantes? E porque nós, mais uma vez, não podemos devolver a mirada?” (Tradução da autora)

econômico. Através da ideologia do colonialismo, a camada culta dos povos oriundos da fase colonial estrita, é ganha – preparada está pela sua condição de classe – para aceitar a subordinação econômica, atribuindo-a a fatores não materiais: superioridade da raça, superioridade do clima, superioridade da situação geográfica, que predestinam nossa metrópole.

Nesse universo conceitual, partimos da hipótese da dimensão da imaginação sobre o espaço, o espaço experimentado na arte, nas descrições, na imaginação – é colonizado através da colonização da subjetividade e dos afetos, a “Colonialidade do Ser”. Assim também, o espaço apreendido na práxis diária do espaço urbano, é conformado pelo *Realen*⁸ é colonizado através da falta de garantia e acesso aos espaços urbanizados, à negação do “direito à cidade”, na negação de acesso aos espaços, na negação de sociabilidades diversas (manifestações políticas, manifestações de espiritualidade não cristãs, sociabilidades entre jovens, crianças, idosos, pessoas com mobilidade reduzida) na segregação espacial.

Já a concepção projetual dos espaços, a parte que cabe aos técnicos – “homens da *sciencia*”, como os chama Schwarcz (1993) –, é o espaço apresentado nos projetos urbanísticos. Esse espaço já possui, no registro da ciência moderna, um *locus* privilegiado,⁹ pois é feito a partir do conhecimento validado pelo Centro. Esse Centro se manifesta, na Periferia, num alinhamento entre os centros de poder locais (instituições) ao centro global, ou Norte, e não aos conhecimentos locais. Esse “centro periférico” trabalha colaborando com a ideologia do Norte ou numa tentativa de elevar a Periferia ao status de “Norte”, utilizando suas ferramentas ou simples subordinação colonial para ganhos particulares – variando as intenções de quem participa do jogo, porém com pouco ganho em relação à posição de subordinação.

Portanto, a relação ambígua do caráter do conhecimento científico na Periferia, comopositor da “Ordem” positivista ou como guardião da distinção classista que constitui a sociedade brasileira, o coloca simultaneamente como fonte do problema (higienista, autoritário) e parte da solução (desenvolver, melhorar, progredir o local). Essa dimensão do poder no espaço, é essencialmente uma

⁸ “Aqui aparece a primeira distinção entre um aspecto ‘real’ (ou material) do espaço e um aspecto vivido por meio do qual fica claro que ambos os aspectos poderiam se referir a um único e mesmo ‘espaço’. O espaço feliz não é meramente imaginado ou vivido, mas possui um valor de proteção original e real. Também corresponde à prática espacial” (SCHMDT, 2012, p.).

⁹ Termo desenvolvido por Lilian Schwarcz em **O Espetáculo das Raças** (1993).

dimensão da contradição entre ferramentas e discursos. Essa contradição não pode ser ignorada, e sim tomada como ponto de partida para a modificação dos espaços e o cerne de disputa.

Formalmente, compreendo que é preciso evitar uma escrita da história urbana mitologizante. O que denomino escrita *mitologizante* seria uma escrita que trata não dos mitos de fundação das cidades, mas que trata a própria formação dos espaços urbanos como uma espécie de mitologia de fundação das sociedades humanas em questão, envoltos numa aura de mistério e subjetividade que dão margem a todo tipo de folclorização das sociedades em estudo. O problema desse tipo de escrita é a transformação de práticas sociais e religiosas não hegemônicas em folclore, localizando-as historicamente num passado fora da racionalidade moderna. Esse problema tem saído à luz e sido criticado, em especial, por autores indígenas que contrapõe a ideia eugenista e colonial de folclore como antagônicas às suas práticas sociais e espirituais que resistem no presente.

Formalmente, compreendo que é preciso evitar uma escrita da história urbana não-localizada, uma escrita que trata da cidade a partir dos problemas gerais, econômicos e políticos, porém não a localiza espacialmente, não se detém nas questões materiais e formais dos sítios específicos. O problema desse tipo de escrita é a ausência de análise sobre questões da materialidade dos espaços em questão, como topografia, relação com a paisagem, tecnologias construtivas, e suas implicações na formação cultural, política e econômica do local.

Formalmente, compreendo que é preciso evitar uma escrita da história urbana superlocalizada. Em oposição à escrita não-localizada, trata-se de uma escrita tão ligada às questões específicas de um sítio que não situa o local dentro de uma superestrutura política, econômica ou social. O problema desse tipo de escrita é o isolamento do espaço de seu contexto geral, supondo que espaços são somente fruto das condições locais específicas.

Essas “proibições formais” garantiriam, a princípio, uma análise que engloba tanto uma perspectiva dialética materialista da produção do espaço quanto uma perspectiva anticolonial. Por isso, propomos compreender como os discursos das ideologias hegemônicas se constituíram no período em questão (século XIX pós-independência). Primeiramente, a partir da leitura crítica de autores fundamentais para a criação dos discursos hegemônicos do período. Em segundo lugar, refletindo como

as ideologias dominantes aprendidas e difundidas através dos técnicos dão forma às relações de poder tanto em escala local quanto nas superestruturas que atuam no período e no território. E, por fim, como o projeto urbano atua em conformidade ou não com as superestruturas nacionais e globais.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (MARX, ENGELS, 2007, p. 47)

Em outras palavras, adotar o ponto de vista regional operando dentro da lógica global sem analisar pela visão hegemônica, mas sim buscando como o centro periférico produz suas periferias e como esse projeto se articula localmente. Em contraponto a isso, é preciso compreender como o conhecimento técnico confronta, censura, higieniza práticas sociais não hegemônicas, e a real dimensão dessas práticas sociais. O que fica claro para mim, no processo de sistematização do trabalho entre a teoria, a proposta empírica e o desejo de produzir uma práxis teórica em que o próprio olhar sobre o objeto e a forma de escrita estão imbuídas nas críticas que se constroem, é que é preciso analisar a contradição entre o conhecimento hegemônico que produz a maioria dos documentos disponíveis para pesquisa – e que, no discurso que produz, cria uma imagem do próprio espaço a qual se refere – e o problema das formas de apropriação do território que, ao serem silenciadas pela escrita oficial, perdem a materialidade necessária a pesquisa.

Aqui se dá o problema de **como escrever uma história que foi silenciada ou invisibilizada de forma material**. Quais são as fontes e campos possíveis? Daí a necessidade de compreender como a construção da imaginação social sobre a cidade produz discursos sobre formas e usos do espaço ou como restou a fantasmagoria de um passado supressumido¹⁰. É preciso, também, analisar a contradição entre a

¹⁰ No sentido hegeliano, um passado que foi, em partes, destruído para possibilitar um passado que possa “vir-a-ser” adequado ao futuro que se idealiza.

Identidade construída em um local e diversas identidades que conformam a formação de uma região. É preciso compreender como o papel que a construção de determinadas identidades opera no ideal de espacialidade instituído, em especial em relação às identidades não representadas na historiografia hegemônica. É preciso ir contra a ideia de “indivíduo universal”, da qual também deriva a noção de identidades nacionais únicas.

O que é proposto nesta tese, portanto, é analisar como a síntese capitalista do espaço se dá dentro da especificidade da posição periférica no sistema, especificamente, dentro do período inicial da modificação do sistema de exploração da terra no Brasil com a alteração da forma de propriedade a partir da Lei de Terras (BRASIL, 1850), e do trabalho com a abolição da escravidão (BRASIL, 1888). Esse período fundamenta internamente as condições para a entrada do Brasil no modo de produção capitalista, apesar de as colônias serem parte da concretização do sistema dentro do Sistema-Mundo nas relações externas. A partir das imagens da cidade, desejada pelos discursos técnico, político e intelectual, podemos fazer a especulação do seu avesso, dos escombros do progresso das cidades.

Para isso, será analisada a simultânea construção e destruição de um território que, no movimento de ruptura territorial engloba a forma como o capital, o poder político, o discurso técnico, a questão do imaginário da modernização e a ideologia do progresso atuaram no período: A Construção da Nova Capital de Minas Gerais (1893-1897). É preciso assinalar que a construção da Nova Capital implicou, além, da produção de um espaço político e simbólico, a tentativa de desaparecimento e proscricção de uma forma específica de relação com o espaço. A escrita desta tese parte, portanto, dessa tentativa de propor uma metodologia de análise que se utilize do método dialético em conjunto com a problematização das questões que são específicas dos países que sofreram colonização, e que hoje configuram o Sul global. Chamamos, aqui, de uma *escrita contra hegemônica anticolonial*.

1.3 O QUE SIGNIFICAM “MODERNIDADE” E “MODERNIZAÇÃO” NO CONTEXTO DESTE TRABALHO

Este trabalho trata, de forma central, o arcabouço ideológico envolvido na noção de modernização e sua relação com a produção do espaço urbano. O objeto de estudo e seu recorte temporal são a construção da modernidade brasileira durante o século XIX, tendo como caso a formação da cidade de Belo Horizonte como capital do estado brasileiro de Minas Gerais, ao final do século XIX. Sendo uma tese sobre escrita de história, porém, a relação com o objeto não se dá no sentido da descoberta de novos fatos históricos a respeito desse objeto tão profusamente estudado, mas numa investigação sobre como descrever esse processo à luz de novos problemas historiográficos que, atualmente, se assomam à tradição da história das cidades: a produção de uma escrita contra-hegemônica e descolonizada.

Essa tarefa se mostra importante agora, frente à consolidação da crítica decolonial como área em disputa teórica. Uma demanda acadêmica torna-se importante nos últimos anos: decolonizar as diversas áreas de produção intelectual, mas, frequentemente, o termo parece fetichizado ou esvaziado de seu conceito fundante. O problema de produzir uma escrita contra hegemônica e descolonizada se dá, no contexto da discussão atual, sobre uma produção de epistemes subalternizadas historicamente pelo processo de colonização e, posteriormente, pelo imperialismo promovidos pelo que chamamos atualmente de “Norte Global”, em especial pela Europa dentro do recorte temporal específico.

A afiliação teórica dessa tese, portanto, é a tradição da discussão promovida pelo Sul Global da crítica à centralidade não só do poderio econômico do Norte, mas das estruturas de manutenção desse poderio através da dominação epistemológica, espiritual e dos corpos através da raça. Essa tradição se dá, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, por intelectuais africanos e asiáticos no contexto das guerras por independência, e se estende à intelectualidade latino-americana nos anos 1960, justamente no contexto de alinhamento da América Latina durante a Guerra Fria. Com a desarticulação promovida pelos golpes contra a esquerda no subcontinente, essa tradição é retomada, já sob um novo contexto, a

partir dos anos 1990, a princípio, ainda relacionada aos Estudos Subalternos, mas rapidamente se desvincula criando o grupo Modernidade/Colonialidade que cunha o termo Decolonização.

Um dos pilares da Modernidade é a Razão, que pode ser apreendida no lema revolucionário como “Liberdade”, a autonomia de estruturas absolutistas de dominação, e no Sistema Científico Moderno. Outros pilares são a forma “política Representativa” e a organização do Estado Moderno com seu sistema tripartite Jurídico, Executivo e Legislativo. A contradição em relação ao Ser é a Negação de Alteridade, a contradição do Saber é a Negação da Razão, e a contradição com o político é o alijamento de agência e de autonomia. Essas três antinomias são, justamente, a parte que cabe aos subalternos no projeto da Modernidade. Para a síntese do que é o “Devir Moderno”, o processo de tornar-se moderno, desenvolvido, o progresso, como movimento, se constitui em um processo cuja parte subalternizada está na negação ontológica do que seria a essência do que constitui a modernidade ideal.

Pode-se imaginar, portanto, para uma contra-história espacializada dessa modernidade, a síntese entre as dimensões do que compõe o espaço abarcando suas antinomias para construção de um sistema-Outro de compreensão da produção do espaço dessa mesma modernidade. A proposta aqui, é, portanto, um alinhamento do problema histórico da produção dos espaços à discussão da possibilidade de uma produção de conhecimento feita de uma perspectiva periférica, e não uma perspectiva calcada na visão eurocêntrica/do Norte. Para isso, é primeiro necessário se fazer a crítica do que seria essa escrita norte-centrada e como ela organiza o conhecimento sobre espaços urbanos de maneira que produz um discurso sobre os espaços urbanos alinhado à uma ideologia colonizadora – e algumas possíveis consequências disso. Sendo assim, temos dois problemas: o histórico e o espacial. O problema histórico se dá na discussão em relação às consequências da colonização na formação de nossos territórios, na produção de discursos e de um imaginário sobre esses espaços na formação da nossa compreensão sobre as cidades. É um problema histórico e teórico. Já o problema espacial se dá na territorialização desse conhecimento, em como uma episteme espacializada pode contribuir nessa discussão.

Aparecem, portanto, três dimensões que se entrelaçam na elaboração do estudo aqui proposto: a dimensão em relação a formação dos territórios, os discursos sobre esse território e a materialidade desse território. Essa noção tríplice é fundamental e, sendo assim, são necessárias as críticas dessas três dimensões. No problema histórico temos, como o moderno da ideologia colonizadora, principalmente a noção da história em linha reta, cujo ápice se deu na Europa, no século XIX, como conclusão do processo das “Luzes”. Essa escrita, entre seus diversos problemas já criticados desde o princípio do século XX, deriva de uma noção bastante importante para a ideologia da produção do espaço vigente, que é a ideologia do Progresso e seus ideais de desenvolvimento perseguidos.

A entrada na modernidade se dá através da adesão à ideologia do Progresso, ideologia essa forjada na noção de superioridade europeia através de suas relações a partir da Conquista da América, chegando ao seu ápice no século XIX. A adesão à ideologia do Progresso durante o século XIX é, necessariamente, a adesão à noção de superioridade branca, e que somente uma conformação ao ideal branco leva ao modelo Europeu e à aceitação pelo Norte. Os Estados Unidos foram bem-sucedidos na adesão a esse modelo e, por isso, passaram a fazer parte do Centro. O “sucesso” dos EUA comprova que o Imperialismo é o braço geopolítico da ideologia do Progresso. Para uma crítica dessa noção é, portanto, necessário uma crítica da ideia de progresso dentro do espaço urbano. Outra problemática central dessa noção de história eurocêntrica é a ideia de universalidade baseada no padrão europeu, o padrão de dominação, branco, cristão, heterossexual e masculino. Seria preciso, então, identificar onde o “universal” torna “subalterna” outras conformações de individualidades, subjetividades e corpos fora do padrão. Finalmente, é preciso, espacializar esses problemas, compreendendo as consequências ideológicas dos discursos sobre os espaços como igualmente produtoras de espaço.

“Modernidade” e “modernização” são termos que frequentemente se confundem, tanto no imaginário social quanto na significação prática que se dá aos termos, havendo uma tendência a compreender que os processos de modernização seriam processos de se tornar moderno. Por isso, no contexto deste trabalho, é preciso circunscrever a qual modernidade nos referimos para compreender qual o processo de adentrá-la estamos analisando. O recorte temporal aqui tratado é o da transição de um modo de produção do espaço a partir da acumulação econômica

derivada do trabalho escravo para a entrada na forma capitalista industrial. Compreendemos que o ponto inicial desse processo se dá, no contexto brasileiro, a partir da promulgação da Lei de Terras, em 1850, e suas diversas motivações e repercussões na relação com a produção do espaço no Brasil, na relação com o uso do solo e na relação com a própria reprodução do capital na sociedade brasileira. Esse período de transição se dá no fim do Império e durante a Primeira República, se tornando consolidado a partir do Estado Novo, na década de 1930, quando o Brasil irá se “desenvolver” no sentido da industrialização intensificada.

Tal período de transição é fundamental para a compreensão dos processos de urbanização que se desenvolve a partir da inversão urbana ou o ponto em que a população urbana brasileira passa a ser maior que a população rural, segundo Milton Santos em **Urbanização Brasileira** (1993, p. 20), período que se delinea entre as décadas de 1940 e 1980, sendo que a inversão se dá efetivamente na década de 1970. Esse entendimento se dá a partir, justamente, da produção do que denominados aqui de “Processos de Modernização”, que serão instituídos nesse período e que possibilitarão os desdobramentos futuros. Esses processos se dão ideologicamente, politicamente e nas práticas cotidianas. É preciso, portanto, compreendê-los nessas diferentes dimensões, pois elas sintetizam o processo denominado “Produção do Espaço” por Henri Lefebvre (2006).

Porém, é preciso compreender também que esse processo, no caso brasileiro, se dá na periferia do sistema capitalista suas conseqüentes particularidades nesse processo. Em particular os trabalhos de Lúcia Osório Silva (1996) e Roberto Smith (1990) conectam a acumulação de terra à entrada no capitalismo brasileiro a partir da Lei de Terras de 1850. Nelson Werneck Sodré (1971) também aponta em sua obra como a transição do trabalho, *pari passu* à questão da terra, determinam a formação do novo sistema econômico. Não é coincidência, de maneira alguma, que a transição do trabalho tenha acontecido com a mudança em relação à propriedade de terras.

O problema que se apresenta aqui, numa perspectiva contemporânea, é a noção de que o Brasil adentra no capitalismo como numa transição de um sistema colonial ou feudal, de terras. A ideia de evolução, muito cara ao século XIX como vimos, pressupõe que a tendência natural das culturas é passar pelos passos que a Europa já passou para chegar ao nível de desenvolvimento europeu. O ponto

levantado pelos autores decoloniais é que, na verdade, não existe uma relação linear nessas etapas. Na verdade, as colônias fazem parte integralmente da modernidade, na medida de que sua exploração permitiu o desenvolvimento econômico e tecnológico que leva à Revolução Industrial. A América não está atrás do desenvolvimento europeu seguindo seus passos, mas dando condições materiais à acumulação europeia. Sendo assim é impossível se falar de uma transição de um Feudalismo colonial para o Capitalismo Industrial, mas podemos falar de uma forma de acumulação interna à colônia e das mudanças desses processos.

É preciso considerar a formação de elites internas à periferia que trabalha no sentido de mudanças no Estado e na economia para encampar as formas contemporâneas de relação com o Capital. É imprescindível compreender, portanto, que externamente esse período se dá na mudança de relação com Portugal para uma relação de dependência com a Inglaterra. Mike Davies, em **Late Victorian Holocausts** (2001, p.7) (no Brasil **Holocaustos Coloniais**), por exemplo, coloca a grande seca de 1877-1878 como parte do projeto colonial britânico. A grande seca reconfigura profundamente o imaginário de desenvolvimento do Brasil, num processo em que o Nordeste deixa de ser o espaço das grandes cidades diversificadas e ricas para que esse território passe a ser o Sudeste. Essa mudança no imaginário é parte do projeto de mudança econômica, no sentido do alinhamento que as elites nacionais tomam em relação ao centro global. O processo de Modernização Brasileiro não é, portanto, uma entrada na Modernidade, já que o Brasil é parte, ele próprio, da fundação da modernidade. O processo de modernização em relação aos ideais burgueses de modernidade e sua relação com o capital é que tomam o poder efetivamente no século XVIII. Este é o contexto da análise da mudança espacial compreendida nesta tese.

1.4 O IMAGINÁRIO NO SÉCULO XIX E O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi criado em 1838, nas palavras do histórico da própria instituição:

Na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – hoje, por sucessoras, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro –, os secretários, cônego Januário da Cunha Barbosa e marechal Raimundo José da Cunha Matos, apresentaram proposta para a sua criação, concretizada em 21 de outubro daquele ano, em Assembléia Geral, firmada por 27 fundadores, previamente escolhidos. (IHGB, 2015)

É interessante notar que o IHGB nasce da federação de indústrias, numa época em que ainda não se considera o Brasil como um país plenamente industrializado. Tem como um dos principais patronos e incentivadores o imperador Dom Pedro II. Segundo o artigo de Isadora Tavares Maleval, **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como receptáculo do presente (1838-1850)**, que aborda a fundação do IHGB e sua primeira fase, entre 1838 e 1850, uma das primeiras tarefas a que se propõe o Instituto é a elaboração de uma demarcação temporal histórica para o Brasil, para que, a partir disso, uma “história geral” do país pudesse ser contada:

Em resposta, Raimundo José da Cunha Matos publicou, ainda que décadas mais tarde, seu texto na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo o marechal, a história do Brasil devia ser dividida em três épocas: a dos aborígenes ou autóctones; a do descobrimento do território pelos portugueses e da administração colonial; e, por fim, aquela que unisse ‘[...] todos os conhecimentos nacionais desde o dia em que o povo brasileiro se constituiu soberano e independente, e abraçou um sistema de governo imperial, hereditário, constitucional e representativo’, ou seja, a partir de 1822. (MALEVAL, 2019, p.629)

Maleval (p.630) compreende, nas ações do instituto, “estímulo à produção de memórias que versassem sobre o ‘Modo’ pelo qual se deve escrever a história do Brasil”. Essa tarefa será vencida, através de concurso, pelo naturalista alemão Karl Friedrich Phillippe Von Martius, em 1847, com sua dissertação denominada “**Como se deve escrever a História do Brasil**”, publicada na **Revista Trimensal de História e Geographia**, o jornal do IHGB:

Ao conceber a história como gênero filosófico, Von Martius entendia o presente como parte de sua ordem interna, de seu sentido. Segundo ele, importava menos ao historiador narrar simplesmente os fatos temporalmente do que fornecer uma proposta de inteligibilidade para o passado, submetido a um trabalho de seleção e enredamento específicos (MALEVAL, 2019, p. 631)

Dessa forma, o trabalho de Martius pressupõe a compreensão de como o Brasil se constitui como nação para além de uma narração dos fatos. Esse ponto é central para a compreensão do papel da produção historiográfica oitocentista: promover a história de como o Brasil tornou-se o Brasil, como união territorial, linguística e cultural. Para isso Von Martius (1845) propõe o método que se torna base para a produção historiográfica científica vindoura no Brasil, a noção do Brasil como confluência das três raças, o europeu (português), o negro e o indígena, e cada contribuição desses povos para a formação do que seria, afinal, o brasileiro.

É importante frisar aqui que essa será compreendida como a forma científica da produção historiográfica, uma criação por excelência do século XIX, baseada na primazia da ciência moderna como ordenadora de toda forma de conhecimento. O status moderno e científico do método proposto por Von Martius influencia os dois principais nomes da historiografia oitocentista brasileira, Capistrano de Abreu e o Visconde de Porto Seguro (Francisco Adolfo de Varnhagen), dando origem a uma longa tradição historiográfica nacional, cuja estrutura podemos reconhecer até em autores contemporâneos.

Desse ponto surgem duas questões centrais: afinal, primeiro, como o método de Von Martius, explorado por Abreu e Varnhagen, propõe a constituição presente do Brasil, como cria uma identidade para o Brasil no século XIX (justificar o estado das coisas no momento presente é o ponto de partida do método, como Maleval aponta) e segundo, como esse presente construído a partir da racionalidade do **método histórico-filosófico** (na denominação de Von Martius) deriva numa concepção do caminho que a nação deve tomar para atingir seu destino manifesto.

Deve-se, portanto, examinar a imagem gerada por essa historiografia. A imbricação de presente e passado, porém, não é derivada do método, que ao contrário, se compreende como linha contínua: deve-se estudar o passado para explicar o presente, não para produzi-lo. Como foi referido anteriormente, o método de Von Martius baseia-se na noção de que o Brasil é o fruto do encontro de três raças:

brancos, negros e indígenas (que ele denomina “cor cobre”). Cada contribuição deve ser levantada e verificada no processo histórico do país:

Portanto devia sêr um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brazil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de tres raças humanas, que n’esse pais são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na historia antiga, e que devem servir-se mutuamente de meio e de fim. (VON MARTIUS, 1845, p. 384)

Pode-se apontar, aqui, que essa noção sobre a antiguidade europeia racialmente pura é ela própria uma ficção, como demonstra Enrique Dussel em **Europa, modernidade e eurocentrismo** (2005, p. 27), quando aponta sobre a construção ideológica de uma origem intraeuropeia da cultura ocidental:

Ninguém pensa que se trata de uma “invenção” ideológica (que “rapta” a cultura grega como exclusivamente “européia” e “ocidental”) e que pretende que desde as épocas grega e romana tais culturas foram o “centro” da história mundial.

Sendo assim, compreender essa questão diz não sobre uma ignorância histórica do naturalista, mas sobre o estado da arte histórica em que ele é formado. Uma antiguidade não miscigenada é condição necessária para um presente de pureza racial no continente europeu, e necessário, ainda, para a criação do Outro europeu. A criação do Outro, por sua vez, é fundamental para a noção de um “Eu” independente do jugo da moral, pois um eu absoluto. Ou de Id-entidade, como coloca Quijano (2005) ao realizar uma operação na qual equivale a ideia de identidade a entidade “Isso” (*id*, em latim, indeterminado¹¹), um ente que não é “Outro” e não está numa relação de relação com esse outro, existe de forma autônoma sem necessidade de relação moral ou ética a respeito desse Outro.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já

¹¹ Id na psicanálise é a parte do aparelho psíquico responsável pelas pulsões, que não é afetada pelo controle dos impulsos promovidos por sentimentos como vergonha.

antigas noções e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. (QUIJANO, 2005, p. 118)

Essa operação de negação de alteridade é fundamental para a própria criação posterior de uma historiografia europeia que se põe como centro do mundo, uma novidade, já que até o final do século XV esse centro se situava no “Oriente”, mais precisamente em Jerusalém. Dessa forma, a criação da noção moderna de “raça”, que originará a ideia de “pureza racial”, é uma invenção ideológica que dá bases epistemológicas para a ideologia da supremacia da raça branca.

A América, constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira id-entidade da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (QUIJANO, 2005, p. 117)

A questão que surge dessa constatação, no caso, na construção ideológica do Brasil oitocentista, é como a perspectiva de supremacia branca aparece numa proposta cuja premissa seria a síntese histórica das três raças proposta por Martius. A resposta se dá na construção das imagens sobre cada raça, na sua posição dentro do mundo “avançado”, e em como essas imagens apontam para o que seria a solução para o “problema brasileiro”, que é, no século XIX, a construção de uma Nação próspera e inserida dentro da Modernidade eurocêntrica.

Na proposta de história filosófica de Martius (“filosófica”, aqui, ele utiliza como sinônimo de “científica” ou “racional”) ao indígena, autóctone, é dado um papel de pré-história: seu desenvolvimento não é suficiente para lhe garantir um lugar na modernidade, ele está relegado a uma outra temporalidade num mundo onde não deve, pelo bem do Progresso, coexistir. Os negros, por sua vez, são colocados na posição de corpos fortes que foram úteis num tempo de construção do passado baseado na força física, na presença escassa dos brancos pela necessidade de

exploração de uma terra hostil. Assim, também, não tem lugar assegurado na modernidade, já que, passado o período de domesticar a natureza selvagem do território nacional, é conferida à “modernidade” a possibilidade de se relacionar com esses territórios através da razão, tanto pelo conhecimento científico de suas condições quanto pela possibilidade de industrialização da própria produção de bens.

A negação de alteridade moderna é, portanto, uma negação da possibilidade de inserção dentro dessa mesma modernidade, já que modernidade é o período no qual, numa lógica evolutiva, a humanidade chegou à Razão. Tudo que seja oposto a essa razão – o selvagem, o místico, o que não compartilha dos códigos desse sistema – está fora dele, e, conseqüentemente, deve ser “civilizado” para que também possa chegar ao “ápice evolutivo”. Se o problema reside numa unificação territorial que seja coetânea aos mesmos códigos, portanto, a unidade territorial também deve estar integralmente operando dentro do sistema da racionalidade moderna. Coexistir temporalmente implica em também coexistir espacialmente, e a forma de vida no espaço é determinada pela forma que, como civilização, se produzem esses espaços.

Sob essa ótica, o empreendimento do Visconde de Porto Seguro em sua onerosa e difícil expedição ao planalto central, em 1877, para encontrar a localização ideal de uma Nova Capital brasileira – sendo ele um diplomata e historiador, não um engenheiro de infraestruturas, nem um planejador, um sanitarista ou naturalista – parece fazer mais sentido (ainda que sua formação como engenheiro militar, em Portugal, e sua carreira militar também contribuam para o planejamento da empresa). Aqui, é preciso fazer duas observações: os estudos de Varnhagen, se materializam de fato, mesmo que décadas depois, com o Quadrilátero determinado pela Missão Cruls de mudança da Capital Federal na Constituição de 1891. Efetivamente, onde Brasília é construída, na década de 1950, coincide com o local encontrado pelo Visconde. Segundamente, a ideia de centralidade geográfica da Nova Capital, bem como a mudança da Capital Federal, exerce influência sobre os políticos mineiros na decisão da construção da Nova Capital de Minas Gerais. Dessa forma, numa imbricação histórica, Varnhagen influencia a construção de Belo Horizonte e Belo Horizonte é um empreendimento análogo à Brasília.

A obra magna de Varnhagen é **A História Geral do Brazil** (1854), que lhe conferiu destaque no IHGB, do qual já era filiado desde 1840. Segundo Canabrava, no artigo “Apontamentos Sobre Varnhagen e Capistrano De Abreu” (1971, p. 419): “a

História Geral se filia à História Filosófica, inscrita entre os objetivos do Instituto, ou seja, aquela que deve ser dominada pelo pensamento científico, pela soberania da razão”. Sendo assim, é produzida dentro dos princípios da história científica eurocêntrica. No prólogo da segunda edição, aumentada pelo autor, Varnhagen advoga pela necessidade de conhecimento da história colonial:

Outras considerações farão ainda mais sensível a importância do estudo da história pátria colonial. Por ocasião de ser proclamada a independência e o império em 1822, o Brasil contava já em seu seio patricios eminentes, cidades policiadas e fontes de riqueza, abertas pela agricultura, pela indústria e pelo comércio.

Fôra tudo isso obra do acaso, ou creado de repente? (VARNHAGEN, 1877, p. VI)

Varnhagen nega, em seguida, e faz uma espécie de elogio ao colonizador, esse homem que veio em tempos árduos, sob um regime condenável, que sofreu desde as agruras na terra inóspita e de uma metrópole despótica até a Santa Inquisição. Para o Visconde, também, a natureza do Brasil se mostrou mais difícil de conquistar que a do restante da América, desde seus aspectos físicos, mas também pelo caráter “menos civilizado” de seus indígenas em comparação com os povos da Mesoamérica ou dos Andes. No caso da América do Norte, para o autor, sua colonização a sorte foi encontrar um clima “como o donde vinham” (p. VII). Trazer à luz essas dificuldades, para ele, faz parte de um escopo de “intenções elevadas de formar ou de melhorar o espírito público nacional”, algo que estava em falta a seus contemporâneos (aqui ele aponta nominalmente o escritor baiano Rocha Pitta).¹² Varnhagen deixa bastante claro seu objetivo: não importam as filigranas, os detalhes individuais, mas sim os eventos gerais que constroem a nação: a compreensão da história é de evolução, e a tarefa do historiador é julgar quais eventos criam o quadro geral da forma como essa nação se constituiu:

Cada dia nos convencemos mais de que a história é um ramo da crítica, não da eloquência; e que perante o tribunal della, o historiographo não é um advogado verboso e florido, mas antes um verdadeiro juiz, que, depois de averiguar bem os factos, ouvindo as testemunhas, com o devido critério, deve, feito o seu allegado com o

¹² “dizemos ser a do escriptor bahiano ‘omissa em factos essenciaes, destituída de critério, e alheia a intenções elevadas de formar ou de melhorar o espirito público nacional, fazendo avultar, sem faltar á verdade, os nobres exemplos dos antepassados’.” (VARNHAGEN, p. XIII)

possível laconismo, sentenciar na conformidade das leis equitativas da sociedade e humana justiça. (VARNHAGEN, 1877, p. XII)

Varnhagen deixa claro que se afilia a uma nova escola de pensamento, uma escola científica, cuja intenção é a da verdade, não o sentimentalismo. Essa postura em frente ao estudo histórico instrumentaliza a produção dos historiadores filiados ao IHGB. Como aponta Guimarães, o Visconde de Porto Seguro é um prestador de diversos serviços ao Império do Brasil:

O conhecimento da história adquiriu um sentido garantidor e legitimador para decisões de natureza política, mormente aquelas ligadas às questões de limites e fronteiras, vale dizer, aquelas ligadas à identidade e singularidade física da Nação em construção. O domínio de um saber específico parece neste caso estar intimamente ligado à viabilização de um certo poder em vias de definição. (GUIMARÃES, 1988, p. 15)

O trabalho do historiador, portanto, não é um trabalho com fim de produzir historiografia, mas sim de produzir formas de ação do Estado através da identificação dos problemas nacionais e possibilitar suas formas de correção. Assim, os trabalhos publicados e premiados pela Revista do IHGB também incentivam as excursões científicas e o trabalho de antropologia como parte do trabalho do historiador. O problema antropológico, aqui, é registrar os povos originários em vista de seu desaparecimento quando subsumidos pela civilização, por isso, é um trabalho simultaneamente etnográfico e historiográfico. Outro proeminente membro do IHGB, Capistrano de Abreu, por exemplo, em seus **Capítulos de História Colonial** (1907) deixa a ideologia sobre a situação das raças no período colonial de forma bastante clara:

Da parte das índias a mestiçagem se explica pela ambição de terem filhos pertencentes à **raça superior**, pois segundo as idéias entre elas ocorrentes só valia o parentesco pelo lado paterno. Além disso pouca resistência devia encontrar os milionários que possuíam preciosidades fabulosas como anzóis, pentes, facas, tesouras, espelhos. Da parte dos alienígenas devia influir sobretudo a escassez, se não ausência de mulheres de seu sangue. É fato observado em todas as migrações marítimas e sobrevive ainda depois do vapor, da rapidez e da segurança das travessias. (ABREU, 1998, p. 40, grifo nosso)

O uso de “raça superior” para referir-se aos colonizadores brancos é feito sem nenhum tensionamento. Capistrano de Abreu, juntamente a Varnhagen, são os pais da história científica nacional, os membros de maior vulto de sua geração de historiadores e cujas obras tornaram-se parte do panteão de clássicos do

brasilianismo. O lado da razão e da ciência é o lado que compreende que existe uma “raça superior”, e que essa raça é a responsável pelo processo de tornar o Brasil parte da modernidade, que também é racional, científica e branca.

1.5 O AVESSE DO ARQUIVO: QUESTIONANDO AS LACUNAS DOCUMENTAIS OU COMO ESCREVER SOBRE ARQUIVOS NÃO ESCRITOS

Este é um texto sobre um desaparecimento. O desaparecimento de *Bello Horizonte*. O arraial que se candidatou a sair da posição de arraial e se tornar capital do estado, mas que, como consequência, evanesce num passado mitológico sob a designação que havia abandonado, o nome de Curral D’El Rei. *Bello Horizonte* não quis mais ser Curral D’El Rei pois não queria mais ser rural e monárquica. O arraial foi demolido pelo seu próprio desejo, o desejo também da nação, o desejo do progresso, moderno, urbano, republicano, científico, o desejo de não ser mais arraial e se tornar algo maior. O que resta de um lugar que se imagina o oposto de si mesmo?

A produção historiográfica necessita, sabe-se, da consulta ao documento. A história urbana tem, como especificidade, três diferentes tipos de arquivo: o documento circunscrito em seu tempo, como cartas, fotografias e registros civis; o documento técnico, do domínio dos mapas, desenhos arquitetônicos e levantamentos topográficos; e a própria cidade em si. Cada registro determina uma espécie de aproximação e uma “conversa” específica. Dos documentos, resgatamos questões ligadas ao período estudado; do desenho técnico, as questões relativas à ciência do urbano desenvolvida em cada época; da cidade em si, a sínteses das diversas camadas históricas com as estruturas políticas, econômicas e sociais envolvidas. Marina Waisman (2013) nos lembra que a especificidade da arte é o objeto ser em si um documento que atravessa diferentes temporalidades e tem seu significado alterado no tempo, e que a arquitetura segue o mesmo princípio, adicionando-se a questão das funcionalidades. Já a cidade assoma mais uma camada: o próprio objeto modifica-se não pela ação do tempo, mas por intervenções que se dão no sistema

complexo entre as relações sociais, os poderes que governam e disputam os espaços e até mesmo a imaginação sobre a cidade, o que se deseja para um lugar.

Contemporaneamente, apresenta-se na discussão historiográfica um problema que tensiona a forma de se dirigir a um arquivo: o problema metodológico da produção de conhecimento sobre o que foi apagado, invisibilizado, ou, no vocabulário decolonial, sofreu violência epistêmica: conhecimentos, formas de vida, expressões artísticas que, por não serem hegemônicas ou de interesse do Capital nem do Estado, tiveram seus registros apagados ou suas histórias recontadas à maneira “adequada” aos interesses dominantes. Então: como encontrar a voz negada ao subalterno, a questão colocada por Gayatri Spivak? Spivak (2014) conclui que, dentro do sistema regente, o subalterno não pode falar, pois as próprias ferramentas de discurso são negadas ao subalternizado. O imperativo para uma práxis teórica anticolonial, seria, em vista disso, tanto compreender o funcionamento dos mecanismos de silenciamento quanto elaborar novas possibilidades de acesso às vozes suprimidas. Aqui se delinea nosso problema: como acessar os registros do invisível? Algumas formas de aproximação a essa questão têm sido levantadas nos trabalhos contemporâneos:

- 1) A história dos vencidos, dos que subsumiram na síntese urbana.
- 2) A contribuição apagada, de atores da produção do espaço que foram apagados da historiografia dominante.
- 3) A história da resistência, de grupos que desafiaram as formas de produção do espaço hegemônicas.

Essas três vias têm representado as formas de pesquisa que tentam acessar a questão aqui colocada. Cada via implica também em uma aproximação ao documento. Alguns pesquisadores têm buscado ir ao encontro de resquícios do tempo estudado, através de documentos catalogados fora das fontes oficiais, como fotografias de família e história oral. Existe também a possibilidade de uma análise da construção dos discursos hegemônicos dentro das instituições, os atores desse processo e a dissecação de suas ideologias. No âmbito de como a cidade se sintetiza, pode-se propor uma aproximação teórica a partir dos discursos de planejamento em oposição ao que, a princípio, não fazia parte do planejamento – como a produção de periferias, embora compreendamos que é parte intrínseca da produção do espaço urbano contemporâneo. É necessário, também, o questionamento do que se entende

como patrimônio histórico para construção do que é compreendido como relevante para além das expressões culturais de uma elite, sendo imperativo entender outras formas de moradia, de espaços religiosos, de relações de vizinhança na cidade.

O que sabemos efetivamente é que é preciso ter consciência de que o arquivo investigado não representa a totalidade do conhecimento, mas um recorte sobre ele, e que as lacunas desse arquivo se dão justamente no que o discurso dominante deseja mostrar. É preciso, portanto, ter-se uma compreensão de como o poder atua na produção espacial de determinado período a partir de suas formas de reprodução, em outras palavras, quais são os interesses econômicos, da organização do trabalho e sua relação com a legislação. É preciso compreender como essas estruturas agem sobre o território, e imaginar como o território age sobre essas estruturas. A partir disso, deve-se compreender o que está em disputa e como essa disputa se dá. A luta das classes que disputam o território nos dirá onde estão seus escombros: quem foi vencido, e quais vozes foram silenciadas. Ela também pode nos apontar, finamente, onde está a resistência. A atitude aqui é atentar-se para o vazio, para a fresta, e imaginar o que poderia preencher os espaços.

1.6 ESCREVER POR ENTRE AS FRESTAS

As imagens são construídas em diversas formas: palavras que se unem em versos, crônicas, anúncios, recortes, desenhos, croquis, colagens, quadros, fotografias. Tecidos que se transformam em vestes, plantas que conformam um jardim. O jardim pode ter veredas que se bifurcam, pode ser Zen, pode ser inglês ou francês. Imagens são recortes de uma ideia de vida plasmadas num meio adequado, as vezes pré-concebidas, as vezes uma antevisão do mundo que se deseja. Sempre enviesadas, sempre repletas de subjetividade, mesmo quando se entendem jornalísticas (ou especialmente). Isso todos, contemporaneamente, discutimos à exaustão. Mas se entendemos que há um recorte, é possível enxergar o que foi deixado fora do enquadramento? Para Josefina Ludmer, num espaço-território como a América Latina, construído pela violência e pela negação, nos resta a tarefa de especular:

O sentido da especulação é a procura de algumas palavras e formas, modos de significar e regimes de sentido, que nos permitam ver como funciona a fábrica de realidade para poder encontrar seu avesso. A finalidade secreta, o ganho e o benefício perseguidos pela especulação é pensar o mundo! (LUDMER, 2013, p. 10)

A especulação é buscar no real, no conjunto das práticas humanas,¹³ as formas como essa realidade produz estruturas de silenciamento, apagamento, silenciamento. Assim, imagino que podemos olhar para as imagens produzidas num dado recorte temporal e espacial e indagá-las sobre como sua fabricação produziu seus escombros. Por isso, atualmente, trato de olhar para a população do Arraial de *Bello Horizonte*, expropriada até de seu nome, sendo referenciada atualmente pelo nome antigo de Curral Del Rey, o qual ela mesma havia rejeitado.

Nos arquivos da CCNC temos o “como” a expropriação do Arraial foi feita. Ao olhar para as imagens produzidas pelas ações do desaparecimento do Arraial vemos nomes nos processos, endereços, toponímias. Vemos a forma de arquivamento dessas casas, vemos quais formas nunca foram devidamente registradas, vemos quais terrenos eram quintais, quais eram terras devolutas, e o que havia sobre eles. Vemos as hierarquias espaciais, a não uniformidade da apropriação do território. Vemos quais espiritualidade são consideradas dignas de registro e, assim, nos perguntamos, o que foi feito das construções que nunca foram registradas. Quais eram?

Se uma bruxa assombra a capital, havia bruxaria no arraial.

Se essa bruxa mora numa cafua, o que, afinal, é uma cafua?

Por que um conjunto de cafuas forma um morro?

Porque esse morro é denominado favella?

O desaparecimento do arraial é a criação de uma ideia de cidade. Uma imagem de urbanidade. Ao se compreender que há vencedores que detém o poder de narrar a história, compreende-se que há perdedores expropriados desse poder falar. Identificar quem são, é, portanto, a primeira tarefa. Um genérico “desvalidos” “ou

¹³ “Mas, a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais” (MARX, 1982, Tese 6).

“oprimidos” não engloba a complexidade desses grupos, mas recai no mesmo mito do “universal” adotado pelo centro para planificar a diversidade.

Olhar para as frestas significa buscar o heterogêneo nos escombros do Progresso, compor um conjunto do Real (tudo que se produz como sociedade) a partir do material, mas também do que se pensa, se canta, se deseja e, sobretudo, do que falta. Partir de quem aparentemente não está lá. Onde estão? É a pergunta que se deve ter em mente. Das frestas surgem as disputas internas das classes, as intersecções entre classe, gênero e raça, as diversas demandas que atravessam os indivíduos e suas subjetividades, pois são nesses lugares que o poder age de forma mais contundente.

Lembrar que esses espaços são compostos do que é indesejado, do que é proscrito, e entender o porquê. Lembrar que os derrotados não são somente os que se tornaram subjugados e submetidos, mas também os que simplesmente deixaram de possuir um lugar na modernidade e foram, então, tornados inadequados, sem lugar, pelo turbilhão do Progresso. Entender que o desaparecido, o apagado pelo Progresso, nos conta como o Real pode ser múltiplo e que não existe numa perspectiva única.

O desaparecido explicita os mecanismos de dominação e de subordinação, pois seus vazios são o contorno das imagens dominantes: como numa imagem de figura/fundo, tornar visível o desaparecido recria os contornos do hegemônico, mostra seus limites e, principalmente, que não conforma a totalidade da vida.

No que se refere ao problema da “Colonização do Ser” a partir da produção de um imaginário social conformado pela contradição entre busca de identidade nacional e subordinação dentro do Sistema-Mundo, os principais conceitos que norteiam essa análise, são a relação entre **Identidade e Negação de Alteridade**. Numa construção de imaginário dentro de um sistema estruturado por ideologias de subordinação, em termos de território, são tensionadas as espacialidades do atraso, representadas aqui pelo Arraial “ultrapassado” que busca se “desenvolver” e tornar-se A Metrópole Modernizada. A partir desse par surgem, as seguintes categorias territoriais: valor de uso, valor de troca, terras da Coroa, sesmarias, termos, terrenos devolutos e terras da Igreja.

No que se refere ao problema da “Colonização do Saber” através da perseguição e silenciamento de práticas sociais por meio de uma ideologia do progresso, norteiam a análise os problemas da constituição do Real, e das práticas sociais num território marcado pela Diferença colonial. Para isso analisamos as contradições entre o espaço racionalizado por meio do projeto e da higiene e o que seria um espaço irracional, fora da temporalidade moderna. Para compreensão do significado dessa dicotomia, as categorias analisadas são: Urbanismo, Projeto, Modernização e Desenvolvimento.

No que se refere ao problema da “Colonização do Poder” e de como o poder diferencia formas de existência no território da periferia do sistema, estão compreendidas como as ideias de Progresso, Desenvolvimento/Modernização são colocadas como contrárias às espacialidades conhecidas como o Sertão, Arraial e Vila, remodelando o território a partir da oposição entre as categorias Urbanizado e Periférico, Subúrbio e Colônia.

As continuidades e descontinuidade históricas ocorrem de forma distinta na Periferia e no Centro, bem como no tempo e no espaço. Uma das questões formais centrais para uma lógica dialética como crítica da história científica/positivista é a questão de como a descontinuidade atua. Se o historicismo do século XIX buscou na construção de continuidades a articulação entre os eventos históricos, a dialética histórica rompe com essa noção ao afirmar que a relação de continuidade entre eventos não é necessária para a compreensão de causalidade histórica. A ruptura é o que, na verdade, constitui o motor dos acontecimentos (a ruptura, em Marx, chamada de revolução).

Como foi explicitado anteriormente, a noção de história como linha reta deriva da ideologia da superioridade europeia que, no século XIX, coloca a forma do estado europeu novecentista – imperialista, industrial, capitalista – como ápice da evolução da humanidade e o único e possível desfecho dos eventos que se desenrolam desde a pré-história até a dominação de praticamente todo o globo pelos estados nacionais europeus. Essa noção dá a fundação ideológica ao imperialismo novecentista, que se apoia moral e ideologicamente na ideia de levar a civilização aos povos selvagens e primitivos. A descontinuidade surge, portanto, como fundamento para a construção de uma contra-história dessa ideologia.

Contra a ideologia do Universal como homem branco e de história como um *locus* de enunciação único e hegemônico (branco e Norte centrado), a práxis teórica à qual buscamos aderência é trazer à luz pontos de vista dissonantes da história hegemônica contada pelo Norte e utilizar-se do arcabouço epistemológico produzido no próprio Sul global, o que, resumidamente, seria o giro decolonial num recorte historiográfico. Nesse sentido, o próprio fato de identificar o lugar do qual se fala hegemonicamente traz à luz que é uma posição ideológica e não uma verdade factual e neutra.¹⁴

Assim sendo, propomos, formalmente, uma historiografia que faz crítica à noção de progresso ao analisar os processos de produção do espaço, antes de tudo, a partir da ruptura, não de um suposto desenvolvimento. No caso em questão, a ruptura se dá na própria destruição de um Arraial para a construção da Metrópole Moderna e nas implicações disso no imaginário da cidade modernizada. Para a construção do arcabouço do imaginário da modernização trazemos uma análise do discurso de quem, através de meios oficiais, narrou os eventos do desaparecimento do Curral no capítulo 1 **NÓS, CRONISTAS**. São esses espectadores privilegiados, que, em primeira pessoa, deram seus testemunhos através da imprensa oficial, da arte, do registro fotográfico e da própria produção do projeto urbanístico da nova cidade. A partir da imagem formada pelo conjunto de cronistas percebemos onde se localizam os fatores que indicam a necessidade de findar o Arraial, como foi construída a perspectiva de necessidade do desaparecimento dessa forma urbana e o que isso implicaria nas relações sociais e nas redes urbanas envolvidas no processo.

Por outro lado, no capítulo 2 **ELES, O POVO**, é feita uma tentativa de entrada pelo avesso do discurso dos cronistas. Nesse processo encontramos o que Walter Benjamin chamaria de “fantasmagorias”, os resquícios dos escombros do processo de modernização. Como fantasmagorias do processo de modernização encontramos, então, a moradia de um fantasma que ronda a imaginação da metrópole, a Maria Papuda. A sua moradia era a cafua.

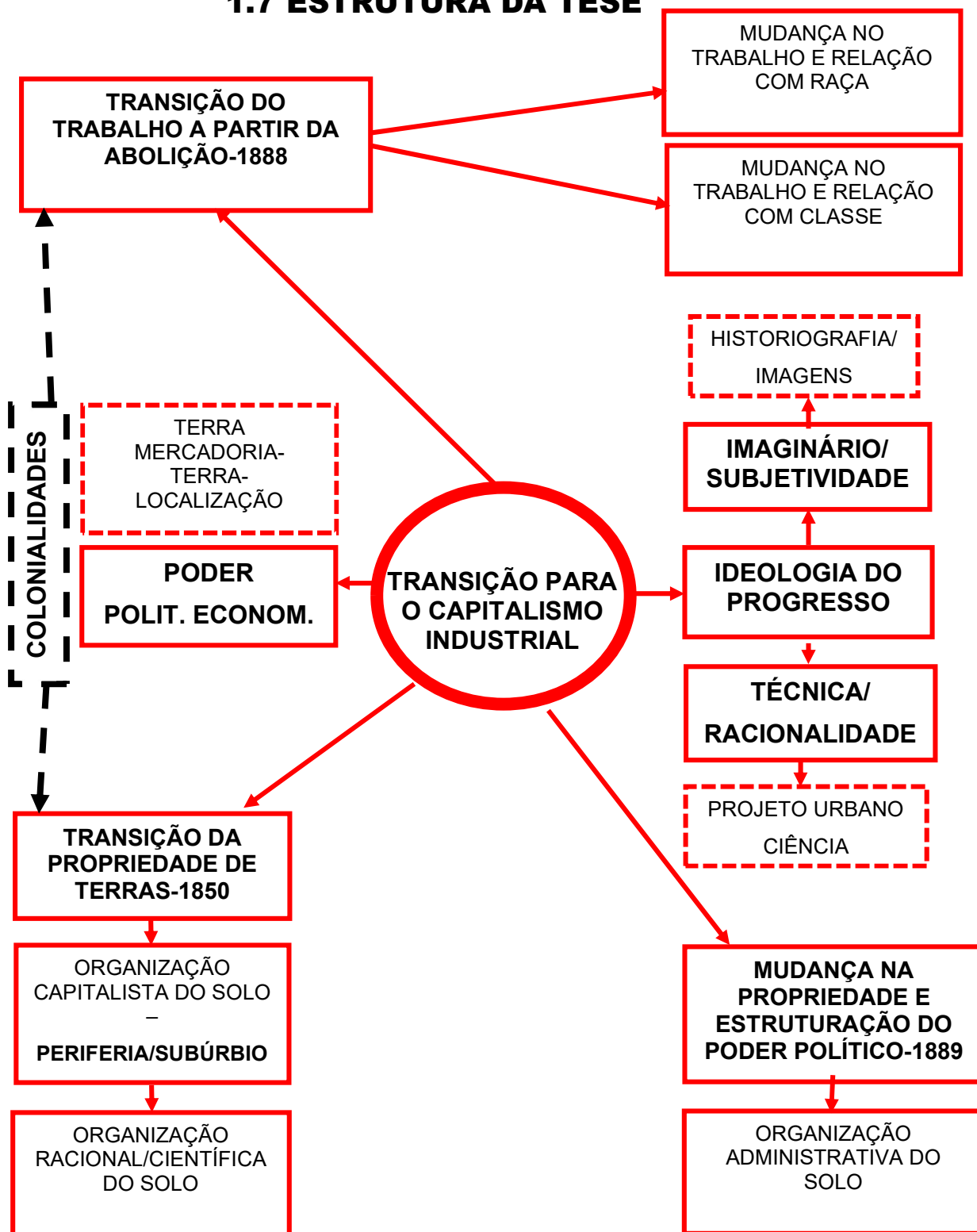
¹⁴ Walter Mignolo (2007, p. 66), assim explicita o problema: “El hecho de que una parte significativa de la historia moderna haya sido silenciada se debe a la existencia de la perspectiva de la modernidad europea (el occidentalismo como locus de enunciación), desde la cual se ha escrito la historia de la modernidad”.

A história do registro material da caçua nos leva a entender o espaço do Arraial em sua relação com o Sertão, o interior “selvagem e indomado” do país, assim como a transição do Sertão para o rural, um espaço, na modernidade, domado pela lógica urbana, e não oposto a ela. Concluimos, então, com a produção do território a partir da síntese desses dois temas contraditórios no capítulo 3 **O TERRITÓRIO**, no qual é discutida a mudança das categorias territoriais coloniais de Vila, Arraial e Sertão para a entrada nas categorias modernas de Urbano e Rural.

A produção dessas sínteses parte das tríades: a das Contabilidades, que aqui reduzimos à colonialidade do Ser, do Poder e Do Saber, justaposta aos termos propostos por Henri Lefebvre de espaço Vivido, Percebido e Concebido. Não é parte do trabalho uma análise da obra lefebvriana, mas sim partir dos termos que ele entende como parte do que seria a equação de síntese espacial, a dimensão do uso do espaço, a dimensão do projeto desse espaço e a dimensão da imaginação sobre esse espaço, em termos das implicações da colonização sobre eles. O que significa um uso colonizado do espaço? Um conhecimento colonizado sobre o espaço? Uma imaginação colonizada sobre o espaço?

A dedução das duas tríades nos colocou diante da seguinte equação: aqui a produção do espaço se dá a partir da oposição entre **o que nos é permitido saber** e **o que não é permitido acessar**. O que nos é permitido saber é o espaço formado pelo projeto estatal e empresarial, pela historiografia oficial e pela ideologia de modernização urbana. O que não nos é permitido acessar são os espaços postos fora dessa lógica, impedidos de serem “urbanizados”, que tem os afetos públicos mobilizados em torno da rejeição e do medo. Nessa tensão se forma a cidade brasileira, e essa tensão altera esse espaço a todo momento, portanto, é preciso enfrentá-la também pela lente historiográfica, além da sociologia e antropologia urbana.

1.7 ESTRUTURA DA TESE



2 NÓS, CRONISTAS

Quadro 1: Descrições do Arraial

AARÃO REIS	JÚLIO CÉSAR PINTO COELHO	CLUBE REPUBLICANO DE BELO HORIZONTE
<p>“Belo Horizonte - Situada na encosta ocidental do vale do rio das Velhas, em altitude superior de mais de 100 m à cidade de Sabará, da qual se afasta cerca de 18 km para oeste, demora esta localidade quase no planalto divisor das águas desse grande rio das do Paraopeba, confluente ambos do S. Francisco, dominando, em esplêndido horizonte, a maior parte do chapadão que se estende para o norte.</p> <p>“A essa vantajosa posição local e à sua posição geográfica a 19° 55'22” de lat. sul, lo 10' 6” de long. oc. do meridiano do Rio de Janeiro e a mais de 800 m acima do nível do mar, acresce ainda a circunstância de, assente sobre a bacia do ribeirão do Arrudas, apresentar a localidade em seus principais lineamentos topográficos, a bela forma de um vasto e amplo anfiteatro, aberto para o Oriente, como para receber desde cedo os benéficos raios solares, e, encostando-se, ao sul, à serra do Curral, que a protege contra os ventos frios e úmidos que, nessa direção, atravessam as serras de Ouro Branco e da Moeda, e, ao norte, a serra da Contagem, que atenua os efeitos dos ventos cálidos que, atravessando as margens pouco salubres do S. Francisco, sopram nessa direção, ficando, porém, inteiramente desafogada para os ventos - antes brisas - do leste, que a bafejam constantemente, e, também, para os do oeste, que sopram algumas vezes do vale do Paraopeba, mais elevado que o do rio das Velhas e coberto de extensas matas fartamente regadas por abundantes córregos e ribeirões.</p> <p>“Esse belo anfiteatro oferece, sob a forma de um dodecágono, superfície superior a 1.900 ha e bem suficiente, portanto, para o estabelecimento, em boas condições higiênicas, de uma população de 190.000 habitantes, à razão de 100 m2 por habitante, média mais folgada, como já dissemos, que as das principais cidades européias e americanas edificadas em condições sanitárias vantajosas; sendo que, fora dele, há ainda a grande várzea do Capão da Posse, indicada na Planta n. 3, que permite o desenvolvimento futuro da população em larga proporção. Para o início, porém, da nova cidade e suas primeiras necessidades de expansão até 26.000 habitantes, bastam os 260 ha que, na esplanada à margem direita do Arrudas, em altitude média de 800 m, compreendem atualmente a modesta povoação e seus arredores.</p> <p>“Essa área apresenta a forma de um grande T, cuja haste é constituída por bela faixa de terreno que, com a largura média de 600 m e inclinada em declividade média de 2% para o ribeirão, prolonga-se cerca de 3 km com declividade média de 1%; e cujo travessão é constituído pela encosta oriental do espigão que separa as águas do ribeirão Acaba-Mundo das do córrego Leitão, que, com largura média de 400 m e declividade máxima de 7%, estende-se por cerca de 2 km com declividade média de 1,3%, como indica a Planta n. 2, levantada pelo Dr. Samuel Pereira.</p> <p>“Esses terrenos são, infelizmente, de propriedade particular, mas, no pentágono indicado na Planta n. 2, sob a denominação de Santa Cruz, ao sul da atual povoação, e em altitude média de 850 m, há, sobre a totalidade de 300 ha, 220 ha de terras devolutas; e, ainda, na confluência do córrego do Pinto com o ribeirão do Arrudas, em altitude média de 820 m, há vasta área de terrenos devolutos, que vai indicada na Planta n. 3, superior a 300 ha.</p> <p>“Quer os terrenos de Santa Cruz, quer os do Pinto prestam-se à fundação de uma bela cidade; os da esplanada do Arrudas avantajam-se, porém, não só porque o subsolo no Pinto não oferece a excelência que ostenta o da esplanada, onde até 5 m de profundidade não foi encontrada água subterrânea, como porque Santa Cruz não se presta, tão bem como a esplanada, ao alinhamento e nivelamento das futuras ruas, exigindo terraplenagem mais dispendiosa e não dispondo de materiais de construção tão próximos.</p> <p>“A localidade designada por Belo Horizonte presta-se, pois, sob o ponto de vista de sua topografia e de sua posição local e geográfica, à edificação de uma grande cidade em boas condições técnicas”.</p> <p>(REIS, 1893, p.20-21)</p>	<p>“Belo Horizonte é um arraial de cerca de 600 (?) almas, atualmente, situado mais ou menos a 0o 40' 7” long. do Rio de Janeiro, 19° 52' lat. Sul. Sua altitude regula por 876 m. e a temperatura média do lugar por 16° centígrados. Clima temperado. Pela sua posição vê-se que pode ser servido por um pequeno ramal da Estrada de Ferro Central do Brasil, de leve construção, que, partindo de um ponto fronteiro ao núcleo colonial de Sabará, constituído entre esta cidade e a de Santa Luzia, siga pelo vale do ribeirão do curral, na extensão máxima de duas léguas e meia. A povoação é suprida de excelente água, própria para todos os usos domésticos, em quantidade suficiente para uma população de mais de 30.000 almas, sendo fácil, se preciso for aumentar o suprimento à vontade, por haver nas proximidades vários outros cursos de boa água potável, que podem ser para aí encaminhados com diminuto dispêndio. Os terrenos são perfeitamente escoados e arejados, isentos de pântanos, charcos e alagadiços, e uniformemente firmes e resistentes. Quanto à sua constituição geológica, são formados por xistos itacolomíticos, rochas de itabirito, ricas gangas, xistos argilosos, ditos argilo-ferruginosos, diuritos e formação cuja base é o gnaíse, etc.</p> <p>“Mais particularmente, encontram-se em Belo Horizonte e suas imediações excelentes rochas para construção, ricos calcários e preciosas argilas.</p> <p>“Nas matas que aí existem, alternando com os belos campos, abundam também as madeiras de construção, tais como. garapa, aroeira, peroba, angelim, canelas, piúnas, braúnas, vinháticos.</p> <p>“O aspecto geral é essencialmente aprazível à vista, bem justificando o merecido nome de Belo Horizonte. Situada nas fraldas da serra do Curral, é esta zona constituída por uma série de ondulações suaves do terreno, bordadas de matas e cortadas de numerosos regatos e córregos, que levam seu tributo ao ribeirão, ou antes - rio do Curral -, cujas vertentes se prestam belamente ao desenvolvimento de uma populosa cidade, suscetível de todos os serviços de embelezamentos reclamados hoje pela civilização.</p> <p>“Os leitos de todos os cursos d água têm a necessária declividade para que as águas corram sempre desimpedidas, etc.</p> <p>“Os campos em toda a circunvizinhança são próprios para a criação de gado vacum, cavalari, suíno, lanígero, etc.</p> <p>“A uberidade do solo é excepcional. Assim, o milho, o feijão, o arroz, a batata, o aipim, o trigo (?) e toda sorte de legumes; a manga, a laranja, o abacaxi, a fruta-do-conde, o araticum, a jabuticaba, a uva, a maçã, o pêssago, a romã, a ameixa, a banana, o figo, o caju, a gabiroba, o murici, a mangaba, borracha, etc., aí prosperam admiravelmente e dão fartos e deliciosos frutos.</p> <p>“A par de tantas vantagens, uma salubridade que nada deixa a desejar! Está, portanto, talhado este lugar para a futura capital do grande Estado de Minas.</p> <p>“Juiz de Fora, em 10 de julho de 1890.</p> <p>“Júlio Pinto”.</p> <p>(BARRETO, 1996, p. 234-235)</p>	<p>“A freguesia de Belo Horizonte contém uma topografia de extensão de 24 km do nascente ao poente e 30 km de norte ao sul; está aproximadamente situada no centro do Estado de Minas Gerais, nas encostas da Serra do Curral dei Rei, hoje Belo Horizonte; tem excelente clima muito saudável.</p> <p>“A povoação de Belo Horizonte está situada numa bacia de campo com pequenos declives para o ribeirão Grande que margeia a povoação.</p> <p>“O terreno ocupado pela povoação do arraial tem de extensão 1 km do nascente ao poente e de 2 km de norte a sul. A população da freguesia é de quatro mil almas aproximadamente.</p> <p>“Na povoação existem duas igrejas, sendo uma a Matriz de N. Senhora da Boa Viagem de Belo Horizonte, e outra do Rosário; há duas praças ou largos, com nomes das igrejas; há oito ruas denominadas General Deodoro, Sabará, Congonhas, Capão, Santana, Rosário, Boa Vista e Comércio, sem calçamentos, sem alinhamentos, com cento e setenta e duas casas longe umas das outras, com grandes quintais com arvoredos e frutos, todos com abundância de águas nascidas dos quintais e do rego grande, que abastece em parte este arraial.</p> <p>“As casas são de valor aproximado, vinte casas de três a seis contos, cinqüenta e duas de um a três contos e cem de duzentos mil réis a um conto de réis. Há na povoação dezesseis negócios de porta aberta, havendo um comércio regular, sendo quatro de fazendas secas, e os mais de molhados, miudezas e gêneros do País, havendo mais um animado comércio de tropas e carros que passam por aqui em destino às estações da E. de Ferro Central. Há na povoação duas aulas públicas, uma do sexo masculino, tendo matriculados atualmente setenta e oito alunos, e outra do sexo feminino, tendo atualmente sessenta alunas matriculadas. Há na povoação uma farmácia.</p> <p>“Há nas imediações da povoação desta freguesia trinta e uma fazendas de cultura e criação, de maior e menor escala, contendo em seu total aproximadamente seis mil alqueires de terras, sendo: quatro mil alqueires de cultura em capoeirão e capoeiras, contendo grande quantidade de madeiras de lei para construção, preço aproximado do alqueire, de trinta a cinqüenta mil réis, e dois mil alqueires de campos de criar, preço aproximado, de dez a quinze mil réis; todas as fazendas e terrenos descritos tem boas aguadas.</p> <p>“Além de terrenos já referidos, existe nesta freguesia vários terrenos devolutos, como sejam: na encosta da Serra ao norte, à direita, até esta povoação um terreno denominado Capão Grande com vários córregos que abastecem de água potável a esta povoação, com setecentos alqueires de terra aproximadamente, sendo, duzentos alqueires de cultura regular, e quinhentos alqueires de campos de criar.</p> <p>“Um outro terreno dividindo com a povoação ao sul, com sessenta alqueires de terras de cerrado.</p> <p>“Outro terreno ao poente denominado Pinto, com longitude de 1 km deste arraial contendo trinta alqueires de cultura regulares e setenta alqueires de campos de criar, com boa água e lugar aprazível.</p> <p>“Correm dentro desta povoação os córregos: do Leitão, da Ilha, Capão Grande, Mangabeiras, e o do Bolina, podendo com facilidade trazer outras águas a esta povoação, como sejam: o córrego do Capão da Posse, com 12 km deste arraial, o de Cercadinho com 4 km, o córrego das Piteiras com 3 km, e outros mais quando seja preciso, como sejam, os córregos: Taquaril e o do Cardoso, todos estes córregos nascem na serra e deságuam no ribeirão Grande, que margeia esta povoação.</p> <p>“Existem na freguesia oito olarias de excelente barro de telhas, tijolos e panelas. Há duas caieiras, e grande quantidade de pedras calcárias, como grandes pedreiras de cantaria e de pedras soltas prestáveis a calçamento, como também um morro de lajes prestáveis.</p> <p>“Dentro da povoação há oito curtumes de barbatimão, onde curtem-se de cinco a seis mil couros de reses por ano, que dão de dez a doze mil meios de sola, que se exporta na sua maior parte para a capital de Minas, e que se vende termo médio a quatro mil réis o meio.</p> <p>“Há na imediação desta freguesia, digo, desta povoação, uma fábrica de ferro, onde se funde jacotinga e manipula-se o ferro (de propriedade da Comp. Progressista Sabarense), que é de primeira qualidade, com uma força de quarenta operários diariamente.</p> <p>“Há na freguesia quarenta fábricas de farinha de mandioca, que produzem de quinze a vinte mil alqueires anualmente, que se exporta para as freguesias vizinhas e para a capital, preço médio, ao alqueire três mil réis.</p> <p>“Há na freguesia dezesseis engenhos de cana que produzem açúcar, rapaduras e aguardente em quantidade regular para o consumo.</p> <p>“Há na freguesia uma cultura de café, bem começada e que dá de doze a quinze mil arrobas, mais do que suficiente para o consumo do lugar, já se exportando grande parte para a Corte, havendo lavouras novas deste gênero que breve darão grandes colheitas.</p> <p>“Há na freguesia dois cultivadores de vinhas, que já fazem trezentos barris de vinho por ano (vinho superior).</p> <p>“Quanto aos mais gêneros alimentícios, há grandes colheitas, que chegam para o consumo da população da freguesia, e também para exportar para as freguesias vizinhas.</p> <p>“Há, nos campos devolutos e outros, grande quantidade de mangabeiras, onde se extrai a borracha. Há na freguesia grande número de gado de criar, como de éguas, porcos, carneiros, etc.</p> <p>“Há na freguesia seis açougueiros de profissão, que cortam mensalmente de cento e cinqüenta a duzentas reses para abastecimento de carne fresca e seca a esta freguesia e às freguesias vizinhas, de Sabará e Congonhas, preço médio de arroba (15 kilos) quatro mil réis.</p> <p>“Deste arraial à cidade de Sabará tem um percurso de estrada de rodagem, planície margeando o ribeirão Grande que vai desta povoação desaguar no rio das Velhas, atravessando a linha férrea Central na altura das Arrudas com o percurso de 18 km aproximados deste arraial à cidade de Sabará, oferecendo muita facilidade na construção de um ramal de estrada de ferro para este arraial, vindo das Arrudas, ou da cidade de Sabará, dando nesta povoação uma estação que muito concorrerá para o progresso de toda a zona, muito principalmente para esta freguesia, que tem grandes culturas e que brevemente haverá grandes colheitas de café e outros gêneros em vista das lavouras começadas aqui e em outras freguesias vizinhas, como seja a de Contagem, onde se exporta grande quantidade de café, Capela Nova, Santa Quitéria, etc., que todas suas exportações virão para este ramal.</p> <p>“<i>Belo Horizonte, 26 de julho de 1890</i> <i>Francisco Cândido Fernandes, José Carlos Vaz de Melo, Francisco Vaz de Melo Neto, João Carvalho de Aguiar, Sinfrônio José dos Santos Brochado, Eduardo Edwards, Domingos dos Reis Correia</i>”.</p> <p>(BARRETO, 1996, p. 235-237).</p>

2.1 ESTE TEXTO É SOBRE UM DESAPARECIMENTO

As três descrições apresentadas no quadro anterior compõem um tríptico de Imagens Urbanas do arraial de *Bello Horizonte* produzidas através de perspectivas distintas. Na primeira Imagem, feita pelo engenheiro-chefe da CCNC, Aarão Reis, é criada uma Imagem a partir da visão positivista, filosofia e visão de mundo comum à ciência, portanto, aos planejadores urbanos do período.

A segunda Imagem foi feita pelo Coronel Júlio César Pinto Coelho. Pouco se sabe sobre o coronel, o que existe é o descrito pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais,¹⁵ de onde é patrono da cadeira número 24. De acordo com o IHGMG, o coronel nasceu em Santa Bárbara e estudou engenharia rural no Rio de Janeiro. Retornou a Belo Horizonte já enquanto capital do Estado, onde foi importante empreiteiro e, também, chefe da Guarda Nacional e juiz de Paz. Era um republicano, e participou de forma mais efetiva do Clube Floriano Peixoto,¹⁶ que foi, provavelmente, um antecessor do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, o IHGMG.

O Coronel Júlio César Pinto Coelho foi um intermediário entre os republicanos do Arraial e o governo do estado para a candidatura à nova capital. Ele apresenta-se, portanto, como alguém pertencente tanto ao Arraial (passou a infância em Sabará) quanto ao mundo dos técnicos, cientistas e planejadores, por ser engenheiro. Era também um militante do republicanismo. A junção dessas características o tornou a pessoa ideal para apresentar *Bello Horizonte* como um local viável para a nova capital junto ao Governo.

A terceira Imagem Urbana é a do arraial sobre si mesmo ou, pelo menos, de sua elite: os membros do clube republicano local, responsáveis pela mudança do nome de Curral d'El Rei para *Bello Horizonte* e pela festa da Proclamação da

¹⁵ A participação dos institutos históricos e geográficos brasileiros será aprofundada na próxima seção, "Os Escombros do Arraial".

¹⁶ "O Clube Floriano Peixoto era uma associação de positivistas republicanos, criado na capital mineira em 1898. Em setembro de 1909, foi inaugurado o prédio construído para ser a sua sede, na avenida Afonso Pena, prédio esse que foi cedido meses depois – em maio de 1910 – para que a União instalasse ali a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais" (PENNA, 1997, p. 56, 98, 112; BARRETO, 1950, p. 217; LEAL, 1911, p. 8 apud CHAMON e GOODWIN JR, 2012, p. 332).

República local, evento descrito por Abílio Barreto (1996, p. 184) como “tendo sido aí erguidos muitos ‘vivas’ ao novo regime, pois a maioria de sua população culta era republicana”.

São três Imagens Urbanas distintas que compõe um conjunto entre o que existe no presente de 1893 e o que poderia existir naquele espaço. Sobre si, na rápida adesão da elite local à mudança de nome em face ao fim do Império e a comemoração ao advento da República, o Arraial pretende-se, portanto, estar consoante à temporalidade existente: não resiste à mudança, mas se adapta e se reinventa como parte dela. O que os republicanos e seu intermediário com o governo, o Sr. Júlio Pinto destaca: a forma física (ruas, casas, as fazendas), as indústrias presentes (olarias, de ferro, de farinha, de açúcar) a capacidade produtiva do solo (quantidade de produtos alimentícios produzidos e animais abatidos). Ou seja: percebem na localidade seu potencial de trabalho, produção e geração de riqueza. Destacando sua imparcialidade, o engenheiro Aarão Reis, porém, nada diz sobre essa imagem criada do Arraial pelo seu Clube Republicano. O que ele descreve é um terreno com condições topológicas, hidráulicas e geológicas suficientes para que venha a existir uma cidade do porte imaginado para a capital. A comparação de tamanho é a partir de “capitais europeias e americanas”. Reis claramente não vê o Arraial como território urbano apto a uma evolução para a forma de metrópole, mas como um lote vazio a ser urbanizado.

Vamos, portanto, analisar como a Imagem Urbana do Arraial se expressa no discurso contemporâneo à construção da Nova Capital. Aqui, as vozes são de técnicos, intelectuais e artistas que representam o que seria o imaginário “vencedor” ou, pelo menos, com alguma circulação. Para a introdução do contexto intelectual do discurso vencedor trazemos como o IHGB constrói a forma de análise da história e a construção do território nacional para que seja possível criar a identidade desejada para a nação após a independência.

Após essa análise, introduzimos os textos produzidos pela CCNC publicados nas edições da **Revista Geral dos Trabalhos** (RGT). Aqui, vemos, além do projeto da nova capital em si, como os membros técnicos da CCNC encaravam a tarefa e, principalmente, o sítio para qual o seu trabalho foi destinado, o Arraial de *Bello Horizonte*. Dentro dos trabalhos da CCNC, temos, em seguida, duas comissões específicas: a do Gabinete de Fotografia da própria CCNC, e a encomenda feita para o artista Emílio Rouède. Aqui, analisamos o embate entre o registro técnico fotográfico

e o artístico, e como esses dois registros se posicionam em relação ao seu objeto, o Arraial antes da Nova Capital.

Em seguida, temos as crônicas, publicadas no Diário Oficial do período, o jornal Minas Gerais, escritas em 1894 pelo arquiteto Alfredo Camarate, integrante da CCNC. Camarate vem ao Arraial em conjunto com sua firma “Edwards, Soucasaux e Camarate”, montada para a ocasião da empreitada e contratada para trabalhar junto à CCNC: Eduardo Edwards era um comerciante do Arraial com importância na comunidade local. Francisco Soucasaux era conterrâneo de Camarate, português, e foi parte importante do registro fotográfico do Arraial, que citamos anteriormente. As crônicas de Camarate – ou de Riancho, seu *nom de plume* –, formam uma perspectiva bastante pessoal do trabalho que se propõe, em especial como arquiteto e europeu (português e formando na Inglaterra com experiência profissional na França e na África), o “cidadão do mundo” novecentista, aventureiro e empreendedor.

Em contraponto ao olhar de Camarate, o olhar do escritor anarquista Avelino Fóscolo, nascido em Sabará e de infância pobre, vê com desconfiança o que Camarate via com empolgação. Fóscolo não escreve crônicas, mas romances sociais, acredita no formato do romance como educador, como ditava a corrente do Realismo Socialista do século XIX. Ao contrário da narração *in loco* de Camarate, Fóscolo especula para tentar expor a verdade oculta no elogio do progresso que, em geral, era produzido pela imprensa nacional.

Finalmente, apresentamos o pároco Francisco Martins, que chaga ao Arraial já no seu fim e vive seus dias de demolição para depois viver o início da Nova Capital. Francisco Martins, além de padre, também é historiador e jornalista, e se propõe a analisar a decadência e desaparecimento daquele local de uma perspectiva não do elogio do progresso e do desenvolvimento, mas com uma certa melancolia pelas almas ali presentes.

O conjunto de representações do Arraial nos dá um panorama das disputas do imaginário de país em jogo. Aarão Reis vê na localidade as questões puramente topológicas e ambientais e sua possibilidade de adequação como terreno da uma cidade. Não há menção à existência de solo urbano na paisagem descrita por Reis. Pinto Coelho, que faz a intermediação entre o Arraial e o Governo como um observador externo, também dá garantias da qualidade ambiental, porém lembra da existência de 30 mil almas. Somente os *bello horizontinos* do clube republicano, que

também são detentores de um poder local e seriam passíveis de pertencer ao sistema da modernidade descrevem suas próprias indústrias, sua forma urbana, suas casas e fogos. Os republicanos de *Bello Horizonte* compreendem o significado de modernidade, deixando claro que o Arraial é contemporâneo ao processo de desenvolvimento e progresso do Brasil, não localizado fora dessa temporalidade. Já para Reis, o Arraial sequer existe. Uma descrição sua, publicada na RGT, diz o seguinte:

Intimado pelo meu illustre amigo o Sr. Dr. Affonso Penna, a assumir a direção geral-technica e administrativa-dos vastos e variadissimos trabalhos referentes á **edificação da nova Capital do Estado de Minas Geraes em Bello Horisonte**, – nem um só instante me illudi quanto ás sérias dificuldades, de toda a sorte, que me seria mistér superar para desempenhar-me satisfatoriamente de tão ardua e espinhosa tarefa, nem quanto a tremenda responsabilidade, pessoal e profiissional, que me teria de assoberbar. (RGT, 1895, v. 1, p. 5, grifo nosso)

Figura 1: “Panorama Geral do Arraial”, fotografia do Gabinete Photographico (agosto de 1894)



Fonte: RGT, 1895, v. 1.

Ao contrário da tábula rasa que Reis descreve para o laudo do estudo dos sítios, aqui o engenheiro deixa claro que existe uma localização que não é somente geográfica e topológica, mas também um sítio com nome, uma localização reconhecível a partir de sua denominação, e não de coordenadas. No momento da escrita da RGT o sítio já havia sido decidido, estamos já no momento da construção da Nova Capital. O Arraial entrava em processo de desmonte.

A imagem que abre a primeira edição da RGT é uma fotografia descrita como “Panorama Geral do Arraial” (Figura 1). Novamente, está claro que a construção da Nova Capital se dá em uma conformação urbana existente, a forma de arraial. O primeiro plano da imagem mostra um pequeno arrimo que parece ser de uma estrada e, ao fundo, em último plano, algumas edificações no que ficaria conhecido modernamente como “estilo colonial”, que se refere ao casario das vilas, cidades e arraiais brasileiros até o século XIX, mas não às edificações rurais. O “Panorama do Arraial”, cujos tons de cinza e o afastamento do local possibilita a visão das edificações caiadas, em tons claros, não mostra a coexistência de casuaras e casarios “coloniais” no mesmo espaço edificado.

A próxima imagem da publicação, denominada “Largo da Matriz” já se aproxima da região central do Arraial e é usada, justamente, para introduzir o texto de Fabio Nunes Leal, secretário da CCNC, que descreve a localidade da Nova Capital. Leal inicia o texto, ironicamente, tecendo elogios à perfeita localização da Várzea do Marçal, e deixa claro que aquela era mais adequada que a de *Bello Horizonte*, porém, em suas palavras:

as rivalidades locais, os pequenos interesses políticos criaram o – Bello Horizonte – como que em supremo esforço para abafar a sublimada idéia da mudança da capital da vetusta Ouro Preto, que se apinacula tristonha, nos beiraes do caldeirão formado pelos serros do Itacolomy, sem horizontes sem luz, sem espaço, nem ar para a acanhada população, que se atrophia naquelles ladeiras quasi inacessiveis. (RGT, 1895, v. 1, p. 11)

Entretanto, sobre a produção humana do belo, Leal não vê qualidades nas povoações mineiras, e afirma:

Não primam as cidades e povoados de Minas por bellezas artísticas de qualquer especie: o homem parece até hoje alheio ao instinto do bello, não aproveitando sequer os encantos de uma natureza tão rica de sublimes, no assentamento dos seus lares: a veia de ouro ou de qualquer minereo industrial, a queda d'agua, como força motriz, os

pastaes espontaneos, o humus cafeeiro ou a terra sã de milho, eis as balisas unicas das preferencias de sua localisação no solo fertilissimo de Minas. (RGT, 1895, v. 1, p. 12)

É interessante considerar que, no *ethos* oitocentista, a produção do belo é também parte do conjunto da civilização, pois só o “homem civilizado” produz o belo. Fora da ação humana existe a ação divina na natureza, o sublime. A paisagem descrita por Leal reside numa transição de mundos: possui algo de bom referente à ação humana, mas no que tange à ação humana sobre a terra, as indústrias agrárias, não à produção artística, o ápice do fazer humano. Existe algo de qualidade na produção rústica, mas que não chega a configurar uma produção sofisticada, pois se relaciona à esfera da sobrevivência. A ornamentação dourada da igreja da Boa Viagem é descrita como “pesada, sobrecarregada, provinciana, sem imaginação e cansativa à vista”. A Igreja do Rosário como “capelinha desprovida de beleza e gosto”. A população local também não é descrita em tons elogiosos:

A população indigena é toda ella atrophiada fraca, sem cores, nem alegrias. Parece que fôra transplantada, na vespepra da chegada da Comissão, para este arraial, vinda de margens pouco salubres do S. Francisco, onde as cachexias paludosas imperam sem respeito, nem temor á quinina. (RGT, 1895, v. 1, p. 14)

As descrições de uma população local emaciada são também feitas pelo arquiteto da CCNC e cronista, Alfredo Camarate, assim como pelo recém-chegado pároco da Nova Capital, o Padre Francisco Martins Dias, que em seu **Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte** (1897) chega a cogitar a hipótese de que o problema da fraqueza da população local devia-se a sucessivas gerações endogâmicas. No capítulo “VI: Casamentos entre parentes”, após revisão de bibliografia sobre o estado do pensamento sobre endogamia na visão de cientistas contemporâneos, no pensamento da Igreja sobre o assunto e em relação com estudos antropológicos sobre a população brasileira, o pároco conclui:

parece-nos que fica respondida a pergunta, que girava ainda sem satisfatória resposta; e explicado como é que um lugar como este, de tão soberbo clima, de tão invejável fertilidade, de paisagens tão lindas, e com proporções tão vantajosas pra uma adeantada cidade, estivesse ele tão abatido e decadente, e com sua população tão resumida. (DIAS, 1995)

Camarate (1985, p. 43), por outro lado, na publicação da **Revista do Arquivo Público Mineiro** de “Por Montes e Vales”, coletânea das crônicas publicadas no jornal Minas Gerais, diz:

O tipo geral desse povo é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria; havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos.

Ora, essa fisionomia quase geral da população de Belo Horizonte desarmoniza completamente com a amenidade do clima, com o ar seco e batido quase constantemente pela brisa, com a natureza do solo que é magnífica e com a boa saúde e pantagruélico apetite que tem todos os que para aqui tem vindo [...].

Inclusive, Alfredo Camarate usa a terminologia “barroco” (p. 37) e precede, portanto, o historiador francês German Bazin, a quem a classificação do estilo arquitetônico das igrejas das Minas coloniais geralmente é atribuído. Camarate tem formação como arquiteto na Europa e, ao qualificar a igreja da Boa Viagem como “barroca”, a compara tanto com o estilo produzido na Europa quanto com a arquitetura presente em outras cidades mineiras. Ao contrário de Fábio Vilas Boas, que na RGT critica o edifício, ele considera um bom projeto, porém, concorda que a decoração interna é de baixa qualidade e que pode ser culpa de algum restaurador inepto. Camarate elogia a qualidade das talhas e considera que é uma igreja original, ponto onde diverge de Aarão Reis, que considera a arquitetura local muito ruim e indigna de nota, muito menos de conservação. Camarate observa que o altar-mor é notável, e aponta uma datação de 1788, a colocando como contemporânea a outras é igrejas do barroco mineiro.

Camarate, Aarão Reis e demais funcionários da CCNC que escrevem para a RGT, bem como nos documentos em geral, se referem ao Arraial sempre como “*Bello Horizonte*” ou “o Arraial”. O nome “Curral d’El Rey” não é usado. Isso nos esclarece o porquê de o burocrático nome “Cidade de Minas” não ter se tornado popular, sendo rapidamente substituído por Belo Horizonte. Curral d’El Rey surge, assim, como uma construção historiográfica feita para diferenciar o passado do Arraial do presente da Capital, posterior à construção. O Arraial se imaginou como Belo Horizonte para se adequar à Modernidade, ao republicanismo, imaginou que sua “evolução”, dadas suas características, o levaria a se tornar metrópole. O que nunca aconteceu. O Arraial simplesmente foi eliminado para dar lugar a uma outra Imagem de cidade – até seu nome foi negado.

As descrições de Leal, secretário da CCNC, Camarate, arquiteto contratado, e do padre Francisco Martins Dias, todos estrangeiros ao local, convergem na questão da aparência e constituição doentia da população da Nova Capital. Essa era uma das questões derogatórias levantadas contra *mudantistas* e por partidários de outras localidades: a acusação de uma população “plagueada” pelo bócio endêmico foi utilizada como ponto contra a localidade de *Bello Horizonte*. Mas a mesma acusação de falta de saúde não recai sobre Sabará, a cidade que é o centro regional e capital do condado. Sabará parece imune à falta de saúde ao seu redor. Isso dá uma evidência de que a falta de saúde abatia os núcleos pobres, mesmo dentro de uma região interiorizada. O “sertão”, além de separar litoral e interior do Brasil, separa também cidades e áreas rurais, numa reprodução fractal de hierarquias espaciais.

Leal irá reforçar, ao longo de sua descrição do Arraial, as qualidades naturais, o vento, a fertilidade do solo, as belezas da vegetação. E comentar que a mesquinhez política gerou um “acaso feliz” (1895a, p. 11), pois, apesar de não ser, assim, uma Várzea do Marçal, o Arraial de *Bello Horizonte* tem lá suas qualidades. Sendo uma das poucas que a distinguiria de praticamente qualquer terreno da região na qual se encontrava, uma específica: estava quase no cruzamento das duas linhas férreas mais importantes do estado, a Central, norte-sul, e a Espírito Santo-Minas, leste-oeste. Aqui começa a ficar mais clara a noção de “terra localização” como crucial para compreendermos o empreendimento da escolha dos sítios. Leal também elogia a aprazível natureza local.

Os poucos registros documentais do Arraial se resumem aos documentos produzidos pela CCNC no processo de desapropriação (ou *tombamento*, nome dado ao registro de imóveis na época) e o registro paroquial de terras, feito em 1854, para demarcação pela Lei de Terras (1850). Toda história do Arraial, entre seu suposto início em 1701 até seu fim em 1897, está em poucos resquícios documentais e de história oral. Isso significa que temos um panorama da situação patrimonial do Arraial, mas quase nenhum registro das formas de vida, práticas sociais, produções artísticas e políticas, ou seja, do Real do Arraial ao longo de quase 200 anos de povoamento.

Não encontramos escritores, pintores, artistas de qualquer tipo que constem como nascidos no Curral d’El Rey ou em *Bello Horizonte*. Não encontramos imagens que antecedam as imagens produzidas durante da construção da Nova

Capital, apesar de, frequentemente, a Serra do Curral ou o Arraial constarem em rápidas descrições de paisagens dos viajantes, em especial naturalistas, que passaram pelas Minas Gerais. No entanto, o Arraial aparece em todos os mapas da Comarca do Rio das Velhas e da província de Minas Gerais desde o século XVIII. Sua localização é conhecida e reconhecível pela proximidade com Sabará e pela Serra do Curral, que leva seu nome justamente devido ao Arraial.

2.2 OS ESCOMBROS DO ARRAIAL

O historiador Manuel Luís Lima Salgado Guimarães, no artigo “Nação e Civilização nos Trópicos” (1988, p.5-27), discute como o processo de criação da identidade nacional foi forjado pelo IHGB. Ele afirma, sobre a questão da história no século XIX, que: “o discurso historiográfico ganha foros de cientificidade” e que “nesse processo o historiador perde o caráter de *homme de lettres* e adquire o status de pesquisador. Esse processo se dá no Brasil em especial a partir da Independência e da necessidade de afirmação de um Estado com características e história próprias, que, assim, se distingue do antigo colonizador. A forma como esse processo se dá no Brasil, segundo Guimarães, se aproxima da europeia, mas se distingue no aspecto do lugar do historiador, que no Brasil é eleito a partir das relações sociais, de forma profundamente elitista. A tarefa do IHGB, então, é “produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras”, numa noção de que a elite nacional deve produzir a forma como a história da nação deve ser contada e “esclarecer” esse processo ao restante dos cidadãos, hierarquicamente:

E aqui tocamos em um ponto que nos parece central para a discussão da questão nacional no Brasil e do papel que a escrita da história desempenha neste processo: trata-se de precisar com clareza como esta historiografia definirá a Nação brasileira, dando-lhe uma identidade própria capaz de atuar tanto externa quanto internamente. No movimento de definir-se o Brasil, define-se também o "outro" em relação a esse Brasil. Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa.

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos. (GUIMARÃES, 1988, p. 6-7)

A ideologia a que Guimarães se refere para justificar e afirmar filosoficamente o imperialismo europeu no século XI é a da superioridade da raça branca europeia, que se constitui como forma metodológica para uma produção historiográfica que narre essa suposta superioridade do povo branco europeu ao produzir uma narrativa de suas conquistas como o ápice do projeto de civilização ocidental – como um projeto da Razão e da Liberdade, não do genocídio e da escravidão que ocorrem em decorrência da conquista europeia.

No Brasil, isso se dá dentro do IHGB, com o objetivo de desenvolver um imaginário que colocasse o país na rota do “Progresso” e possibilitasse sua entrada, finalmente, na “Modernidade”.¹⁷ Guimarães destaca que parte fundamental do projeto do IHGB é a produção do “Outro” brasileiro. Dentro de uma ideologia de superioridade branca num país marcado pela escravização e genocídio de povos não-brancos, o “Outro” brasileiro é tanto externo, no caso de outros Estados que possam ser inimigos, quanto interno. Walter Mignolo discorre sobre como esse processo de um outro interno dentro do Sistema-Mundo moderno é um processo no qual uma elite cria um duplo imaginário nacional, cuja interioridade é composta da própria elite, que é tanto econômica quanto intelectual, e o que ele chama de “exterioridade-interna”, partes intrinsecamente internas aos Estados, mas que estão fora do “Ocidente”:

Partindo de Glissant, dou ao termo um sentido geopolítico e o emprego na fundação e formação do imaginário do sistema-mundo moderno colonial.¹⁸ A imagem que temos hoje da civilização ocidental é, por um

¹⁷ Aqui, refere-se ao conceito de Modernidade hegemônico e eurocêntrico, como define Enrique Dussel (2005, p. 28): “A modernidade é uma emancipação, uma ‘saída’ da imaturidade por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano. Este processo ocorreria na Europa, essencialmente no século XVIII. O tempo e o espaço deste fenômeno são descritos por Hegel e comentados por Habermas (1988, p. 27) em sua conhecida obra sobre o tema – e são unanimemente aceitos por toda a tradição europeia atual: os acontecimentos históricos essenciais para a implantação do princípio da subjetividade [moderna] são a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa”.

¹⁸ O termo a que Mignolo se refere é **imaginário**: “no sentido em que o utiliza o intelectual e escritor martinicano Édouard Glissant (1997). Para Glissant ‘o imaginário’ é a construção simbólica mediante a qual uma comunidade (racial, nacional, imperial, sexual etc.) se define a si mesma” (MIGNOLO, 2005, p. 33).

lado, um longo processo de construção do “interior” desse imaginário, desde a transição do Mediterrâneo, como centro, à formação do circuito comercial do Atlântico, assim também como de sua “exterioridade”. Isto é, no Ocidente a imagem “interior” construída por letrados e letradas, viajantes, estadistas de todo tipo, funcionários eclesiásticos e pensadores cristãos, esteve sempre acompanhada de um “exterior interno”, ou seja, de uma “exterioridade”, mas não de um “fora. (MIGNOLO, 2005, p. 33-34)

A exterioridade como diferente de um fora, que Mignolo indica, significa que o Outro, o não ocidental, não se localiza territorialmente em outras regiões, mas coabita os mesmos territórios que o “Eu”. A América Latina possui como especificidade a coexistência do ocidental e do não ocidental internamente aos Estados. Portanto, estruturas de negação da alteridade são construídas no interior das nações, com seus mecanismos jurídicos e ideológicos. A “exterioridade interna” se dá numa relação com a alteridade internamente aos Estados-Nações. Ao construirmos uma negação de alteridade interna ao próprio Estado, o “inimigo” do Estado periférico passa a ser não um outro Estado, mas atores integrantes de seu próprio território. Logo, um projeto de adequação ao mundo desenvolvido, dentro desse imaginário, pressupõe a eliminação desse outro, internamente, já que a noção de identidade precisa de uma unidade compreensível e passível de ser narrada. A forma histórica positivista é parte dessa ideologia de dominação colonialista, e, portanto, a superação de sua forma é fundamental para a construção de uma perspectiva anticolonial. É o que Nelson Werneck Sodré defende na rela o crítica cunhada em seu livro **A Ideologia do Colonialismo** (1961, p. 9-10), que:

começa a aparecer quando a expansão européia se define nas descobertas ultramarinas. Adquire suas dimensões mais amplas, entretanto, quando, coma revolu o industrial, determinadas áreas do mundo, a americana principalmente, emancipam-se de suas metrópoles, constituindo novos países. Mantida a estrutura colonial de produ o, tais países deixam de gravitar em torno de suas metrópoles antigas, para gravitar em torno de outras, não tituladas assim, que regulam o seu desenvolvimento econômico. Através da ideologia do colonialismo, a camada culta dos povos oriundos da fase colonial estrita,   ganha-preparada está pela sua condi o de classe – para aceitar a subordina o econômica, atribuindo-a a fatores não materiais: superioridade da raça, superioridade do clima, superioridade da situa o geográfica, que predestinam nossas metrópoles.

Assim sendo, para Sodré, a continuidade do projeto colonial se dá, internamente, quando as elites exploram as outras classes a partir de categorias coloniais, como a superioridade racial. Em seguida, Sodré (1961, p. 11) conclui como essa estrutura se consolida ao país subordinado: “àqueles que, internamente, permitiram a vigência da ideologia do colonialismo, veiculando as suas teses e contribuindo para manter os seus preconceitos e absurdidades, começaram por aceitar a postulação externa, supondo-a universal”.

Essa noção de que o universal se constitui, para o subordinado, como uma exterioridade, é a elaborada por Walter Mignolo (2005), como foi demonstrado anteriormente. Sodré desenvolve a “Ideologia do Colonialismo” através do pensamento de alguns intelectuais brasileiros da virada do século XIX para o XX, como Azeredo Coutinho, José de Alencar, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana. Mignolo, por sua vez, tenta realizar a imaginação do avesso. Enquanto Sodré aponta a ideologia na construção do pensamento da elite nacional, Mignolo propõe uma práxis para a descolonização ideológica ao questionar a presença de outros pontos de vistas que não aparecem na construção hegemônica, o que ele chama de “atitude decolonial”:

O imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças, de vozes escutadas ou apagadas, de memórias compactas ou fraturadas, de histórias contadas de um só lado, que suprimiram outras memórias, e de histórias que se contaram e se contam levando-se em conta a duplicidade de consciência que a consciência colonial gera. (MIGNOLO, 2005, p. 40)

A estrutura dos próximos capítulos adota, portanto, uma tentativa de tensionar os dois problemas: o apontado por Sodré e Guimarães, da construção de um pensamento impregnado de uma ideologia colonial de superioridade branca, e o de, nesse percurso, buscar os rastros do que foi apagado durante o processo.

2.3 A COMISSÃO CONSTRUCTORA DA NOVA CAPITAL

Figura 2: Altos funcionários da Comissão, fotografia em albumina de João Salles (entre 1895 e 1897)



Fonte: Acervo do MHAB ¹⁹

Creio que a publicação mais interessante feita pela CCNC é a já mencionada **RGT**, que é acompanhada pelo subtítulo de “*Publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita com autorisação do Governo do Estado*” e, no primeiro volume, datado de abril de 1895, tem inscrito “*sob a direcção do Engenheiro Chefe Aarão Reis*”. Os segundo volume data de agosto de 1895, já “*sob direcção do Engenheiro Chefe Francisco Bicalho*”, que substitui Aarão Reis após sua saída da CCNC, em maio de 1895, e o terceiro, de fevereiro de 1896. Esse último, porém, traz em seu conteúdo os mesmos dados que o segundo volume, sendo provavelmente

¹⁹ Em uma área externa, com árvores ao fundo e sobre um gramado, estão, em trajes formais, onze homens brancos de pé e, diante deles, sete homens brancos sentados em cadeiras de madeira. Todos usam bigode.

uma reedição revista. Além disso, não se encontra disponível no Brasil, somente no site da biblioteca da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos.

No primeiro volume da RGT, logo após a capa, aparece uma fotografia de um distinto senhor de *pince-nez* que, como esclarece a legenda, é o “Dr. Affonso Augusto Moreira Penna, Presidente do Estado de Minas Gerais”. A Legenda da foto continua: “*ele que expediu o Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894, mandando executar as obras de construção da nova Capital em de Bello Horizonte*”. Esse é o objetivo da Revista: apresentar os rumos de tais obras, que devem ser feitas de acordo com a Lei, e não por um capricho qualquer de construtores. Outro detalhe importante: a nova capital está sendo construída em *Bello Horizonte*, e é assim que os autores da Revista se referem sempre ao sítio dos trabalhos. É importante deixar claro, pois assim se referir à Capital, com o nome do Arraial, se tornou corrente nos textos e documentos produzidos durante a construção, o que levou à real efetivação da toponímia da Capital, também por lei, em 11 de agosto de 1901, quatro anos após a inauguração com o nome de Cidade de Minas, que nunca “pegou”.

O decreto que abre a RGT, de acordo com seu texto na legislação de Minas Gerais, “Regula o disposto no art. 2º da lei n. 3 de 17 de dezembro de 1893, adicional à Constituição do Estado” (MINAS GERAIS, 1894). O site da Prefeitura de Belo Horizonte traz a ordem na qual a legislação para a construção da Nova Capital foi publicada:

1981 – Constituição do Estado de Minas Gerais, 1891, art. 30, n. 21.

1981 – Lei Adicional à Constituição n. 1, de 28 de outubro de 1891. Determina os pontos que devem ser estudados para a construção da Nova Capital.

1983 – Lei Adicional à Constituição n. 3, de 17 de dezembro de 1893. Marca o lugar para a construção da Capital do Estado, e dá outras providências.

1984 – Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894. Regula o disposto no art. 2º da Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893.

1985 – Decreto n. 827, de 7 de junho de 1895. Estabelece modificações no regulamento que baixou o Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894, para a execução de obras de construção da Nova Capital. (PBH, 2002)

O Decreto 680, portanto, regula como se daria a construção da nova capital do estado, já com a escolha do novo sítio decretado oficialmente. O texto da lei regulamenta as obras e o aspecto técnico da construção, uma vez que a dimensão

política, a princípio, já havia sido resolvida após a etapa de escolha dos sítios. Aarão Reis tinha uma preferência pela Várzea do Marçal (arraial situado no entorno da atual cidade de São João Del Rey), mas, em meio a debates acalorados entre *mudandistas* e *contramudandistas* decidiu-se um meio termo bastante afeito ao que é, no imaginário nacional, a política mineira: faz-se a mudança, que tirava o ainda existente poder simbólico de Ouro Preto, de acordo com o desejo do novo poder econômico que se levantava (agora localizado na região cafeeira, ao sul do estado) mas, apesar da derrota dos mineradores, encontrava-se o novo sítio ainda na região da mineração, próximo às antigas capitais do ouro Sabará, Ouro Preto e Mariana. Simbolicamente, vencem os cafeicultores, territorialmente, os mineradores. A nova capital abarca, portanto, desde sua gestação, a fusão entre a nova elite política republicana e a cafeeira com a tradição da urbanização de colonização do estado. O que isso significa espacialmente?

Para o engenheiro-chefe Aarão Reis essas disputas não interessavam. Ele era um engenheiro, um homem da ciência, proveniente do estado do Grão Pará e com seus estudos e carreira feitos no Rio de Janeiro. Política mineira não lhe cabia e, na verdade, o atrapalhava: seu interesse era a melhor construção possível. Apesar disso, a escolha de seu nome como engenheiro-chefe se dá por seu histórico como republicano, abolicionista e cientista. A Várzea do Marçal lhe parecia, tecnicamente, ligeiramente mais viável que o primitivo arraial de *Bello Horizonte*, por ter mais terrenos planos e menos terrenos devolutos, mas vá, o arraial de *Bello Horizonte* também não era ruim, perdia por pouco, sendo salubre, com boas águas e bons ventos. As condições naturais eram razoáveis. As econômicas, um pouco menos. As socioculturais não existiam. Um arraial não coexiste com uma metrópole, caso seus habitantes não entendam: a metrópole não será uma “evolução” desse arraial, mas sim uma ruptura com a sua existência. Esse é o trabalho a ser feito.

É assim que ele abre a Revista: atestando que estava consciente de que a tarefa era “árdua e espinhosa, de tremenda reponsabilidade, pessoal e profissional” (RGT, 1895, v. 1, p.5). Para tanto, apresenta a equipe que formou, de acordo com a regulamentação legal. São seis divisões de serviço, comandadas por quatorze homens da mais ilibada reputação. Esses homens farão, então, suas contribuições à Revista. Começamos com Adalberto Ferraz, consultor jurídico da CCNC. Ferraz opta por falar brevemente da importância histórica da mudança da capital. Ferraz advoga

o caráter imparcial da CCNC, apesar das circunstâncias muito carregadas politicamente, tendo em vista que o processo de mudança de sede política da capital se inicia no fervor da Proclamação da República, e de todo o conflito que se desenrolou para tanto. Ferraz compreende que a Revista deveria apresentar um estudo sobre a história do desejo de mudança da capital, mas a urgência dos trabalhos não permite, então ele fica em paz com a constatação de que a mudança é legal e tem o apoio da população. Segue, portanto, a falar do arraial de *Bello Horizonte*, o sítio escolhido.

Já o trabalho de descrição do Arraial é realizado por Fabio Nunes Leal, secretário da Comissão. Ele concorda que a Várzea do Marçal era, quiçá, um sítio um pouco superior, mas, vá lá, decidiu-se por *Bello Horizonte*, que está bom também. Até a Central do Brasil passa perto (em Sabará e Santa Luzia, o famoso “pertinho” de mineiro, já que à época, demorava-se quatro horas de Sabará até o Arraial, montando-se em burros). Assim, Nunes Leal resume esse território: bonito por natureza, só por natureza. Um bonito céu azul, agradáveis ventos, belas vegetações verdejantes, demais, nada que valha a pena. “Não primam as cidades e povoados de Minas por belezas artísticas de qualquer espécie” (1895a, p.12). Não por acaso a primeira imagem intitulada “Panorama Geral do Arraial” (Figura 1) mostra o terreno de longe, de forma que quase não se vê ocupação humana. Leal descreve com poucos elogios tudo que é feito pelo homem: A igreja matriz, por exemplo, é:

Sem elegancia nenhuma no exterior, acaçapada e tosca no systema de sua architectnra, toda portugueza no pesado das proporções e incorrecções das linhas, sem ornato externo, nem ponto por onde se prenda a attenção, por este monumento de mau gosto e unico do povoado passaria o viandante sem um reparo, a não ser os despertados pelos attractivos da alma religiosa, si não fossem algumas das suas portas de valor artístico incontestável. (CCNC, 1895, v. 1, p. 13)

Também desconsidera as ruas pequenas e tortas, as casas pequenas, os quartos escuros. Não só o que o homem do local fez, o próprio homem local não merece muita consideração: “A população indígena é toda ella atrofiada e fraca, sem cores nem alegrias” (p.14). Donde ele se pergunta: como num lugar tão saudável e salubre nasceu uma gente tão coitada? A conclusão de Leal é que isso se deve à pobreza, que resulta na falta de alimentação e de higiene. Os pobres do século XIX não eram limpos, pelo menos não para um homem da ciência. E, o mais importante:

por serem assim, fracos e primitivos, não merecem esse lugar tão bom. Leal não chega a completar seu raciocínio, que seria: devem ser expulsos mesmo, expulsos do território, da modernidade, da civilização, pois nada disso lhes cabe. O morador do Arraial não pode, por si mesmo, habitar a metrópole.

A partir desse momento, inicia-se a porção efetivamente técnica da Revista. As considerações sobre higiene feitas pelo Dr. Cícero Ferreira, a legislação em vigência sobre o processo de construção, a designação dos técnicos responsáveis, bem como seus vencimentos. Em seguida, são apresentados os estudos geológicos e topográficos realizados pela CCNC, como foram traçadas as marcações de geodésias na extensão do município, o método científico adequado e demonstrado. Essa ciência é algo bastante novo: a ideia de limites territoriais demarcados cientificamente é uma novidade impactante num território cujas fronteiras historicamente eram tênues e móveis. As áreas a partir da Lei de Terras tinham sido demarcadas de forma bastante imprecisa. Os limites até então reconhecidos pelo Arraial eram descritos pelos nomes dos arraiais lindeiros: Venda Nova, Vila Nova de Lima, Contagem, a fazenda do Calafate. Mas, com os trabalhos geodésicos, esses limites passaram a ser feitos por coordenadas geográficas precisas, pela primeira vez.

Outra questão técnica importante são as águas, projetadas para a população inicial de 30.000 habitantes. Toda a hidrografia da região é levantada e apresentada em mapa. Os trabalhos topográficos são fundamentais para as cotas corretas para o abastecimento de água por gravidade, e a localização dos reservatórios. Seguidas da infraestrutura urbana, como o projeto da linha férrea, das edificações, das instalações elétricas. Hermílo Alves dedica um texto à questão da canalização do Arrudas como parte do projeto de embelezamento urbano, destacando a ponte denominada “David Campista”, em frente à estação ferroviária, como fundamental para o escoamento dos insumos que chegavam pela linha férrea. Alves também destaca a estação General Carneiro, em Sabará, futura parte do sistema férreo da Central do Brasil, e a Estação Central, na Praça da Estação. Fazer parte do sistema nacional de linhas de trem é importante para o funcionamento da Capital. A estação General Carneiro é uma das meninas dos olhos da CCNC. Inicialmente construído com o intuito de ser a entrada da capital, pois era a chegada da linha de trem, o edifício foi demolido na década de 1960 e substituído por uma edificação funcionalista. Com a troca das linhas de trens por estradas, a região deixou de ter

importância tanto simbólica quanto econômica, já que a região de General Carneiro torna periférica à Capital. A outra edificação ferroviária em destaque, logicamente, é a estação Central, cujo projeto original da CNCC só é executado após a inauguração da capital, em 1914.

A seção final da RGT, intitulada “A Nova Capital do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte”, extraída do jornal Gazeta de Notícias, de 30 de janeiro de 1895, resume as ações iniciais da CCNC. Inicia com a disposição prevista na constituição estadual de 1891, de mudar a capital para a “nova localidade que, após estudos comparativos feitos em diversos pontos previamente designados, o Congresso escolhesse” (RGT, 1895, v. 1, p.97). Lembra, ainda, que os sítios designados foram Barbacena, *Bello Horizonte*, Varzea do Marçal, Juiz de Fora e Paraúna. Que a Lei n. 3 de 1893 manda dar prosseguimento aos trabalhos de mudança, com prazo de conclusão até 17 de dezembro de 1897. E que o presidente do estado, Dr. Affonso Penna, indica o engenheiro Aarão Reis, reconhecido nacionalmente tanto como professor, e abolicionista quanto como republicano e técnico de obras públicas. Abolicionista e Republicano são listados com a mesma importância do conhecimento técnico-científico do engenheiro, ainda que Reis sempre insista que é um homem da ciência. De sua militância abolicionista, há a tradução do francês de texto de Condorcet, **A Escravidão dos Negros** (1881), que vem com a seguinte dedicatória do tradutor “*abolicionistas brasileiros que procuram reconstruir sobre novas bases o regime de trabalho no país*”. O interesse de Reis na abolição, parece, portanto, ser na instauração de uma forma de trabalho mais adequada à industrialização e ao progresso, e não à questão das populações escravizadas em si.

Após nomear o restante do corpo técnico da CCNC, inicia-se o resumo das obras. A primeira providência é a ligação com a linha da Central do Brasil, sendo a Estação de entroncamento a de General Carneiro. Realizar a ligação com a Central do Brasil é parte fundamental tanto para o funcionamento da Nova Capital quanto para a sua própria construção, com o recebimento de insumos. A novidade arquitetônica da forma triangular da estação é destacada: o fato de ser uma estação arquitetonicamente inovadora faz parte do “Progresso” que se aproximava; tudo o que era novo era bom. Em seguida, é mencionada a imponência da Estação Central da Capital e, como complemento importante, a ponte David Campista sobre o Arrudas,

responsável por ligar a Estação Central à cidade, que leva o nome do ex-secretário da Agricultura e responsável pelo início da formação da CCNC.

Após a infraestrutura principal, inicia-se a descrição do projeto urbanístico. A divisão entre região Urbana, cercada pela Suburbana e por chácaras. Os palácios de efeito simbólico e cenográfico, situados de maneira estratégica em locais com destaque tanto na malha urbana quanto na topografia. As praças. O vasto parque. O abastecimento de água. As largas avenidas com fileiras de árvores. Nos arrabaldes, as avenidas podem ser mais estreitas, de 14 metros, pois as chácaras seriam responsáveis pela arborização. A presença da natureza como parte da higiene urbana é destacada. A localização do cemitério, agora municipal e fora do centro. Aarão Reis também apresentou ideias como lavanderia pública, casas de banho públicas, incinerador para lixo. Higiene se demonstra um norte fundamental para o planejador. Palácio Municipal, Museu e Biblioteca, telegrafo, correio, polícia, liceu e hospital: os grandes equipamentos fundamentais à metrópole novecentista estavam todos racionalmente localizados no plano urbano.

O segundo volume da RGT, de agosto de 1895, já vem sob a direção do novo engenheiro chefe, Francisco Bicalho, e se inicia com a carta de despedida de Aarão Reis. O que Reis parece tentar deixar claro é que ele fez todo o necessário para que a empreitada fosse realizada: a ligação por linha de trem, por terra, a infraestrutura necessária para os trabalhos da CCNC, a locação das principais avenidas, a provação de todos os projetos dos prédios públicos, o cemitério provisório que parou com os enterros nas igrejas. Reis destaca também que cumpriu o decreto à risca, e depois segue com o balancete dos gastos e lucros da CCNC. A questão dos gastos sempre é colocada nos relatórios: onerar o mínimo possível o Estado, tem contas enxutas, produzir dinheiro com a própria obra, com vendas de lotes e fotografias são questões sempre importantes para a CCNC.

Como havia dito em meu relatório da *Comissão d'estudos das localidades para a nova Capital*, – os terrenos do arraial do *Bello Horizonte* eram em grande parte de propriedade particular, que teriam de ser desapropriados para o levantamento da projectada cidade, tornando-se, por isso, sob o ponto de vista econômico e administrativo, mais difícil e onerosa minha missão, não só por terem de ser aumentados os dispendios com a desapropriação de mais de 400 propriedades, a maior parte edificadas e cultivadas, como pelos embaraços que teria de encontrar na relutância de seus proprietários, que se veriam forçados a emigrar dentro de curto espaço de tempo,

abandonando os seus lares, plantações e hábitos de longa data. (CCNC, 1895, v. 2, p. 11)

O problema das indenizações foi resolvido de forma contrária ao desejo inicial de Reis, que acabou por conceder que alguns lotes fossem trocados para proprietários locais. Porém somente lotes suburbanos.

Reconhecendo que, para ficar habilitado a dar execução prompta a esse Decreto, por maneira mais conveniente, carecia agir com certa equidade para poder chegar a acordo amigável com os proprietários desta localidade, solicitei, por officio de 19 de Maio, e obtive autorização para, sempre que fosse possível: 1º aceitar a desistência da indemnização pecuniária d'aquelles que preferissem receber, na nova capital, nas immediações de sua actual propriedade, lotes de terrenos equivalentes a um terço, no máximo, do terreno desapropriado; – 2º usar de equidade nas avaliações amigaveis dando parte em dinheiro e parte em lotes; – o que facilitou extraordinariamente minha missão. (CCNC, 1895, v. 2, p. 11-12)

O problema das desapropriações parece ter abalado a confiança de Reis. O Padre Francisco Martins Dias, apesar de tentar em seus relatos favorecer a imagem de Reis, comenta que sua fama é de violento. O problema da justiça em relação às indenizações não saem conforme esperado. Reis havia partido de uma matemática bastante simples: o Estado compraria as propriedades pelo valor declarado nos impostos, que eram valores baixos. E venderia os lotes da capital ao preço valorizado pela obra. Porém durante o processo, com a especulação, os valores começaram a aumentar, e os proprietários a se rebelar contra os valores injustos pagos pelo Estado.

Accrescia ainda que – baseando-se a avaliação das desapropriações no insignificante valor localivo correspondente ao imposto predial collectado no segundo semestre do exercicio de 1893 – taes proprietários teriam de receber dos cofres públicos importâncias que, de modo algum, chegariam para a aquisição de um lote na futura cidade, e quiçá mesmo nas suas circumvisinhanças, sendo o prejuizo dellas duplo – na bolça e nas commodadcs de que ficavam privados desde logo.

Foram tão acertadas estas medidas, e procurei emprega-las com tanta cautela e prudencia, que pude possível, como já disse, a desapropriação – por bem dizer total – deste arraial, amigavelmente, vendo-me apenas forçado a submeter a processo judicial 9 desapropriações. (RGT, 1895, v. 2, p. 12)

Reis também encerra o segundo volume da RGT com uma carta, na qual busca reafirmar sua intenção de ter sido justo, apesar de tudo:

No desempenho desta bem penosa, ingrata e ardua tarefa, procurei – com esforço e sinceridade – corresponder á honrosa confiança do Governo do Estado de Minas Geraes, indo para isso até o sacrifício de minha saúde.

Si mais não fiz, foi por que mais não me foi possível fazer.

Saúde e Fraternidade. (RGT, 1895, v. 2, p. 30)

2.4 O PINTOR E O FOTÓGRAFO

Èmile, ou Emílio Rouède, chega a Ouro Preto exilado do Rio de Janeiro, junto ao poeta Olavo Bilac, perseguido pelo então presidente Marechal Floriano Peixoto pelo seu apoio à Revolta da Armada. Rouède é um artista. A contratação de Rouède pela CCNC para realizar pinturas a óleo do Arraial prestes a ser demolido é uma decisão um tanto surpreendente em vários sentidos. Primeiramente, a CCNC estabeleceu com bastante sucesso seu próprio gabinete fotográfico (iremos falar deles mais adiante), enquanto Rouède é um artista de vanguarda mais performático que acadêmico, conhecido no Rio de Janeiro por suas pinturas *a la minute*, marinhas rápidas, feitas em frente à plateia em eventos de entretenimento e, às vezes, políticos. Há esse detalhe, o pintor é especializado em, bem, marinhas... não exatamente a paisagem encontrada no interior de Minas Gerais. Mas o presidente de Minas Gerais, Affonso Penna, não decretou o estado de sítio ordenado pelo governo federal e abrigou os artistas, tornando Ouro Preto o centro da vanguarda artística nacional. Nas palavras de Gonzaga Duque (1997, p. 55-56),²⁰ em **Graves & Frívolos (por assuntos de arte)**:

Emílio Rouède, contemporâneo de Castagneto, exerceu apenas uma das muitas habilidades que o tornaram conhecido: pintava marinhas como escrevia artigos para jornais e peças para o teatro, por mera diversão de um espírito apto a praticar a atividade que quisesse, sem lha sentir necessária à sua vida psíquica. Foi um curioso, tolerado pela comunicativa jovialidade de uma desmedida boêmia. [...] Emílio

²⁰ Na introdução à edição de 1997, Vera Lins assim descreve: “Em 1910, Gonzaga Duque reúne, em **Graves e frívolos**, alguns de seus artigos escritos na revista **Kosmos**, a partir de 1904. Crítico de artes plásticas e ficcionista, foi fundador do primeiro grupo simbolista carioca em torno da revista **Folha Popular**, em 1889, e autor tanto de **A arte brasileira**, primeira revisão crítica da arte no país, como do romance **Mocidade morta**, a parte mais conhecida de sua obra”.

Rouède pintava marinhas elétricas, em cinco minutos, nas *kermesses* de caridade.

A “desmedida boêmia” parece ser a tônica geral das descrições da vida de Rouède, o gosto pela arte parece parte de uma personalidade extrovertida, afeita a festas e que, assim que chega ao Brasil se torna parte do ruidoso grupo de jovens artistas da capital nacional. Um agente provocador, disposto a colocar a própria segurança em risco por ideias de liberdade – como no caso de Floriano Peixoto, que se tornava, aos seus olhos, cada vez mais autoritário. O arquiteto e escritor Alfredo Camarate (do qual falaremos mais adiante) se mostra, em sua série de crônicas sobre a construção da Nova Capital bastante entusiasmado com Rouède. Camarate descreve tanto a recepção do artista pelo Arraial quanto, depois, uma viagem na qual se desloca de *Bello Horizonte* para visitá-lo amigo em Ouro Preto. Camarate sempre se mostra animado pelas qualidades artísticas do amigo, depois de tanto tempo num local que ele considera inóspito e culturalmente pobre.

Porém, apesar de o testemunho de Camarate afirmar que, rapidamente, o pintor colocou seus cavaletes em pontos escolhidos no Arraial, o problema da similaridade com as fotos realizadas pelo gabinete fotográfico da CCNC aparece na discussão sobre a obra do autor no Arraial. No artigo “Emílio Rouède: das marinhas à cidade moderna”, Vivas e Miranda (2018) se referem à questão da relação dos quadros com as fotografias feitas pela CCNC:

A partir disso, há uma dificuldade em definir se as pinturas do artista foram produzidas levando-se em conta a representação disponíveis em fotografia, realizadas pelo Gabinete da Comissão Construtora. Entretanto, assim como apontado pelos pesquisadores pelos pesquisadores Ricardo Giannette, Letícia Julião e André Tavares o que é também reforçado em publicação da *Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*, essas pinturas teriam sido solicitadas por Aarão Reis, à época chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, o que nos permite supor aspectos da encomenda recebida como a necessidade de uma representação mais aproximada da realidade.

Vivas e Miranda contrapõem duas questões: o fato de as obras terem sido encomendadas se oporia à sua relação com as fotografias existentes, e considera que a pintura de observação seria mais “aproximada à realidade” do que a fotografia. Vamos aqui, portanto, contrapor os três quadros entregues por Rouède com algumas fotografias realizadas pela Comissão.

A seguir, vemos a tela de Rouède (Figura 3) e a fotografia de João Salles (Figura 4) ilustrando o largo da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem. Vivas e Miranda (2018) afirmam que a Igreja foi demolida na construção da cidade, mas, na verdade, é o único edifício do Arraial que permanece na inauguração da Capital: sua demolição só se dá em 1904, após se completar a construção da atual Basílica Nossa Senhora de Lourdes. Esse é o único ponto do Arraial que chega a coexistir com a Nova Capital, sendo, atualmente, a Praça da Boa Viagem. Durante a edificação da Basílica, a Igreja dos setecentos continuou ao seu lado como o templo oficial.

Figura 3: “Largo da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem”, óleo sobre tela de Emílio Rouède (1894)



Fonte: Acervo MHAB

Em cada uma das imagens temos um ponto de vista levemente diferente, o de Rouède é um pouco deslocado à esquerda e, desse modo, o casario não aparece tanto quanto na fotografia de Salles. A altura do observador também parece menor na pintura de Rouède, o que cria a impressão de a Igreja estar num plano mais elevado, mais alto que o da fotografia. Ao contrário da imagem fotográfica, que apresenta algumas pessoas caminhando na rua em primeiro plano, Rouède opta por mostrar uma carroça subindo uma ladeira e não se veem figuras humanas. Todas essas

diferenças levam a um efeito em que a Matriz parece ter uma escala maior e mais imponente sobre o plano da cidade na imagem que Rouède produz do que na fotografia de João Salles, na qual o casario em conjunto com a Igreja forma um conjunto mais austero e contido. A porção de céu na fotografia também é maior, colocando o observador num plano mais aberto e desolado, enquanto o plano de Rouède parece sobrepôr o construído ao não construído. O que, diante dessas diferenças, representaria, portanto, “uma representação mais próxima à realidade?”.

Figura 4: “Largo da Matriz”, fotografia de João Salles (1894)



Fonte: ACCNC

Podemos inferir, ao contrário de Vivas e Miranda, que a principal diferença nesse momento, entre a concepção do fotógrafo e a do pintor, é a relação não com a realidade, mas com a técnica: a fotografia representa a técnica moderna, e é dominada no gabinete fotográfico por técnicos, engenheiros, não artistas. Anna Karina Castanheira Bartolomeu, no artigo “Pioneiros da fotografia em Belo Horizonte O Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora da Nova Capital (1894-1897)”, aponta

que: “Ao final do século, portanto, a cultura fotográfica já fazia parte do ‘perfil tecnológico’ do engenheiro”:

Na Escola Politécnica, por exemplo, a fotografia não tardou a ser incorporada ao conteúdo de disciplinas científicas e nas atividades didáticas ou de laboratório, além de ser utilizada na documentação de viagens de estudo, no intercâmbio profissional entre alunos e professores, nas coleções formadas pelos próprios engenheiros e no acervo reunido pela instituição. (BARTOLOMEU, 2003, p.39)

A conjunção entre o governo da província permitir e acolher agitadores culturais perseguidos por um governo autoritário, o entusiasmo demonstrado por Camarate em relação às habilidades artísticas de Rouède e a circunscrição da fotografia ao departamento das ciências e dos engenheiros, coloca a decisão da contratação de Rouède, portanto, no âmbito da produção de representações do registro da arte contemporânea do final do século XIX, que já não significava uma arte dedicada ao realismo mas sim às impressões do gênio do artista.

Figura 5: “Rua do Sabará”, óleo sobre tela de Emílio Rouède (1894)



Fonte: Acervo MHAB

Podemos, portanto, especular que a intenção dos quadros não era o retrato da beleza bucólica do sertão brasileiro, mas sim a impressão de um homem do seu

tempo ao se deparar com uma temporalidade outra, a temporalidade, de acordo com os depoimentos de todos os envolvidos no processo de construção, do atraso, do ultrapassado, do demasiado lento. Nessa chave que se pode imaginar porque Rouède “inventa” a carroça puxada a burros, lentamente subindo um plano inclinado, saindo de uma ponte rústica que introduz o observador à cena. Rouède transcreve a lentidão, as cores terrosas, e um fechamento do plano em si mesmo. O tempo das imagens de Rouède denota a lentidão que não é impressa no registro fotográfico, enquanto as fotografias registravam a celeridade do desmonte do Arraial.

Além da função de registro das feições do pequeno arraial de Belo Horizonte, a CCNC utilizava a fotografia também para a propaganda da nova capital, ao assegurar a circulação de imagens capazes de atrair pessoas dispostas a investir na prometida metrópole. (BARTOLOMEU, 2003, p. 45)

Figura 6: “Rua do Rosário”, fotografia em albumina entre 1894 e 1895



Fonte: ACCNC

Na Figura 5, vemos a mesma carroça lentamente subindo uma rua sem asfalto. O título da tela indica a rua Sabará mas, na verdade, pela, percebemos que se trata da rua do Rosário. Novamente, a entrada da foto é por um caminho lento e

difícil, que apresenta pedras e vegetação misturadas à vida de rolamento. Novamente, o tema da lentidão parece ser o centro da representação. O rastro da saída da carroça é uma constante, criando a linha diagonal que movimenta o plano pictórico.

Já na Figura 6, um homem posa, parado. Atrás dele, uma transeunte com uma trouxa na cabeça parece alheia ao fato de que aquele momento está sendo eternizado. O homem sério compreende a situação. Existe uma separação interna entre o tempo de quem compreende a tecnologia e o tempo de quem habita o Arraial. Já no quadro, só existe o lento tempo da carroça. Rouède, portanto, não observa um local que existe, mas um local que está deixando de existir. Com uma certa melancolia e devastação, mas a consciência da transitoriedade dessa paisagem.

Figura 7: "Panorama do Arraial", óleo sobre tela de Emílio Rouède, 1894, atualmente alto do Cruzeiro

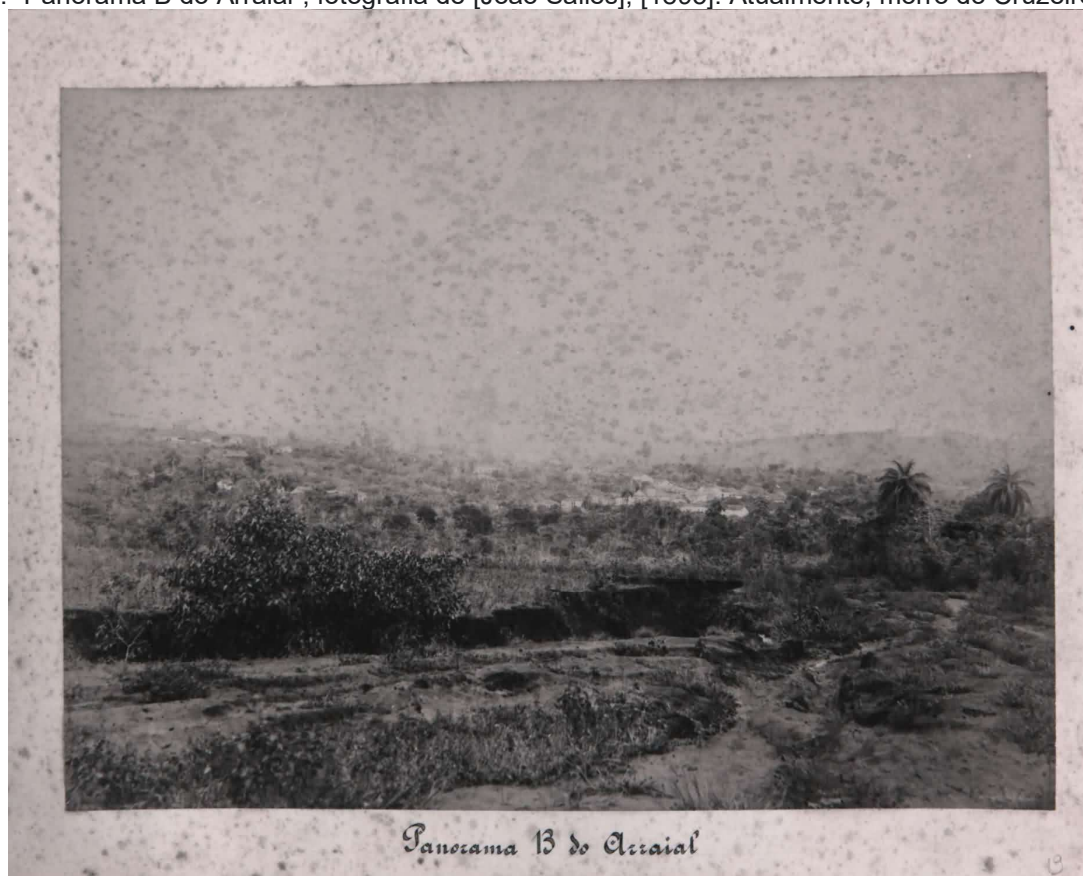


Fonte: Acervo MHAB

Na Figura 7, vemos a introdução do cruzeiro, que aparece como nome, mas não em imagens da CCNC. O cruzeiro cravado no topo do morro sob o qual se avista o panorama retira a representação de uma totalidade distante obtida pela fotografia do CCNC (Figura 8), mas introduz um certo desolamento espiritual que, de certa forma, é o destino da vista que se retrata. Novamente, o foco de entrada estão nos rastros das rodas de uma carroça que, dessa vez, só se insinua na imagem, já que

esse ponto é o destino final da viagem. Nenhuma das imagens apresenta uma vida local, a existência de algo que anime a localidade, mas sempre algo está em rumo à saída da tela, a escapar dessas cenas e desse local desamparado. O desamparo não é estampado na imagem de João Salles que, por sua vez, privilegia um ponto de fuga invisível, no horizonte. A imagem de Salles registra o fundo do plano e mostra, à frente, o vazio que simboliza o porvir da ocupação. Rouède, nesse local, crava uma cruz.

Figura 8: “Panorama B do Arraial”, fotografia de [João Salles], [1895]. Atualmente, morro do Cruzeiro



Fonte: ACNCC

2.5 O ARQUITETO ESCRITOR

Alfredo Camarate reclama bastante. Em especial da comida. Desde a descrição da viagem pela estrada de ferro do Rio até Sabará, da qual ele reclama da ausência de coisas gostosas para comer nas paradas de trem, até suas observações sobre a alimentação no arraial de *Bello Horizonte*, dita fraca, repetitiva, sem criatividade e sem graça (sempre carne de vento!), motivo pelo qual ele atribui o

aspecto fraco e doente da população local no geral. Não estão de acordo aos seus padrões as acomodações, a estrutura local, a falta de empreendedorismo dos comerciantes da região (sendo um deles seu sócio, Edwards), a falta de graça das edificações, até dos sermões do pároco Camarate reclama! Ele não parece se sentir feliz no Arraial. Pobre homem. Camarate só parece ter ficado feliz na breve viagem à Ouro Preto, quando visitou o artista Emílio Rouède e se sentiu numa cidade mais cosmopolita e menos esquecida nos cafundós do Judas.

Figura 9: Cubatas de Angola, fotografia de autoria desconhecida



Fonte: Domingos Junior (2017, p. 52) ²¹

Camarate é um cidadão do mundo. Português, estudou arquitetura na Inglaterra, trabalhou como arquiteto na França e em países da África. Como arquiteto, viajado, e homem do seu tempo, se percebe erudito, conhecedor razoável das artes e das letras. Poliglota. Gosta de boas roupas, boa comida, boa bebida. Um sibarita? Um Oscar Wilde da lusofonia, perdido longe das capitais? Nada parece concentrar de forma tão antagônica o que é o Arraial, o avesso da vida cosmopolitana, da finesse e dos prazeres envoltos em tecidos macios e temperos exóticos. Camarate é o

²¹ Cubatas são habitações feitas de barro com cobertura de capim, típicas de diversos países da África. É perceptível sua semelhança com as edificações chamadas “cafuas”.

antiarraial ele mesmo, uma espécie de entidade que aponta o porquê o Arraial deve desaparecer.

A rua das cafuas lembra-me certas ruas, que vi na Africa Ocidental. Casas, nas paredes, cubatas, nos telhados de colmo, como esqueleto de madeira tosca, a sair por entre o barro, como ossos do tísico a acusam-se através de transparente e lívida pele; toda essa miséria que provém mais do abandono do que da pobreza, é emoldurada numa vegetação opulenta, pródiga, que, nas empáfias da sua riqueza, nos desmandos da sua prodigalidade, parece assoberbar mais ainda essas mesquinhas tocas de humanos que, por irrisória filáucia, sem dizem pertencer à raça dos reis da criação!

A terra da rua parece uma alcatifa vermelha, floreada com verde vivo, brilhante esmeráldico; o céu parece que reserva o fausto das suas orgias de cor, para encimar aquela como aldeia de índios, sem a virilidade, energia, robustez e destreza dos seus habitantes!

Mesmo no meio da rua, existe a capelinha de Sant'Ana; uma choupana apenas mais alta do que as outras que a rodeiam, tendo por humilde campanário, um buraco praticado na parede, donde pende, espreitando timidamente pela janela, uma sineta; garrida, que deve ter um som plangente e poético como todas as sinetas do campo. Mas ainda não a ouvi, o porque toque pouco, ou porque só sirva para chamar os fiéis à missa das almas, isto é, quando a minha descansa do cansaço de procurar, durante horas e horas, o necessário descanso!

Para o lugar onde se ergue esta modesta capelinha, da qual, dizem o orago conta inúmeros milagres e milagres espantosos, segundo a crença ou credence do povo da localidade, o dr. José de Magalhães projetou uma capela, com um pórtico grandioso e tendo, por coroamento, uma forma piramidal, esse feitio que, no dizer dos arquitetos, exprime melhor do que nenhum outro a elevação, ao firmamento, das preces dos criados ao Criador. (CAMARATE, p. 116-117)

Depois de chegar de trem e passar uma noite em Sabará, Camarate parte para o Arraial montado num burro. A viagem, segundo ele, poderia ser feita em três horas por alguém que entendesse de animais, mas demora infinitas cinco horas. A entrada da cidade, a rua Sabará, descrita como larga e extensa, porém, o impressionou: o lembrou cidades africanas pelas cubatas. Cubatas, ele aprenderá em breve, aqui denominam-se cafuas.

2.6 O ANARQUISTA

Antônio Avelino Fóscolo nasceu em Sabará em 1864. Pobre, ainda adolescente, foi para Nova Lima trabalhar nas minas dos ingleses (mineração Morro Velho), coisa que só durou alguns dias até que ele literalmente fugiu com o circo (na verdade com um artista mambembe que reproduzia quadros vivos), mas a experiência é marcante suficiente para conformar sua visão de mundo. Seu amigo, Eduardo Frieiro, autor do prefácio de **A Capital**, afirma que suas influências incluíam Zola, Flaubert e o conterrâneo Júlio Ribeiro, e que o realismo era sua estética de escolha e principal influência. Seu trabalho é construído a partir do desejo de provocar o choque na sociedade burguesa, mostrando a crueza da vida, adaptando a realidade brasileira à questão do trabalho escravo e a hipocrisia das famílias que viviam da exploração de escravizados. Suas primeiras obras se passam, assim, em cenários rurais do interior de Minas Gerais que lhe são familiares, até a mudança em **A Capital** para um ambiente urbano e metropolitano, pelo menos em ideal.

Fóscolo, em **A Capital** (1903), traz o casal de personagens que foi parte de seu romance anterior, **O Mestiço** (1903). O casal não foi formado por amor romântico, mas pela conveniência: proteger a honra de Lená, que havia sofrido um estupro e, como consequência da tragédia, perde o grande amor, que tira a própria vida. Isso tudo numa fazenda em Sabará. Lená é, então, condenada ao casamento com o homem que a aceita apesar de sua impureza, o ambicioso administrador da fazenda que vê, em seu dote, a chance de melhorar de vida. Agora, na nova história, o casal decide ir para a nova capital, extremamente próxima, pois ali se promete dinheiro fácil devido às obras incessantes e à especulação imobiliária.

Lená segue infeliz no amor, agora, apaixonada novamente por outro que não seu marido, e sonhando uma vida metropolitana que não se consolida na cidade ainda pouco habitada, cheia de obras inacabadas, com um pó incessante sobre os novos bulevares. Uma Bovary brasileira, que não se encanta com a vida de luxo e boemia real de Paris, mas sim com a expectativa de poder haver algo similar um dia na Cidade de Minas. O que, por fim, não se concretiza, bem como as fantasias amorosas da personagem. A professora de literatura Letícia Malard, em sua tese para

aquisição do título de Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais, **Hoje Tem Espetáculo** (1987), afirma:

As fantasias adúlteras de Lená, nunca realizadas, correm paralelas às fantasias de enriquecimento ilícito dos construtores, à sombra e sob a benção do poder político instituído. O romance se arma como um libelo contra a corrupção e a especulação comercial e imobiliária que envolviam um fato histórico, a construção da nova capital. (MALARD, 1987. p. 43)

Figura 10: Placa da Rua Avelino Fóscolo, em Belo Horizonte



Fonte: Google Street View (2019) ²²

Se Aarão Reis entende que a valorização das terras da Nova Capital são uma possibilidade de tornar o projeto autossustentável e independente do erário público, Fóscolo aponta que esse processo cria uma dinâmica de ganância e traição. O nome que ela dá à Cidade de Minas é: *Bandalheirópolis*. Já na porção final do romance o narrador onisciente nos descreve os pensamentos de Lená diante de sua trajetória na Capital:

Almejara uma Capital ideal, impulsionada pela indústria, movimentada pelo comércio, rica de população e rica de beleza artística, onde a vida se tecesse entre os gozos que dão a arte, a opulência e o bem-estar e deparava aquela cidade tão bela em seu início, como são os sonhos por vezes, mas que se estuara, de chofre, no oficialismo fatal, morrera

²² E, no final, Avelino Fóscolo virou nome de rua em Bandalheirópolis. Eu acredito que ele riria da fina ironia.

nas garras da especulação infrene, deixando apenas aqueles despojos da iniciada grandeza, que eram ruínas monumentais embora, permanecendo como um despertar cruel para os que desejavam mais e mais excelsa como o ideal a planejara. (FÓSCOLO, 1979, p. 272)

O mundo da capital é o mundo do capital, corrompido pelo desejo do acúmulo de riqueza que gera uma sequência sem fim de violência e infelicidade para os que se enredam em sua teia. Em sua obra, Fóscolo deixa claro que a ganância por poder e dinheiro ocorriam tanto no modo de produção escravagista, na vida nas fazendas, que denuncia em seus romances **O Caboclo** (1902) e **O Mestiço** (1903), quanto na mudança para a exploração capitalista industrial, retratado em **A Capital** (1903). Ambos os sistemas se baseiam na exploração do homem pelo homem, o que impossibilita qualquer criação de sentimentos de fraternidade e igualdade. Fóscolo irá pregar, como anarquista, que um mundo melhor só seria possível com a eliminação o Estado e dos controles exteriores, pois esse sistema funciona exclusivamente pela colaboração, e não pela concorrência que leva, inevitavelmente, a violência e deslealdade. Fóscolo não vê “progresso” na República, o que ele vê são novas formas de acumular capital de forma pouco ética, a partir do trabalho de outros.

2.7 O PÁROCO

Em sua crônica no jornal **Minas Geraes** do dia 10 de junho de 1894, o arquiteto da CCNC, Alfredo Camarate, dedica o texto a uma crítica bastante contundente feita ao pároco da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, o jovem padre Francisco Martins Dias.

Entretanto, o vigário da matriz de Bello Horizonte parece um dos poucos sacerdotes modernos que não admitem essas concessões feitas geralmente aos fiéis do presente século.

É um homem bom, bem intencionado, talvez padre instruído como padre, mas parece completamente alheado das conquistas científicas modernas e, sobretudo, sem os imprescindíveis e difícilimos dotes necessários num sacerdote que vai assistir a transformação, de uma insignificante povoação numa importantíssima capital, transição em que, para a religião, hábitos e costumes, seria mais necessário um arguto e esperto diplomata, de que um sacerdote irritadiço e sem o

menor pendor para transigir com as ideias religiosas gerais, que necessariamente, hão de dominar numa população que tende a ser verdadeiramente cosmopolita. (CAMARATE, ANO, p. 96)

A dureza das acusações: – mau temperamento, rigidez, avesso à modernidade, avesso à ciência – se dá porque, segundo Camarate, o sacerdote vinha fazendo pregações contra a dança, contra o enterro laicizado, contra uma suposta falta de religião dos novos habitantes que chegariam para a capital (imigrantes?). Em suma, o pároco parecia se colocar contra os hábitos modernos e republicanos e ser conservador afeito à tradição das pequenas cidades de Minas Gerais, não das metrópoles modernas. O próprio pároco viera da cidade vizinha, Nova Lima (na época ainda Vila Nova de Lima), um local também pequeno e recém-emancipado de Sabará. Nem sempre a opinião de Camarate quanto ao pároco fora ruim: em crônica anterior sobre os costumes religiosos do arraial, ele havia observado brevemente:

O sacerdote ainda é novo e muito dado a arte da música, que cultiva regularmente, e por isso as festas da sua igreja hão de ter sempre o caráter religioso e artístico, que deriva de um bom sacerdote e um bom amador da música. (CAMARATE, ANO, p. 39)

Há de se pensar no que ocorre para a transformação do jovem sacerdote amador da música no homem irascível com a Nova Capital,²³ da qual ele seria o responsável pela Igreja Matriz. Talvez diante dessas acusações, o padre, também jornalista, e quem criou o primeiro jornal da nova capital – o Bello Horizonte, em 1895 – tenha se posto a escrever o livro, que publicou em 1897, com título de **Traços Históricos e Descritivos de Bello Horizonte**. No pequeno livro, Dias se propõe a compreender o que havia no pequeno Arraial decadente que o destinara a ser a Nova Capital, e traça uma história contrária à narrada pela CCNC, que negava o Arraial, colocando o território do Arraial como o germe da futura Capital do estado. Ele próprio assim descreve sua ambição:

²³ “Pe. Francisco Martins Dias – Escritor, jornalista e educador. Vigário da paróquia da Boa Viagem que constituía o distrito de Belo Horizonte na época da mudança da capital e editor do primeiro jornal, o semanário Belo Horizonte (desde 1895), que informava acerca do andamento dos trabalhos da construção da cidade transformada, a partir de meados de 1897, em pequeno jornal diário. Autor de Memória Descritiva do Distrito de Belo Horizonte, editada em folhetos nos começos da capital. Em 1897 foi publicada sua obra intitulada Traços Históricos e Descritivos de Belo Horizonte pela tipografia de Belo Horizonte. Fundou a primeira escola normal livre que funcionava onde se localiza hoje o Colégio Imaculada (alto da Rua da Bahia) e instalou o primeiro curso de educação para moças, Colégio das Irmãs Cassão, ‘que funcionou, primeiro, num velho prédio curralense da antiga praça da Matriz da Boa Viagem e depois um prédio novo da Rua Timbiras’” (BARRETO, 1996, v.1).

Sermos úteis à nossa querida pátria, concorrendo com o nosso pequeno e insignificante contingente para seu progresso e adiantamento; dedicar-lhe as primícias de nosso acanhado talento literário, dando ao público uma ideia do que foi esse pequeno lugar, em que hoje se constroa a nova capital deste Estado, e descortinando, para muitos, as belezas, os atractivos, as riquezas e encantos desse lugar; – eis o fito de toda nossa ambição. (DIAS, ANO, p. 105-106)

Figura 11: Primeira edição do jornal Bello Horizonte, editado pelo padre Martins Dias (1895)



Fonte: GOUTHIER, 2009²⁴

Ser útil à pátria, contribuir com o progresso. Dias corrige, de alguma forma, a crítica de Camarate: ele não é contra a República, contra a mudança, contra o avanço da sociedade. Porém, ao contrário da CCNC, sua contribuição para o país não é o apagamento do curral, mas sim a instituição de sua memória face a seu desaparecimento. Em junho de 1897, seis meses antes a inauguração oficial da Nova Capital, o pároco da Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, Francisco Martins Dias, nos descreve:

²⁴ “O padre Martins Dias, a princípio, era vigário em Vila Nova, com jurisdição alargada até Belo Horizonte. Como, porém, se conduzia a contento geral na direção espiritual desta freguesia, o povo pediu a sua nomeação definitiva, que o bispo lavrou a 7 de setembro de 1893, data em que foi efetivado como vigário” (BARRETO, 1996, p.256).

Do velho arraial ainda existem muitos vestígios: – casas velhas, cafúas, choupanas, ruas estreitas e tortas, largos e praças irregulares – eis o que se nota ainda do velho Curral d’El Rei. [...]

Mas essas cafúas, essas velhas casas e essas ruas irregulares do Curral vão desaparecendo, pouco a pouco, ao passo que, como encanto, surgem outras novas. Não diria mal quem comparasse o Bello Horizonte atual com o firmamento semeado de miúdas estrelas, que vão se apagando e desaparecendo ante o brilho das de maior grandeza, que vão se manifestando. (DIAS, ANO, p. 105-106)

Existe, na descrição de Dias, uma dualidade: ao mesmo tempo em que, o tempo todo, faz o elogio à CCNC e à mudança da Capital e nunca se coloca contra esse fato, ele parece sempre, timidamente, apontar para os aspectos melancólicos do fim do lugar. Antes disso, no capítulo intitulado “Exodo dos antigos habitantes”, o padre havia comentado sobre outro tipo de mudança:

Como dissemos no capítulo precedente, poucas famílias se retiraram deste logar para outros districtos; algumas conservaram no arraial, e a maioria refugiou-se nos arrabaldes da freguesia.

Calafate e Piteiras foram o asilo da pobreza, e hoje estão quase transformados em dous arraialetes.

De um mixto de sentimento e de esperança foi-nos a assistência do êxodo da antiga população para os logares supra-indicados. Movemo-nos à compaixão por vermos as dificuldades com que luctavam os pobres, para de novo se estabelecerem, por vermol-os. Muitas vezes, com lágrimas nos olhos, se queixarem da sorte, pelas peripécias e amarguras porque ião tão bruscamente passando.

Era uma scena triste e comovedora essa da emigração da maioria dos habitantes para outras paragens mais recônditas e solitárias de que seu triste Curral d’El Rei.

[...]

Antevimos que aquelle povo, que tão desalentado se retirava do centro da povoação, ia levar alguma vida às incultas cercanias do arraial, arroteando os mattos e os campos, que, pela ausência de habitantes, jaziam baldios, e que os claros pelo mesmo deixados no arraial iam preencher-se pelos práticos obreiros da nova capital, que era de mister se edificasse no curto prazo de quatro anos. E foi o que se deu, como hoje se vê.

Mal haverá dous anos que os logares denominados Calafate e Piteiras eram uma verdadeira solidão, onde não se encontravam mais que meia dúzia de casebres disseminados aqui e acolá; – e hoje aquelles logares já se ostentam com alguma animação e contam aproximadamente 60 habitações, cujos moradores se ocupam activamente em pequenas lavouras ou em outros congêneres ramos de commercio.

Cachoeira, João Carlos, Bento Pires e Cardosos estão no mesmo caso que Calafate e Piteiras, não porém, tão habitado como esses dois últimos (DIAS, 1897, p. 85-86)

No capítulo anterior, o pároco afirma o seguinte sobre o engenheiro chefe Aarão Reis:

Mais de uma vez ouvimoil-os dizer, é verdade, que não queria nenhum dos antigos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana traçada para a nova cidade, e que tratasse o povo de ir se retirando; mas si, com efeito, eram esses os planos do dr. Aarão, não se realizaram, porque foram modificados e abrandado; e como se viu e se vê ainda, grande parte dos habitantes permaneceu no arraial. Apenas 6 ou 7 famílias se retiraram espontaneamente; Todas as demais se estabeleceram, umas nas imediações da área suburbana da nova cidade, e outras conservaram-se mesmo na povoação, como acima dissemos. (DIAS, 1897, p. 84)

Desses trechos forma-se a seguinte imagem:

Do velho arraial ainda existem vestígios: – casas velhas, cafuas, choupanas, ruas estreitas e tortas, largos e praças irregulares. Mas essas cafuas, essas velhas casas e essas ruas irregulares do Curral vão desaparecendo, pouco a pouco. Antevimos que aquele povo, que tão desalentado se retirava do centro da povoação, ia levar alguma vida às incultas cercanias do arraial. Dr. Aarão Reis não queria nenhum dos antigos habitantes de Belo Horizonte dentro da área urbana ou suburbana. Calafate e Piteiras foram o asilo da pobreza, e hoje estão quase transformados em dois pequenos arraiais. (DIAS, 1897, p. 86)

A ideia de modernidade descrita aqui parece sempre dizer de um tempo e espaço livres de pobreza e repletos de palacetes, mansões e ruas largas. Porém, ela entende que não se eliminam os pobres, o que se faz é somente tirá-los da vista. Aarão Reis deseja isso com firmeza. Se, ao sair da comissão, parece que a nova direção cede ao permitir que os pobres habitem os subúrbios, Reis não concebe a área suburbana como fora do urbano, mas sim como parte de seu sistema. Reis demonstra que tem uma noção clara de que em todas as dimensões que compõe o espaço da nova capital – o urbano, o suburbano e o rural –, devem ser habitados por pessoas do tempo da capital.

Os habitantes do arraial não fazem parte do tempo da metrópole. O pároco vê, compreende, que o espaço da metrópole não cabe aos pobres, apesar de perceber suas angústias. O fato de alguns moradores terem conseguido se manter no Arraial, contra o desejo de Reis, nos aponta que, ao contrário da visão do engenheiro-chefe,

a população de *Bello Horizonte* não era homogênea. Dias entende o que escapa a Reis: no arraial existem ricos, pobres, existe quem detém poder e existem despossuídos. Onde Reis só vê uma massa de sertanejos alijados da modernidade, Dias compreende que o funcionamento daquele território é um microcosmos do funcionamento de uma cidade grande, e não seu oposto. Os habitantes das cafuas foram despejados para as cercanias. Outros puderam permanecer no centro.

Dias (1897, p. 83), diante da dor dos desalojados, dos que efetivamente perderam sua terra, se consola com a ideia de que os desapropriados “estão já tranquilos e em melhores condições que antes”. A contradição entre a dor de quem estava perdendo seu lugar no mundo e a ideia de que “foi pra melhor” pontua as observações de Dias, que parece tentar consolar a si e ao leitor, apesar de haver se colocado, no prólogo, como um observador imparcial.

3 ELES, O POVO

Quadro 2: Termos "cafua", "cortiço" e "favela" em dicionários de diferentes épocas

	DICIONÁRIO	CAFUA	CORTIÇO	FAVELA
1789	BLUTEAU, R., Pe. Diccionario Língua Pôrtugueza . Ref. e accresc. por Antônio de Moraes Silva. v. 1, p. 212, 645, 338. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.	Cafua , (f. f.) v. furna. Furna , (f. f.) cova foterranea efcura. Barros "fe acolherão a huma furna, que eitava debaixo de huns penedos". [...]	Cortiço , (f. m.) [1] tubo de cortiça onde as abelhas criáo, e ajuntão mel. [2] f. e chulo, corpo mal feito por igual. [...] diz-se das mulheres fem cintura. Cortiço , (f. f.) ave maior, que perdiz, tem hum collar negro pelo pesçoço. [...]	X
1832	PINTO, L. M. S. Diccionario da Língua Brasileira . (CAD-CAG, FUN-FUR, COR-COS). Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.	Cafua , (s. f.) O mesmo que Furna. Furna , (s. f.) Cova soterrada.	Cortiço , (s. m.) [1] Onde as abelhas criáo, e fazem o mel. [2] Fig. (T. baixo) Corpo mal feito por grosso, e igual. [3] Ave mais pequena que a perdiz com huma cinta preta no pesçoço.	
1890	SILVA, A. M. Diccionario da Língua Portuguesa , 8. ed. rev. e mel. v. 1, p. 380, 554. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense, 1890.	Cafúa , (s. f.) [1] Habitação miserável. Antro, furna, caverna. [2] Esconderijo. [3] Quarto escuro, em que n'alguns collégios põem de castigo os alumnos que commettem certas faltas.	Cortiço (s. m.) [1] Tubo, ou antes cylindro de cortiça, onde as abelhas criam a ajuntam o mel e a cera. [2] Qualquer cavidade em que as abelhas se estabelecem e fabricam o mel. [3] (t. bras.) Movei representando uma colmeia. [4] Vaso cylindrico e alto de cortiça para transportar azeitonas, etc. [5] (fig. e pleb.) Corpo mal feito por igual [...] diz-se das mulheres sem cintura delicada, roliças, que parecem cylindricas. [7] Cortiço ; (t. pop. do Rio de Janeiro) serie de casinhas accumuladas em pateos, corredores, ou nos fundos de alguns prédios, onde sem condições hygiencias, sem ar e sem luz vive accumulada grande massa de gente pobre. São os cortiços os primeiros assaltados pelas epidemias de febre amarella, pagando os seus moradores grande de tributo á morte. [8] fig. (pleb.) Casa, quarto: "vou para o cortiço". Cortiço , cortiçol ou cola , (s. m. ou f.) Ave maior que a perdiz, tem um collar negro pelo pesçoço.	
2016	CEUG – Comunidade Espírita Umbandista Girassol. A Importância da Cafua . 21 nov. 2016. Disponível em: https://girassolceug.blogspot.com/2016/11/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x_21.html . Acesso em: 16 nov. 2022.	Cafua (uso religioso) "A Cafua, é um local no Terreiro, geralmente um pequeno quarto ou uma 'casinha', destinado aos Guardiões e Guardiãs".		
2015	Michaelis Online . v. 2.0. [S. l.]: Melhoramentos, 2015. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cafua/ , https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cortiço/ , https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/favela/ . Acesso em: 16 nov. 2022.	ca-fu-a (s. f.) 1. Cavidade subterrânea, geralmente natural, em terrenos rochosos; caverna, gruta. 2. (Por ext.) Lugar distante e isolado; furna. 3. Lugar escondido e escuro; antro, esconderijo: "[...] <i>tão secreta que jamais será contada fora das cafuas de telhado de flandres das fragas despenhadas da senzala do Unhão</i> " (JU). 4. Habitação rústica, suja, em ruínas; choça, casebre: "[...] <i>o casazinho namorava sentadinho no banco, na porta da cafua</i> " (CSi). 5. Taberna suja e escura, com objetos ou gêneros em desordem. 6. Aposento que, nos colégios, servia de prisão para castigo de alunos; cafundó: " <i>Para começar, meta-o na cafua. Vamos ver se ele sai um pouco mais regenerado de lá...</i> " (JA). 7. (Coloq.) Casa de jogos clandestinos.	cor-ti-ço (s. m.) 1. Caixa cilíndrica feita de cortiça ou de casca de qualquer outra árvore, destinada a alojar colônias de abelhas para a produção de mel e cera; colmeia. 2. Casa grande, geralmente decadente, que serve de habitação coletiva para famílias de baixa renda; casa de cômodos, zungu. 3. Conjunto de pequenas casas muito pobres.	
2021	Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/cafua/ , https://dicionario.priberam.org/cortiço/ , https://dicionario.priberam.org/favela/ . Acesso em: 16 nov. 2022.	ca-fu-a (n. f.) (origem duvidosa) 1. Cavidade ou escavação profunda na terra. = ANTRO, CAVERNA, COVA 2. Lugar escondido. = ESCONDERIJO 3. Habitação miserável. = CASEBRE, CHOÇA 4. [Brasil] Quarto escuro e isolado para castigo de alunos em algumas escolas ou colégios. = CAFUNDÓ	cor-ti-ço (n. m.) (alteração de cortiça) 1. Cilindro de cortiça dentro do qual as abelhas fabricam cera e mel. = COLMEIA 2. Vaso cilíndrico de cortiça para sal, azeitonas, etc. 3. [Figurado] Casa pequena com muitos moradores. 4. [Popular, depreciativo] Mulher considerada malfeita, sem cintura, roliça. 5. [Zoologia] Cortiçol. 6. [Brasil] Grupo de habitações reunidas para moradia de gente pobre. = CABEÇA-DE-PORCO, ESTALAGEM	fa-ve-la (n. f.) (fava + -ela) 1. [Brasil] Conjunto de edifícios, majoritariamente para habitação, de construção precária e geralmente ilegal. 2. [Brasil, depreciativo] Lugar de má fama, suspeito, frequentado por desordeiros. 3. [Brasil] [Botânica] Planta das caatingas baianas.

3.1 O QUE EXISTE NUM NOME

No Quadro 2 vimos as mudanças de alguns termos referentes à habitação durante o século XIX: o significado de *cafua*, que se transmuta de “cova ou furna” para “habitação miserável”. “Cortiço”, que se transmuta de “colmeia de abelhas” para “casinhas acumuladas sem condições higiênicas”; e “favela”, que não era um termo dicionarizado e surge definido somente no século XX. A mudança no uso cotidiano das palavras ou sua criação indicam a necessidade de dar nomes a formas novas, e o século XIX brasileiro foi pródigo nessa necessidade: o habitar o território parece ter se tornado múltiplo, segmentado, e a simples noção de casa ou residência deixa de dar conta dessa multiplicidade.

Se o século XIX nos mostra que, para diferentes grupos, classes e raças diferentes, as relações com o espaço passaram a ser nomeadas, é inevitável voltar-se para o problema de, afinal, quem são as pessoas que habitam esses lugares. No caso específico do Arraial e suas particularidades como território transicional entre urbano e sertão, esse local que, ao mesmo tempo que corresponde a diversas definições do que é uma cidade, é frequentemente compreendido como um local inóspito, atrasado, ainda por ser civilizado, ainda por ser devidamente habitado ou, simplesmente, vazio de qualidades de urbanidade. Duas formas de habitar sempre são citadas pelos cronistas que anteriormente nos debruçamos: a casa e a *cafua*. Uma *cafua* é uma habitação, mas não é uma casa. O que é, portanto, uma *cafua*? Quem mora na *cafua*?

Antonio Robert de Moraes (2011, p. 102) afirma que o sertão é um “Outro geográfico”:

A relação entre sertão e colonização emerge coimo evidente numa outra característica comum presente nas imagens construídas: a designação sertaneja para ser formulada necessita de um contraponto que lhe forneça sentido por diferenciação. Isto é, o sertão só pode ser definido por uma característica geográfica que seja sua antípoda. Trata-se, portanto, da construção de uma identidade espacial por contraposição a uma situação díspar que, pela ausência, lhe qualifica. Para existir sertão é necessária existência de lugares que não sejam englobados nessa denominação [...] em suma, o sertão para ser identificado demanda o levantamento do seu oposto, o não sertão,

visto como o local que possui características de positividade ali inexistente.

O local que não tem qualidades próprias específicas, pode estar em qualquer lugar, existe somente em oposição ao local positivo. Essa conformação torna o sertão no espaço por excelência da colonização, já que ele existe para ser transformado em “não sertão”. O Arraial também pode ser entendido como Outro territorial da metrópole, sendo a metrópole o espaço ideal da Modernidade. O habitante da cafua torna-se, por extensão, um Outro do habitante da cidade. Ele não possui urbanidade. O sertanejo, para existir na modernidade, precisa deixar de existir como sertanejo.

3.2 ID-ENTIDADE E A NEGAÇÃO DE ALTERIDADES

A dinâmica de produção de violências por meio das Colonialidades se dá tanto na negação da alteridade, no racismo, na exploração do trabalho subalternizado quanto na subordinação ao padrão eurocêntrico. É preciso considerar o Outro para se romper com a perspectiva única, universalizante, desumanizante. A invisibilidade de um Outro implica em um ponto de vista não universalizante, múltiplo. A questão teórica, portanto, é como considerar o Outro na escrita de uma história do território.

O argumento central desenvolvido por Enrique Dussel no texto “Europa, Modernidade e Eurocentrismo” (2005) é o de que a Modernidade é não uma prática da razão contra a obscuridade das tiranias e do misticismo, mas um imperativo moral de violência contra povos a serem subordinados. Dussel desenvolve como a Europa inventa para si uma origem em si mesma, nega sua origem semita e asiática, nega a herança oriental e africana, para criar a imaginação de uma Grécia pura e se descrever como o ápice de uma história contada a partir de si mesma, que justifica a violência como “civilizatória” contra povos que não estariam no mesmo estágio de desenvolvimento. Para Dussel, a modernidade é, ela mesma, a autorização da violência colonial, já que o “bárbaro tem “culpa” ao se opor ao processo civilizatório.

A negação da alteridade ao Outro é fator indissociável da modernidade nas duas etapas que Dussel compreende: a primeira, como centralidade Ibérica, através

da Invasão da América e o afluxo de capital gerado na Europa, que propicia a segunda etapa, a revolução industrial e a tomada do poder pela burguesia. Nessa etapa, o colonialismo se altera para imperialismo e o território colonizado se expande para praticamente todo o mundo fora do continente Europeu. Como práxis anticolonial, ele conclui, seria necessária a superação da modernidade e de sua mitologia de fundação, ao se trazer à luz a irracionalidade da negação da alteridade ao Outro não europeu.

A ideia de que o homem europeu é universal, sendo sua história a própria história do mundo é, portanto, parte constituinte da manutenção das estruturas que ordenam a subordinação colonial. E ela, como parte do conceito Iluminista de autonomia do pensamento do “homem racional”, demanda uma exterioridade irracional. A Alteridade de quem detém a racionalidade é, inerentemente, a estruturação de um mundo na qual o Outro não pertence ao centro, ao padrão; o outro, subalterno, é necessariamente irracional e, portanto, desprovido de capacidade de autodeterminação. A tarefa de uma escrita histórica contra esse padrão de poder é, portanto, a de se desenvolver a partir da interioridade da lógica não hegemônica, a partir de um discurso que compreenda, entre outras coisas, as temporalidades específicas que determinam um espaço-tempo historiográfico e que negue a proposição de um ente ideal universalizável a partir de um padrão externo, heterônimo. Pode-se derivar essa compreensão histórica para a proposição territorializada de que a narrativa da construção de um lugar precisa conter em si as estruturas que o conformam, bem como suas relações.

Quais são, portanto, as estruturas internas do território a que nos referimos? Na dimensão do imaginário, precisamos tratar do que seria o imaginário da modernização do espaço, de quais imaginários conformam o local. Aqui, é preciso analisar a contradição entre a Identidade construída de um local e as diversas identidades que conformam a formação de uma região. É preciso compreender como o papel que a construção de determinadas identidades opera no ideal de espacialidade instituído, em especial em relação às identidades não representadas na historiografia hegemônica. É preciso ir contra a ideia de indivíduo universal, da qual também deriva a noção de identidades nacionais únicas.

Hay en el colonialismo una función muy peculiar para las palabras: las palabras no designan, sino encubren, y esto es particularmente

evidente en la fase republicana, cuando se tuvieron que adoptar ideologías igualitarias y al mismo tiempo escamotear los derechos ciudadanos a una mayoría de la población. De este modo, las palabras se convirtieron en un registro ficcional, plagado de eufemismos que velan la realidad en lugar de designarla. (RIVERA CUSICANQUI, ANO, p. 10)

A fase Republicana a que Rivera Cusicanqui se refiere é a fase da formação dos Estados latino-americanos libertados da Espanha e precisam produzir suas identidades como Estado-Nação. No caso brasileiro, o início da produção dessa identidade se dá ainda como Império, a partir de 1823, porém, da mesma forma, a partir da necessidade de criar uma identidade nacional. A particularidade brasileira, além da existência de um período como monarquia após a independência, se dá numa união do território que descende do período colonial, ao contrário dos estados da América espanhola que se dividem e passam a tentar construir suas identidades não só para se diferenciar da Metrópole, mas também uns dos outros. Ao contrário, no caso do Brasil, é preciso criar uma identidade que unifique uma população bastante díspar e com histórico de disputas internas.

A produção dessa id-entidade “Ser Brasileiro”, portanto, pode ser dividida em três fases: a Imperial, na qual se busca uma união do que é o ser brasileiro, a Primeira República, na qual a unidade nacional precisa ser afirmada também como república, e a fase modernista, na qual a industrialização passa a ser o centro do discurso de identificação e assimilação da brasilidade, a partir da década de 1930. Apesar de haver contradições entre as identidades propostas nessas fases, como a relação com o patrimônio, a relação com as influências externas ou a própria relação com a produção no período colonial (negadas na Primeira República, exaltada no período modernista) é preciso compreender que os sucessos e fracassos de cada etapa continuam a produzir noções da subjetivação do ente “cidadão brasileiro”, e não se circunscrevem somente aos períodos assinalados, possuindo continuidades. É a longa duração do processo de formação da identidade nacional.

O cerne deste trabalho é o fato de o Arraial ter desejado se tornar metrópole, mas ter desaparecido nesse movimento. A candidatura do arraial de *Bello Horizonte* à capital foi voluntária e não era a localização favorita de nenhum dos grupos políticos em disputa. Une-se isso ao fato do desaparecimento, também, da categoria arraial na República, surgindo a hipótese de que a existência do arraial é

incompatível com a organização territorial da entrada da modernidade. Instituímos aqui, portanto, uma possível cronologia de regime de exploração da terra no Brasil:

- 1) Regime de exploração Ibérico: vigente entre a ocupação portuguesa, a partir de 1500, até a Lei de Terras, em 1850;
- 2) Regime de transição: entre a promulgação da Lei de Terras até o início do processo de industrialização no formato globalizado do grande capital, não mais das pequenas indústrias artesanais;
- 3) Regime capitalista: exploração da terra a partir da industrialização globalizada.

Nos concentramos, aqui, no período que chamamos de transição para o capitalismo, pois compreendemos que não existe uma ruptura da produção de redes urbanas a partir do fenômeno da inversão urbana decorrida na industrialização, mas sim que período de transição da exploração de terras lança bases para uma nova relação com o território a partir da lógica do capitalismo global. É preciso, portanto, tensionar a categoria Arraial como forma de ocupação do território que, ao sucumbir ao processo de transição traz a forma do que seria o Outro no processo de modernização, seu contraponto, o que explicita a relação com o território que se pretende alijada da formação do estado-nacional moderno.

As categorias que designam agrupamentos urbanos no período aqui chamado ibérico são diversas, tanto provenientes da estrutura portuguesa, da burocracia complexa desenvolvida ainda no medievo, quanto de outras categorias criadas a partir do processo de colonização. Temos, assim, além das vilas (o povoamento principal, passível de receber a casa de Câmara) e da rara Cidade (título que a coroa concedeu pouquíssimas vezes), arraiais, conquistas, campanhas, povoados. Paróquias, freguesias. Essas categorias, como aponta Cláudia Damasceno Fonseca em **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas** (2003), não são sistematizadas, mas são geralmente inclusas no termo geral de “povoamento”. Porém, a mudança da capital no sertão de Minas Gerais apresenta uma fronteira particular. Ao mesmo tempo que Minas Gerais é parte da hinterlândia brasileira, a região mineradora é uma região, por excelência, da urbanidade:

Em Minas Gerais, foi a descoberta do ouro, no final do século XVII, que desencadeou a “marcha da civilização” e da territorialização dos

sertões: em muitos poucos anos, este espaço imenso, até então percorrido quase exclusivamente por índios de diversas “nações”, foi profundamente transformado pela chegada de uma população numerosa e bastante heterogênea, e pela organização político-territorial que o poder metropolitano impôs à sua nova conquista. De fato, na região mineira, bastaram alguns decênios para que se desenrolassem processos de grande complexidade, que em outras fronteiras da colônia levaram muito mais tempo para se realizar: a gênese e o desenvolvimento de cidades, a constituição de fluxos comerciais regionais e continentais, a formação de uma cultura urbana específica. (FONSECA, 2003, p. 57)

O deslocamento da Capital da região mineradora representa uma empresa, portanto, claramente colonizadora, mas não do litoral para o sertão, e sim da mineração contra seu próprio entorno. Nesse sentido, os diversos arraiais que conformavam, como rede, o entorno das vilas do Ouro, como Sabará, representava a transição entre o urbano e o sertão. Os integrantes da CCNC claramente têm dificuldade de aceitar a porção urbana do local, pois não conseguem perceber a dinâmica dupla de sua existência. *Bello Horizonte*, nesse sentido, se situa no limite da expansão de dois projetos de colonização interna: a inteiração e a expansão cafeeira.

Roberto Luís de Melo Monte-Mór, no artigo “Gênese e Estrutura Da Cidade Mineradora” (2001), afirma que “a urbanização mineira, diferentemente do resto do país, se deu a partir de um espaço de produção ‘industrial’, onde o *locus* da produção e do poder quase se confundem”. A rápida migração para áreas mineiras, e a própria natureza da exploração da mineração, produzem uma intensa urbanidade com cidades culturalmente diversas, com comércio intenso e uma rede urbana com fluxos expressivos.

Assim, as cidades mineiras não apenas foram responsáveis por uma economia e cultura urbanas expressivas e contemporâneas do nascimento da modernidade burguesa européia, mas respondem também pela primeira integração macro-regional no território brasileiro. A surpreendente migração para região mineradora, apesar da baixa densidade de ocupação do território e das dificuldades de transporte em área tão inóspita, nas montanhas, na mata atlântica ou nos áridos sertões, foi responsável pela efetiva ocupação da área interior da colônia. Mesmo frágil, a rede de lugares centrais de apoio à produção extrativa mineral (e à agropecuária) que se desenvolveu nas minas e em sua macro-região de influência a partir do século XVIII, teve impactos diretos em São Paulo e no Rio de Janeiro e estendeu-se do Rio Grande do Sul ao Piauí, além de desdobrar-se para oeste sobre o Planalto Central e seu derramamento para a Amazônia,

significando um salto qualitativo e quantitativo na ocupação do território brasileiro. [...]

A grande demanda por mão de obra nas minas e a inviabilidade econômica e cultural, dado o apelo das “febres mineradoras” de se retirar tempo/trabalho da produção mineral para a produção alimentar e de serviços, face à enorme rentabilidade (potencial, pelo menos) da atividade mineradora, gerou os mercados (urbanos) até então inexistentes nas regiões de economia de subsistência e/ou nas fazendas e engenhos escravagistas. O resultado é o fortalecimento sem par na colônia de uma rede urbana, tanto diretamente ligada à produção mineral quanto indiretamente, produzindo alimentos serviços de transporte etc. [...]

De fato, historicamente a economia mineradora gerou uma outra cidade expressivamente diferente da tradicional cidade política que mais amplamente conhecemos como sede de controle de um espaço de produção externo, rural e regional, não apenas na história brasileira, mas na própria origem e desenvolvimento da cidade no mundo. A cidade nascida da atividade mineradora questiona na base a compreensão amplamente difundida e aceita de que as cidades necessariamente surgiram dos avanços tecnológicos no campo -- na agricultura -- dando origem ao excedente (alimentar) coletivo que permitiu liberar uma parcela da população das atividades imediatamente ligadas à reprodução, transformada assim em classe dominante em controle do mais-produto coletivo. (MONTE-MÓR, 2001)

A hipótese de Monte-Mór é que a urbanização mineira possui a particularidade de a cidade vir antes do rural, e o rural ser gerado dela. Isso explicaria por quê o declínio da mineração leva não só ao êxodo urbano, mas à diminuição da importância do mundo rural nos arredores das principais cidades mineradoras. Já no século XIX, após o declínio da mineração, Antonio Robert de Moraes em **Território e História no Brasil** (2011, p. 116, 117), afirma que a construção do território no Brasil no século XIX assim se deu:

A cafeicultura vai aparecer como o maior vetor de ocupação territorial no Brasil a partir de meados do século XIX, sendo explicativa da gênese da concentração produtiva e populacional ainda existente na atual conformação do território nacional.

Além da instalação do transporte ferroviário e da urbanização, a produção cafeeira agiu na estimulação de outras atividades econômicas, como a bancária e a de serviços.

Sendo assim, temos duas formas distintas de expansão territorial: uma particularidade da mineração, na qual a cidade surge primeiro e demanda serviços agrícolas, e outra na qual a produção agrícola gera demandas de urbanização. E,

ironicamente, é no sertão que surge a forma em que a cidade tem primazia sobre a produção do território. É importante, portanto, ressaltar que a visão do espaço do arraial minerador como não urbanizado é uma visão externa, importada para o Arraial: a construção do imaginário do sertão. Em **Geografia Histórica do Brasil**, Moraes fala da dinâmica da colonização em relação à produção do território brasileiro:

Nos países de formação colonial a dimensão espacial adquire considerável potência na explicação de suas dinâmicas históricas, pois a colonização é em si mesma um processo de relação entre sociedade e os espaços. [...] Vale salientar que muitas das determinações coloniais permanecem vigentes mesmo após os processos de emancipação política de tais países, uma vez que a nova ordem política é construída sobre o arcabouço econômico e sociais gerado no período colonial. (MORAES, 2008, p. 91)

Como visto, a construção dos Estados periféricos se faz a partir das heranças coloniais existentes, seja no que importa aos sistemas de produção, à estrutura político-administrativa, ou mesmo à mentalidade vigente entre operadores desse processo. (2008, p. 81)

Logo, temos uma relação entre colonização e território tanto com as estruturas criadas no próprio período colonial quanto no imaginário de como o território se organiza. Nísia Trindade Lima se dedica, em **Um Sertão Chamado Brasil** (2013), a analisar como esse imaginário foi construído no pensamento social brasileiro. Lima localiza na Primeira República um esforço da *intelligentsia* nacional de estudos técnicos e científicos empreendidos pelo estado para o conhecimento desse território. Uma produção de conhecimento vinda do Brasil “não sertão”, cujo projeto, como assinala Moraes, foi construído num Estado (Império) “que se pensava uma ampliação geográfica da civilização europeia, uma expansão do Ocidente” (2011, p. 87).

Daí ter sido tão importante a categoria sertão, vista muitas vezes como lugar da resistência à mudança social; marcado pela inércia; lugar onde não se deve ter pressa, pois o tempo não passa. Lugar, em suma, em que se evidenciam as ambivalências dos intelectuais diante do progresso e da modernidade. (LIMA, 2013, p. 18)

A lógica da modernização como projeto que necessita da negação de alteridade constrói, portanto, um Outro homogêneo, o (sertanejo) cuja definição é a posição fora da modernidade, e irá, conseqüentemente, combater esse Outro para que seja possível a integração do país ao ocidente. O arraial, território desse Outro, a urbanidade do Sertão, e por isso destituída simultaneamente de urbanidade, é uma contradição que precisa ser suprimida.

3.3 OS RECENSEAMENTOS

Aqui começa a desvelar-se o problema do que, afinal, constitui uma cidade para o final do século XIX brasileiro. Temos três noções de urbanidade colidindo. A primeira, “Ideal”, científica, da formação sanitarista e técnica dos planejadores urbanos. A segunda é simbólica, da cidade como sede do poder, que passa tanto pela disputa a respeito da Capital do Estado e da substituição ou não de Ouro Preto quanto pelo que representaria a sede administrativa do estado. A terceira é a dimensão percebida pelos habitantes do Brasil oitocentista, em relação às suas práticas sociais, religiosas e seu ideário no que tange ao território. As narrativas a partir dessas três perspectivas por vezes se apoiam, por vezes se contradizem.

Numa justaposição entre essas três dimensões podemos perceber, por exemplo, a grande discrepância nos dados populacionais relatados pelo Coronel Julio Pinto Coelho, o Padre Francisco Martins e os Recenseamentos. O Coronel representa uma visão técnica simbólica, aliado aos interesses republicanos na candidatura de *Bello Horizonte*. O Padre Francisco nos dá uma leitura a partir de sua experiência pessoal como pároco do Arraial justamente na transição de arraial para Capital, com acesso aos registros de nascimentos, batismos e óbitos da Igreja. O Censo de 1890 nos traz uma visão técnica, demográfica. Segundo Abilio Barreto, a carta de Júlio Pinto descreve um local que contaria com cerca de 600 almas – porém, com um sinal de interrogação que indicaria uma dificuldade na leitura do documento original, ao qual não tivemos acesso. O Padre Francisco Martins Dias indica uma população de 2.650 mil habitantes, em 1893, contra o recenseamento de 1890, que indica uma população de 8.009 mil almas. A análise demográfica do Padre Francisco é bastante curiosa:

Constituído em 1750, como já vimos, o Curral D’El-Rei, sempre de aumento em aumento, de progresso em progresso, chegou a dominar em 1813 a uma área de cerca de 95 kilometros, com uma população de quase 18 mil habitantes, distribuída pelos seguintes logares, dos quaes ele o principal: Sete Lagoas, Contagem, Santa Quitéria, Boritys, Capella nova do Betim, Piedade do Paraopeba, Brumado, Itatiayo-assú, Morro Matheus Leme, Neves, Aranha e Rio Manso. [...]

De então para cá tem decrescido sensivelmente sua população, em virtude dos desmembramentos sucessivos dos logares supra indicados, os quaes, um após outros, foram se destacando da freguesia do Curral e se constituindo em freguesias independentes.

Assim, pois, em 1813 tinha toda a freguesia do Curral 13.000 habitantes, em 1840, 18.227, em 1864, 8 mil, em 1877, 4 mil, e em 1893, só 2.650". (DIAS, 1897, p. 14-15)

Figura 12: Quadro do Recenseamento Geral do Império, referente à Província de Minas (1872)

PROVINCIA DE MINAS GERAES

Quadro geral da população livre considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e gráo de instrucção, com indicação dos numeros de casas e fógos (continuação).

	1	N. S. da Conceição de Sabará.....	3073	3138	6181	
	2	N. S. da Lapa.....	1372	1496	2778	
	3	Santa Quitéria.....	4509	4334	8849	
	4	N. S. da Consolidação dos Ilipos.....	2443	2738	4981	
9	5	N. S. do Pilar de Congonhas de Sabará.....	3210	3207	6417	} 16167
	6	N. S. da Boa Viagem do Curral D'El Rei.....	2499	2639	5188	
	7	N. S. da Boa Viagem do Curral D'El Rei.....	2499	2639	5188	
	8	N. S. do Carmo do Bomfim.....	3199	3194	6393	
	9	S. Gonzalo da Contagem.....	3189	3114	6304	

Fonte: (Recenseamento, 1872, p. , grifo nosso).²⁵

Não temos a fonte primária dos dados do Padre, sendo provavelmente os próprios livros paroquiais. Os dados, porém, são profundamente discrepantes dos dois recenseamentos nacionais realizados no século XIX: o realizado pelo Império, em 1872, e o realizado pela República, em 1890. Em 1872 a freguesia do Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral D'El Rei, parte do Município de Sabará, contava então com 5.188 mil habitantes, sendo desses 2.499 mil homens e 2.689 mil mulheres, desses 1.634 mil brancos, 2.792 mil pardos e 762 mil pretos, não sendo parte desse recenseamento a categoria "caboclo". Já em 1890, a divisão passa a ser feita entre Municípios e *Parochias*, e agora temos Bello Horizonte como Paróquia do Município de Sabará, com população de 8.009 mil habitantes, 3.900 mil homens e 4.109 mil mulheres, 3.038 mil pessoas são brancas e 4.971 mil não brancas, sendo que não brancos são formados por pretos, caboclos e mestiços. Segundo os dados governamentais há um aumento de população consistente com a taxa de crescimento da população brasileira no período, segundo pode-se conferir no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. Isso contraria da observação do Padre que constata uma diminuição do arraial e sua grande decadência.

No texto introdutório da Synopse do Recenseamento de 1890, o diretor da Diretoria Geral de Estatísticas (DGE) Francisco Mendes da Rocha aponta os problemas da realização do censo de 1890 em relação à ruptura governamental de 1889. Segundo ele, os municípios estavam já com demasia de demandas para a

²⁵ Na imagem se lê "Quadro geral da população livre considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e gráo de instrucção, com indicação dos números de casas de fógos (continuação) e um detalhe do Município de Sabará com destaque para os dados da freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral D'El Rei".

a unidade “paróquia”, sendo esse referente ao ordenamento eclesiástico, o que é incompatível com a separação entre Estado e Igreja promovida pela Proclamação da República. Porém, não houve tempo hábil para a correção desse problema, sendo a estrutura utilizada a mesma que em 1872, mais bem sucedida do que a de 1890 por contar com um período de maior estabilidade para a realização dos trabalhos.

A escolha da paróquia para base do recenseamento de 1890 pretende, ao que parece, ter explicação na possibilidade de comparação dos resultados ali obtidos com os do recenseamento de 1872. Mas, o decreto n. 119 A de 7 de Janeiro de 1890 deveria ser suficiente para afastar da idéia dos directores d'esse serviço a aceitação de uma tal base,²⁷ cujo uso em 1872 era perfeitamente justificável, dadas as relações de então entre o Governo e a Igreja e o modo por que se faziam os registros de baptizados, casamentos e obitos. [...] o citado decreto de 7 de Janeiro havia irrevogavelmente extinguido toda relação entre a Igreja e o Estado, impedia certamente o uso de uma tal divisão, como base. (SRGDR, 1898, p. V)

Como vimos nos dados anteriores, o RGDI de 1872 se refere à duas unidades territoriais: municípios e freguesias. Já o RGDR de 1890 se refere a municípios e paróquias. Diante da fala do Diretor de estatística percebemos que, para ele, freguesias e paróquias são unidades sinônimas e intercambiáveis.

O problema da inconsistência dos dados parece se dar justamente pela noção de definição do que seria realmente Bello Horizonte, um problema que provavelmente surge a partir da dificuldade de definição entre as diversas formas de território urbano do Brasil Colônia – e que se mantém durante o Império: o arraial, a cidade, a vila, a paróquia, a freguesia. Categorias que tem relação com a legislação e organização territorial portuguesa (que datam da Idade Média), com a organização da Igreja Católica e, também, que sofrem modificações no Brasil, como a própria definição de arraial, que em Portugal refere-se ao acampamento militar provisório e, no Brasil, passa a designar o que em Portugal chama-se povoamento.

Isso acarreta, na transição entre Império e República, em um rearranjo dessas unidades com sua redução à categoria binária de município como o território que não é rural. Esse rearranjo possibilita uma alteração das análises dos observadores e planejadores a partir da percepção simbólica e técnica. Os técnicos

²⁷ Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias (BRASIL, 1980).

da CCNC vindos de cidades maiores, por exemplo, tendem a desconsiderar o arraial como urbano, o colocando na categoria rural. Isso explicaria a ausência de necessidade de preservação daquela espacialidade pois, a rigor, o território do Arraial é um espaço vazio, pois que ausente de urbanidade.

O Recenseamento Geral de 1890 foi o primeiro realizado pela República, bem em seu início. Foi realizado o levantamento quanto a sexo, raça, culto, se estrangeiro ou nato, e quanto à alfabetização. Não se contabilizou, ao contrário do censo anterior, o número de edificações nos municípios. Em 1890, *Bello Horizonte*, de seus 8.009 mil habitantes, 7.563 mil eram analfabetos, taxa semelhante à da alfabetização do país em 1890, que contava com 82,6% de analfabetismo. O significado de “caboclos” é controverso, mas há um entendimento de que corresponderiam, em boa parte, a indígenas. Do total da população, apenas 446 pessoas eram alfabetizadas, apenas três delas se declaram protestantes e, todos os demais, católicos. Segundo o levantamento de 1872, o Curral d’El Rei contava com 417 *fógos* (nomenclatura referente a unidades habitacionais) e quatro casas desabitadas. O número de casas (não se contabilizando fábricas ou terrenos) indenizadas entre 1893 e 1895, segundo a listagem da CCNC, é de 332 unidades. Dessa maneira, ao compararmos os dados da CCNC e dos recenseamentos do Império e da República, nos 18 anos que os separam, a população teve um aumento total de 2.821 mil habitantes, porém, um decréscimo de 85 unidades habitacionais.

A desarticulação entre a quantidade de edificações indenizadas e a quantidade de habitantes poderia, então, indicar que nem toda unidade residencial foi indenizada ou que existiu um desajuste no recenseamento, considerando-se habitantes de *Bello Horizonte* cujas residências não estavam na área delimitada pela CCNC. Assim, nem todo *Bello Horizontino* vivia dentro do perímetro demarcado para a Cidade de Minas. É preciso, aqui, fazer um cotejamento entre o levantamento georreferenciado das propriedades indexadas nos processos da CCNC do projeto Mapa Histórico, a listagem de indenizações presentes no livro de Abílio Barreto e os processos constantes na CCNC, de modo a compreender a relação das edificações que foram cadastradas e indenizadas, seus valores e sua localização territorial.

Tomemos o exemplo do processo referente à fazenda Calafate (processos de número 344, 345 e 346), com três proprietários: Francisco da Costa Pacheco, Silvana Maria dos Santos e Catharina de Sena e Silva. Os três coassinaram o mesmo

documento, e os três processos constam num único volume. A maior indenização foi de Francisco, no valor de 1500\$000 mil réis, seguidos por Suzana de 400\$000 mil réis e Catharina de 300\$000 mil réis, somando 2.200\$000 (*2 contos de réis e duzentos mil réis*). O processo determina uma área geral denominada “Fazenda Calafate” e, para os cossignatários, se refere à indenização de casa e terreno. Numa região próxima ao Calafate existia uma área conhecida por Pinto, área de terras devolutas. Ali existiam diversas casas que foram indenizadas por valores entre 130\$000 mil réis para casas de capim e 250\$000 mil réis para casas cobertas de telhas. A vizinhança do Pinto constituiu-se de vinte e quatro casas indenizadas.

Essa configuração mostra que as fazendas eram registradas no nome de um ou poucos proprietários, enquanto áreas de terrenos devolutos constituíam grupos maiores de população. A questão que surge aqui, portanto, é se haveriam habitações dentro das fazendas não contabilizadas como passíveis de indenização. Essa questão se desdobra em duas: estamos entre 1893 e 1897, apenas poucos anos após a abolição. Portanto, os demais habitantes de uma fazenda, seus trabalhadores, poderiam ser ex-escravizados ou recém imigrantes. Marileide Lázara Cassoli, no artigo “Uma bandeira com a divisa ‘Liberdade’: terra e trabalho no pós-abolição. Mariana, Minas Gerais” investiga justamente a transformação das formas de vida dos escravizados no processo de libertação. Num processo ocorrido em Mariana, ela analisa:

Dessa forma, gerações sucessivas de cativos permaneceram sob propriedade de uma mesma família senhorial. Os relatos de Raymundo e Donato descrevem atividades de trabalho em terras do proprietário da Mirandinha que conectam suas raízes familiares à referida fazenda. A participação dos antigos escravos nesta causa judicial foi fundamental para a compreensão dos limites geográficos definidores das terras pertencentes a cada um dos proprietários, assim como dos usos aos quais a terra era destinada. [...]

“Uma outra testemunha, Prudêncio Antônio Cardoso, declarou que o liberto Belizário, ex-escravo do doutor Francisco Carlos Pereira Macedo, afirmou-lhe que o referido doutor havia consentido a Francisco Silva que fizesse roça nos terrenos da Fazenda Cruz das Almas. O capitão Torquato concedeu a Joaquim Pereira permissão para que cultivasse uma roça de milho e um mandiocal, culturas que conservou por um período de dois anos. [...]

A preocupação com a preservação dos direitos sobre a terra cedida a esses “ocupantes ocasionais” parece ter sido frequente entre os proprietários rurais do Termo de Mariana. Em 1897, Manoel Agostinho

Gomes e sua mulher, Francisca Virgínia Carneiro, agricultores, residentes no distrito da Barra Longa, citaram, em uma ação de despejo, a Manoel Theodoro Bispo e sua mulher, Ludovina da Conceição, residentes no Gesteira, localizado no mesmo distrito.” (CASSOLI, 2018, p. 11-12)

No quadro que Cassoli nos apresenta há trabalhadores eventuais, a quem era concedido o direito de plantar em terras de proprietários, e gerações que se mantiveram nos locais em que haviam sido escravizadas. Ambas as hipóteses são coerentes com os conjuntos de cafuas nos terrenos devolutos às margens das fazendas principais do Arraial, e levam à hipótese de um contingente de trabalhadores não ter tido direito à indenização ou ao *tombamento* de suas residências por estarem dentro de propriedades particulares.²⁸

No núcleo central, a grande maioria das casas estava inserida em lotes, chamados “quintais”, com exceção das edificações nos terrenos devolutos, que se encontravam, no caso de *Bello Horizonte*, justamente às margens do núcleo urbano. Nas edificações em terrenos devolutos, os lotes não eram contabilizados na indenização, somente a edificação. O arranjo espacial do Arraial era, portanto, formado pelo núcleo, onde estavam os loteamentos legais, com direito à propriedade das terras, e seu entorno, onde estavam ou terrenos devolutos (pertencentes ao Estado de Minas Gerais) ou fazendas, que eram propriedade privada desde a Lei de Terras, em 1850.

A conformação da propriedade do solo no Arraial é bastante similar às conformações de propriedade do solo que se mantém nas cidades brasileiras: uma parcela “legal” com lotes demarcados, em regiões centrais, outra parcela “ilegal” construída em terrenos, em geral pertencentes ao Estado, sem utilização. Essa conformação está ligada diretamente à propriedade do solo: quem conseguiu a propriedade se localiza em edificações melhores na porção central, quem não é proprietário situa-se às margens em cafuas ou casas de capim. Sabemos que a propriedade do solo se deu efetivamente a partir de 1850, com a Lei de Terras, porém, como se trava a propriedade de terrenos nos núcleos urbanos? Fernando Victor

²⁸ Tombamento aqui era utilizado pela CCNC no sentido de registro nos livros públicos, somente, sem o sentido de preservação.

Aguiar Ribeiro (2017, p.5) assim descreve a questão da propriedade urbana no período colonial:

A terra urbana, por sua vez, assume características distintas em relação às sesmarias, tanto no Reino como nas colônias. Os municípios, entidades responsáveis pela gestão das terras urbanas, foram criados em todas as regiões do Império Português. Charles Boxer (2006, p. 286), em relação à administração portuguesa, destacou que “a Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, com algum exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial do Maranhão até Macau”. Na América, assim como em outras regiões do Império, as vilas criadas seguiram as prerrogativas, direitos e obrigações iguais às do Reino. Isso porque os municípios tiveram, desde o início de sua implementação em Portugal medieval, sua autonomia assegurada por meio de cartas de privilégios e de forais. A questão da autonomia permitiu aos municípios administrarem e, conseqüentemente, concederem terras dentro de seu termo, isto é, na área de sua jurisdição. Assim, Raquel Glezer (2007, p. 58) conceitua a diferença entre terras urbanas e sesmarias na colônia e assevera que a sesmaria podia ser obtida por ato do rei, diretamente, ou via donatário, seu loco-tenente na anuência deste, do governador geral ou do capitão-donatário, com a condição de exploração livre de ‘foro’ pelo menos até o final do século XVII, mediante a exigência de pré-requisitos do solicitante, como capital e situação social. A terra urbana colonial, por sua vez, era cedida pela Câmara, instância de poder local, detentora de um ‘termo’ sobre o qual tinha jurisdição legal, jurídica, militar, econômica e administrativa, com o poder de conceder terra para moradias e exploração, quer gratuitamente, quer por meio do “foro”, que era parte de seus rendimentos.

A conformação territorial do Arraial, portanto, estrutura-se a partir de uma relação com a estrutura de poder dupla: as porções rurais são delimitadas, na colônia, pela pose de sesmarias diretamente ao poder da Metrópole, que são transformadas em propriedade privada no Império, a partir de 1850. Já a terra urbana, desde a colônia, é ocupada a partir de uma relação com o poder estabelecido localmente, poder esse que se conforma a partir dos “homens bons” (branco, católico, proprietário de terras) do município, no caso do antigo Curral d’El Rei, ou de Sabará (na colônia e no Império) em sua relação com a freguesia. É importante lembrar, aqui, que embora a República tenha alterado a centralidade das municipalidades na administração

pública, essa é parte constituinte da formação brasileira desde o início da dominação portuguesa e continua pelo Império.²⁹

Segue, porém, a questão do menor número de unidades habitacionais tombadas pela Comissão em relação ao recenseamento de 1872, face a um aumento da população segundo o censo. Uma hipótese é de que dentro das fazendas haveria diversas habitações de trabalhadores e que, como as fazendas foram indenizadas aos proprietários, ficaram de fora do levantamento. Essa hipótese parece consistente justamente pela ausência de qualquer edificação nas fazendas além da sede ou, como no caso do exemplo, de casas separadas de coproprietários do terreno. Eliane Silva Guimarães (2009) cita a presença de 200 trabalhadores escravizados vivendo numa fazenda de café na zona da mata mineira no século XIX. Segundo Maria Lúcia Lamounier (2007, p.356), trabalhadores livres também eram força de trabalho rural, juntamente com escravizados:

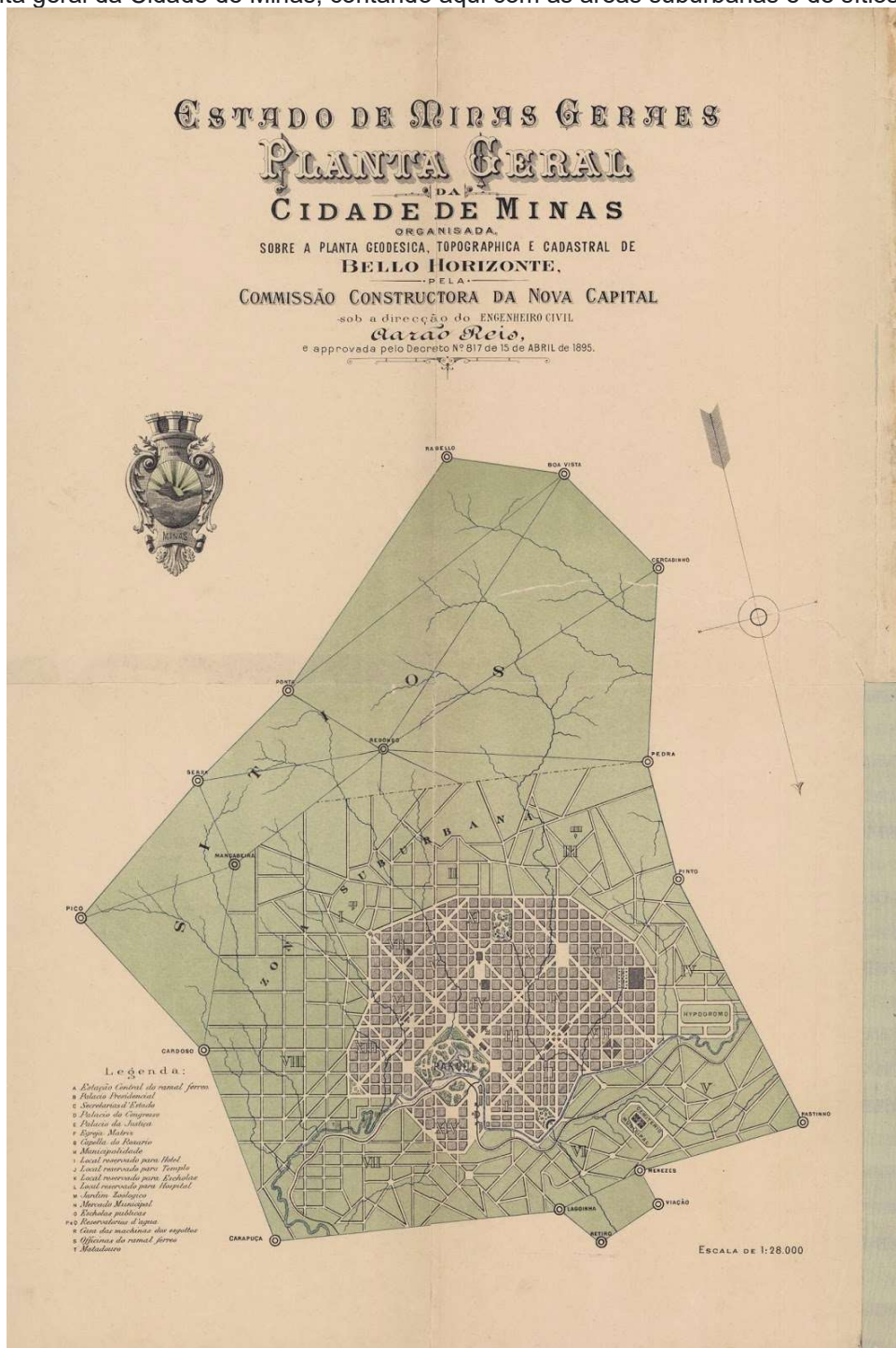
Aqueles que não eram proprietários eram admitidos nas fazendas como agregados, tinham acesso a terras marginais, onde podiam plantar para sua subsistência. Em troca, eles desempenhavam diversas atividades, ligadas à produção, administração, supervisão e proteção das fazendas. Os nacionais podiam também ser empregados como camaradas, trabalhadores independentes, contratados por empreitada, locação de serviços ou diaristas. Além dos trabalhos na produção e cultivo do café, podiam derrubar matas e limpar o terreno para o plantio, construir e conservar os caminhos e estradas, cuidar do transporte local do produto, ajudar em época de colheita, cultivar gêneros de subsistência para a fazenda. Esses trabalhadores e suas famílias constituíam um potencial significativo de mão-de-obra que era recrutada nos momentos de pico do trabalho, para atividades que colocassem em risco a vida dos escravos ou que não eram do interesse dos imigrantes.

Em 1893 estamos há apenas 5 anos da abolição da escravidão no Brasil. Voltando ao recenseamento de 1890, a paróquia de *Bello Horizonte* conta com apenas 36 estrangeiros, os quais não se sabe se vieram para substituir mão de obra trabalhadora nas fazendas. Mais da metade da população é formada por pessoas não brancas. Que parte dessa população estivesse instalada nos terrenos das fazendas, como parte de sua máquina produtiva, cria um cenário no qual boa parte da população de *Bello Horizonte*, portanto, é desalojada de seu local de trabalho/moradia, não do

²⁹ Ver SOUZA W. (2016) "A Administração Local no Brasil Imperial. Notas preliminares sobre as municipalidades nos debates parlamentares" e BARRETO P. (1947) "Casas de Câmara e Cadeia".

centro do núcleo urbano: das próprias margens dele. À medida em que a margens do município se alargam populações se deslocam juntamente com elas.

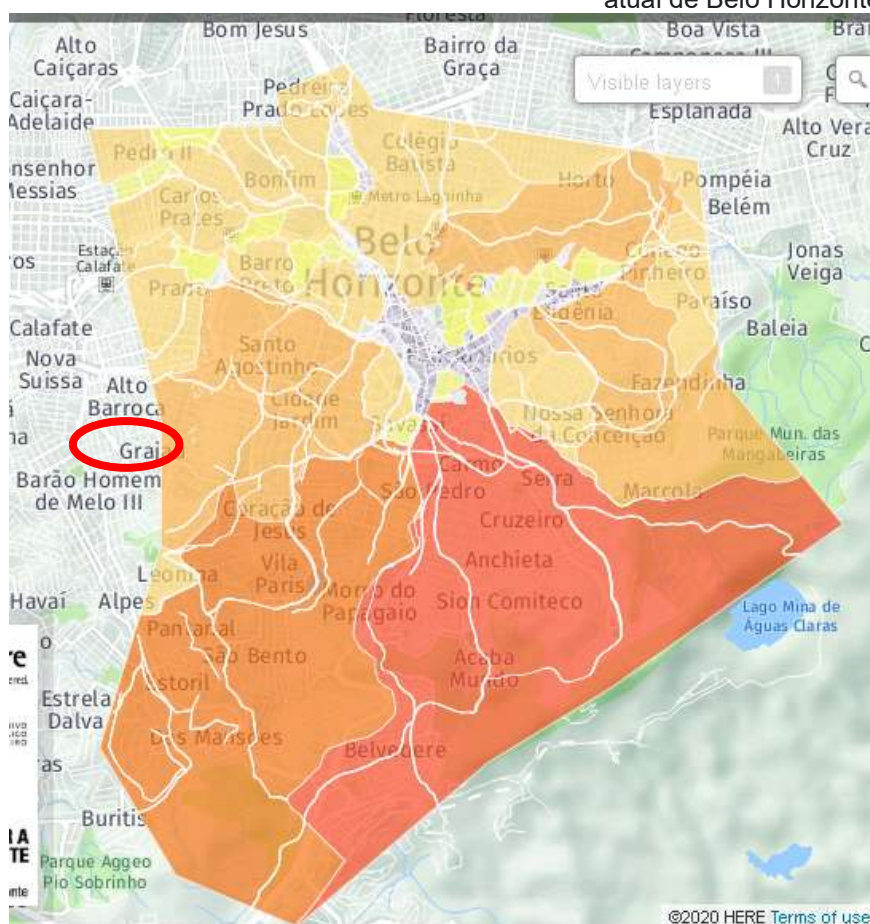
Figura 14: Planta geral da Cidade de Minas, contando aqui com as áreas suburbanas e de sítios.



Fonte: ACCNC

Na figura 14, vê-se a planta geral com o polígono delimitado como limite do município da Cidade de Minas pela CCNC. Abaixo, na figura 15 vemos esse polígono geolocalizado sobre a planta atual da cidade, no projeto **Maps Históricos de Belo Horizonte**. Se observamos o limite do polígono a oeste, encontramos uma evidência dessa questão da formação das margens: o bairro Grajaú, onde fica localizado o Quilombo dos Luízes. Os moradores do Quilombo dos Luízes, em entrevista ao site do CEFEDS (Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva) confirmam as habitações em terras da fazenda, não levantadas ou registradas pela CCNC:³⁰

Figura 15: Planta da Poligonal, corresponde à Cidade de Minas proposta pela CCNC, sobreposta à atual de Belo Horizonte



Fonte: TERYSOS do Brasil (2015) ³¹

³⁰ A **Entrevista Quilombo dos Luízes** data de 06 de junho de 2019 e consta na página do CEFEDS no link <https://www.cedefes.org.br/entrevista-quilombo-dos-luizes/>

³¹ O projeto cartográfico recupera, com a tecnologia atual, os mapas produzidos pela CCNC, dando sua geolocalização precisa. Na figura 15, em detalhe, consta a sobreposição da malha viária do Arraial com a de Belo Horizonte. Disponível em: https://historicobh.carto.com/viz/371f264e-4847-11e5-b62c-0e9d821ea90d/embed_map. Acesso em: 16 nov. 2022.

“A gente está aqui desde quando era Fazenda Calafate. A Maria Luiz casou com um fazendeiro aqui na fazenda Calafate [onde hoje é o bairro Grajaú]. Aí o vovô pediu que as irmãs dele pudessem morar aqui também e aí veio a vovó com as irmãs morar [sic.] aqui. Mas eu preciso falar que não fomos nós que viemos pra cá, foi a cidade que veio pra nós porque tudo aqui era Curral Del Rei ainda. Assim nasceu o Quilombo dos Luízes, com a vovó e as irmãs morando aqui, vivendo aqui e criando os filhos aqui”. (Maria Luiza)

*

“Bom, eu posso dizer que hoje eu estou vivendo tudo o que a vovó viveu quando começou com as terras lá atrás. E essas coisas são o quê? Ameaças! Aqui no Grajaú, que não era Grajaú, e antes era Fazenda Calafate, todo mundo achou que hoje era um lugar ótimo pra invadir. Hoje eu falo e quero falar de novo: se fôssemos nós que estivéssemos invadindo o terreno de gente branca não-política, eles iam chegar com polícia e batendo em todo mundo”. (ENTREVISTA, 2019)

3.4 OS PAPUDOS

A cafua apareceu nesta pesquisa como a casa de um fantasma, um espectro que ronda a metrópole. Como podemos saber onde os fantasmas habitam? Segundo a lenda que circula entre alguns historiadores diletantes, reunidos no grupo de Facebook chamado **Fotos Antigas de Belo Horizonte**, foi numa cafua específica, situada nas redondezas de onde hoje é a Praça da Liberdade, onde habitou Maria Papuda, o famoso fantasma que assombra a capital desde a sua construção. A história tem poucas variações: Maria Papuda teria sido expulsa de sua cafua durante as desapropriações para a construção da nova capital. Maria, que também era uma bruxa. E, assim sendo, amaldiçoara os homens poderosos da cidade e passara a assombrar, após sua morte, a sede do governo do Estado, o Palácio da Liberdade.

O que parece atrair os aficionados pelo passado da metrópole no grupo Fotos Antigas, é o fato de existir a foto de uma cafua com uma mulher em frente, que seria a Maria Papuda, a bruxa da lenda. A metrópole moderna, além de signo do novo, nasce num período histórico tão recente que seus espectros puderam ser flagrados, ainda em vida, por uma máquina fotográfica. A legenda da foto “Cafua da Maria Papuda”, que se repete associada à imagem da figura 16 em diversos sites e fóruns

da Internet. Trata-se de uma referência circular: a fonte primária nunca é citada, e os hiperlinks levam sempre até a mesma imagem com a mesma descrição, sem nunca chegar a um ponto de partida confiável. Dessa forma, a imagem espectral se torna um fato nos arquivos da Internet: essa é a cafua da Maria Papuda nas imediações da Praça da Liberdade. A Maria Papuda que, até hoje, assombra o Palácio da Liberdade.

Figura 16: Rancho Velho da Papuda, fotografia, [1894]



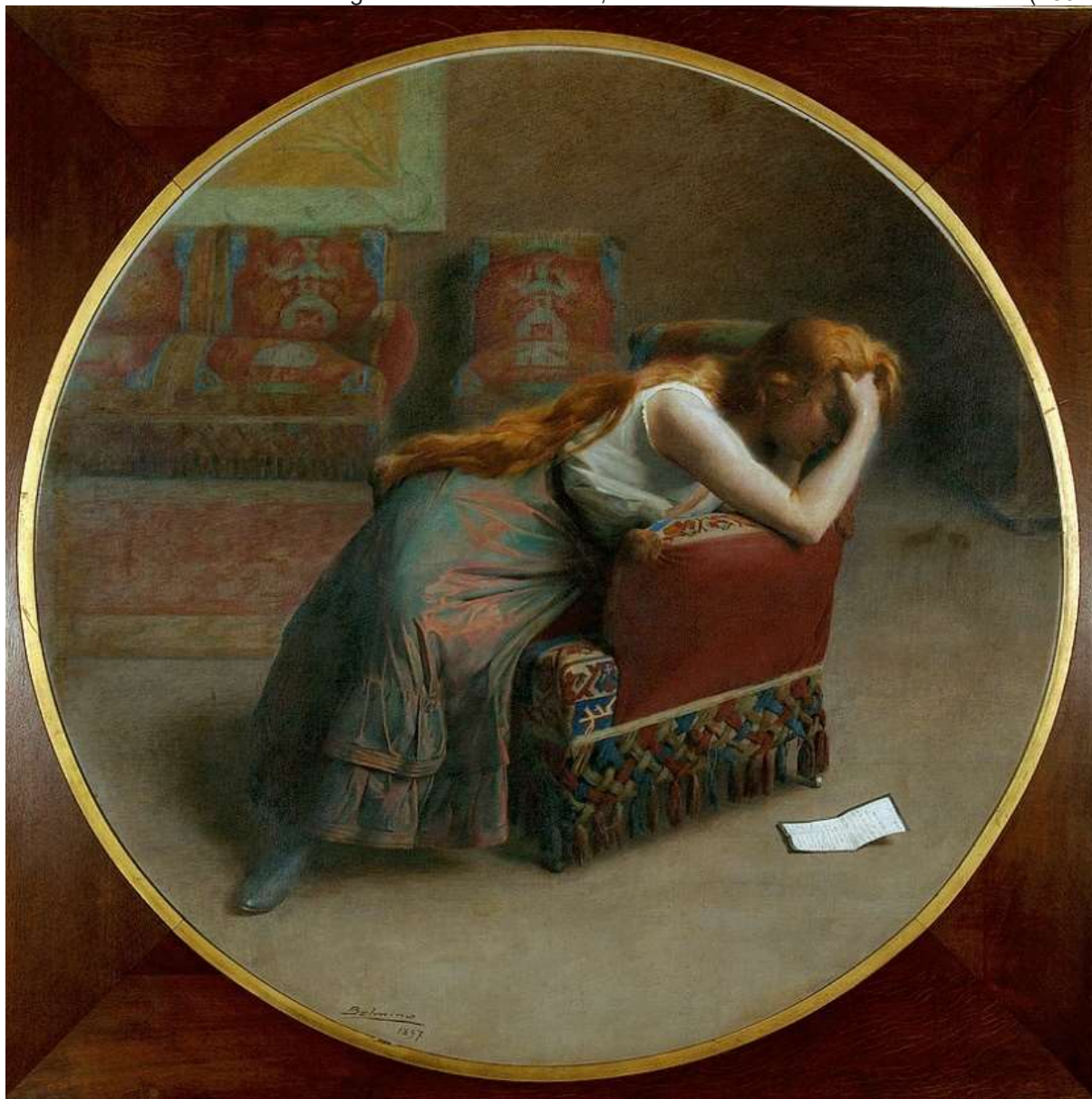
Fonte: MHAB

A fonte primária da imagem, porém, até onde foi possível identificar, é o livro **Belo Horizonte Memória Histórica e Descritiva** (1996), de Abílio Barreto: “Rancho velho da papuda. Existiu pouco abaixo do local em que se acha hoje o Palácio da Liberdade, nas proximidades da atual Rua Sergipe”. No livro, não há mais referências à foto além da estranha legenda, na página 228. Como Abílio Barreto sabia o endereço preciso dessa cafua, e como sabia que a casa era o seu “Rancho Velho”, não fica esclarecido. A fotografia se insere num capítulo intitulado “O Serviço Postal”, e não possui nenhuma relação como texto, que fala dos correios no antigo Arraial, nem é descrita ou comentada pelo autor. É uma ilustração solta, uma aparição sem materialidade na obra de Barreto.

O interesse dos contadores e colecionadores de histórias sobre a capital, em confronto com a localização descrita por Abílio Barreto, parece ter transformado a história oral: a lenda da Maria Papuda ganha uma nova vida na Internet, diferente da

sua trajetória tradicional, como foi descrita por Beatriz Starling, no artigo “Fantasmas da Modernidade”. Starling conta a história de fantasmas que assombram a capital. Sua perspectiva é a das lendas como resquícios de outras temporalidades que adentram a modernidade da Nova Capital. Starling (2002, p.74) descreve a Maria Papuda como uma entidade que assombra a região central, em torno da movimentada rua da Bahia, a famosa rua outrora frequentada pelos modernistas mineiros. No levantamento de Starling, a entidade responsável pelo mau agouro do Palácio da Liberdade não era um fantasma, mas um quadro (figura 17) do pintor mineiro Belmiro de Almeida: **A Má Notícia**, de 1897 (ano da inauguração da nova capital).

Figura 17: “A Má Notícia”, óleo sobre tela de Belmiro de Almeida (1897)



Fonte: Acervo do Museu Mineiro

Na época, após o sucesso de sua exposição em Ouro Preto, a obra foi adquirida pelo Estado, passando a integrar o conjunto do recém-inaugurado Palácio da Nova Capital. A imagem de Almeida nos mostra uma mulher chorando, com expressão de desespero diante de uma carta caída no chão. O tema lúgubre da obra, associado aos incidentes no Palácio, tornou-o amaldiçoado no imaginário da cidade. Diz-se que o chiste em Ouro Preto, onde o quadro recebeu muitas visitas durante o Salão, dá conta de que a má notícia era a mudança da Capital. Ao ser colocada no Palácio do Governo passou a ser apontado como a causa de diversos acidentes ocorridos com os mandatários do estado. Sua má fama fez com que ele fosse retirado do Palácio e circulasse por repartições públicas, sempre sendo rejeitado. O mau agouro novecentista em meio à metrópole do século XX encontrou paz no atual Museu Mineiro, um pouco abaixo do Palácio da Liberdade, prédio onde já foi o Senado Mineiro e que, por sua vez, parece andar bem e não sofrer com mistérios ocultos.

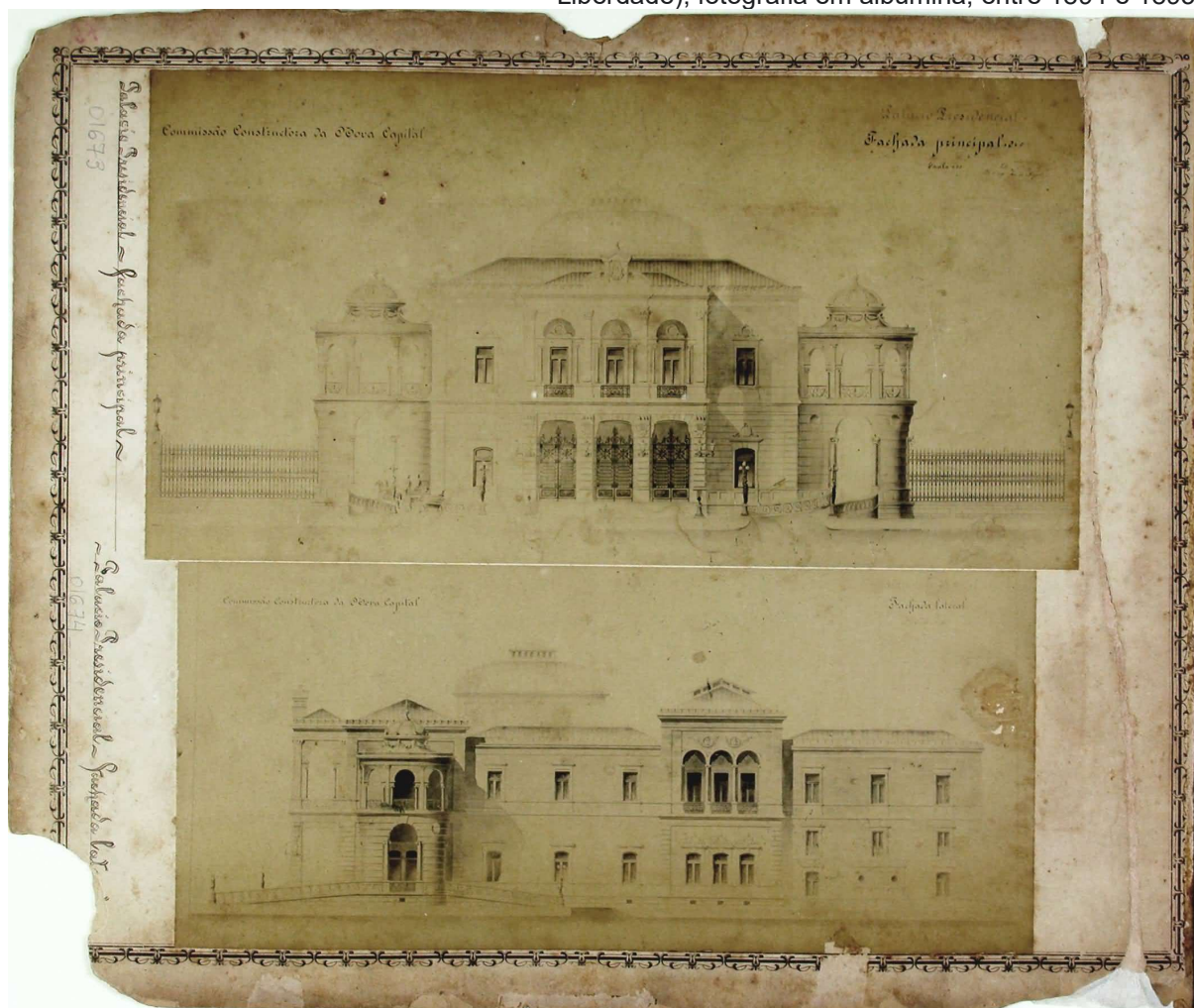
Apesar da troca de assombração, o Palácio da Liberdade parece nunca ter se tornado um local adequado para os governadores do estado. Juscelino Kubistchek cria outra moradia para governadores na década de 1950, o Palácio das Mangabeiras, casa modernista projetada por Oscar Niemeyer e fora da região central. Na década de 60, o governador Israel Pinheiro decide transferir também os despachos e construiu o Palácio dos Despachos, edifício modernista projetado por Luciano Amédee Péret, a atual Casa Fiat de Cultura. O Palácio dos Despachos só deixou de ser usado a partir da construção da Cidade Administrativa (2010), também projetada por Niemeyer.

Israel Pinheiro sugere a demolição do palácio da Liberdade, o que não chega a acontecer. Hoje, ele permanece como parte do Patrimônio Histórico do Município, fazendo parte do circuito cultural da praça da Liberdade. O edifício, projetado por José de Magalhães, não foi aceito nem como moradia nem como local administrativo, apesar da localização estratégica no ponto mais alto da área urbana da Cidade de Minas. A coroa da Praça da Liberdade, pináculo da Avenida da Liberdade (hoje, avenida João Pinheiro). Talvez o neoclássico nunca tenha servido funcionalmente à coisa pública mineira. Talvez o prédio realmente seja amaldiçoado.

Permanece, porém, a explicação do motivo para o deslocamento territorial da Maria Papuda, e porque aquela que seria “última moradora do Arraial” deixou de assombrar as ruas movimentadas do centro e decidiu ir para o silencioso Palácio, substituindo a maldição da **Má Notícia**. É impossível rastrear o início de sua mudança,

mas, em conjunto à alteração da legenda da fotografia, imagino a possibilidade de que alguém, ao se deparar com a fotografia publicada no livro de Abílio Barreto – que circulou bastante no município na sua reedição especial em comemoração aos 100 anos da Nova Capital –, tenha vislumbrado na imagem da “papuda” em frente a uma cafua, uma materialidade para o fantasma da lenda urbana. Imaginamos, aqui, que o nome “papuda”, presente na legenda da imagem de Abílio Barreto, foi compreendido como A Maria Papuda, sem que se atentasse ao fato de que os papudos do final do século XIX eram diversos. Os papudos eram os próprios habitantes pobres do Arraial de *Bello Horizonte*, chamado pelos inimigos da mudança da Capital de *Papudópolis*.

Figura 18: Projeto arquitetônico das fachadas principal e lateral do Palácio Presidencial (Palácio da Liberdade), fotografia em albumina, entre 1894 e 1895.



Fonte: ACCNC

Apesar de sua constante reclamação contra tudo do Arraial, Alfredo Camarate observa em uma crônica, quase como uma defesa de *Bello Horizonte*: na verdade, há poucos papudos e o aspecto doentio geral é causado pela pobreza e falta de higiene. Os males que a civilização virá curar. Ele afirma, numa tentativa entre bom

humor e paternalismo que: “O tipo daqui é doentio. Magros, amarelos, pouco desempenados na maioria; havendo uma grande proporção de defeituosos, aleijados e raquíticos” (CAMARATE, 1895, p. 45). Apesar de todos esses adjetivos, o verdadeiro mal, para ele, é a pobreza alimentar, a falta de variedade e a pouca quantidade dos alimentos, coisa que facilmente se resolve. O outro problema é a quantidade de “defeituosos”. Esse problema, segundo o cronista, é culpa da endogamia, algo que o Padre Francisco Martins também aponta. Também se resolve com o crescimento populacional e a imigração. Por fim, chegamos ao bócio endêmico, o grande responsável pelos ataques ao Arraial, não somente pela doença em si, mas pelo que seria sua consequência nefasta, o *cretinismo*. *Cretinópolis* também foi uma toponímia usada pelos detratores. Aqui, a defesa de Camarate é um tanto mais peculiar:

Mas, mais do que tais informações, me deu sossego e confiança o fato de verificar que quase todos os papudos são de cor, o que não impede de olhar para o assunto com o mesmo cuidado e carinho; mas sem exceção a doença acomete os que arrastam a mais miserável vida. (CAMARATE, 1895, p. 45)

A solução do arquiteto, então, mais uma vez, é o Progresso:

“e para o bócio, ao menos para o bócio daqui, também me parece que ele existe propriamente nesta zona, será estancado e paralisado pela conquista que a civilização, inerente a uma grande capital, há de realizar nesse magnífico pedaço de terra brasileira. (CAMARATE, 1895, p. 45-46)

A civilização cura todas as doenças, inclusive, aparentemente, o “defeito de cor”. Já a solução encontrada pela população local, por outro lado, foi um pouco mais simples que “civilizar” o Arraial: simplesmente enviar os papudos para o exílio em Venda Nova.

Os registros de *tombamento* de duas cafuas que constam dentro do perímetro do Arraial nos arquivos da Comissão,³³ coincidem com a legenda de Abílio Barreto e apontam para as imediações da atual Praça da Liberdade. A localização do território da cafuá, materializada nos registros da CCNC, portanto, estabeleceu um domínio geográfico para a bruxa. Ao ter habitado as imediações da Praça, por consequência, ela passa a assombrar, por proximidade física, o Palácio. É extremamente curioso o caso em que a materialidade documental, o registro de *tombamento*, modifica a mitologia e cria novas experiências metafísicas. Veremos aqui, então, esses dois processos, sendo o primeiro referente aos processos 377 e 378, de Crispiniano da Costa e Maria Frutuosa, e o segundo aos processos 72 e 73, de Anna Joaquina de Faria.

Figura 20: Rua Sant'Anna. Localização da cafuá referente ao processo 377



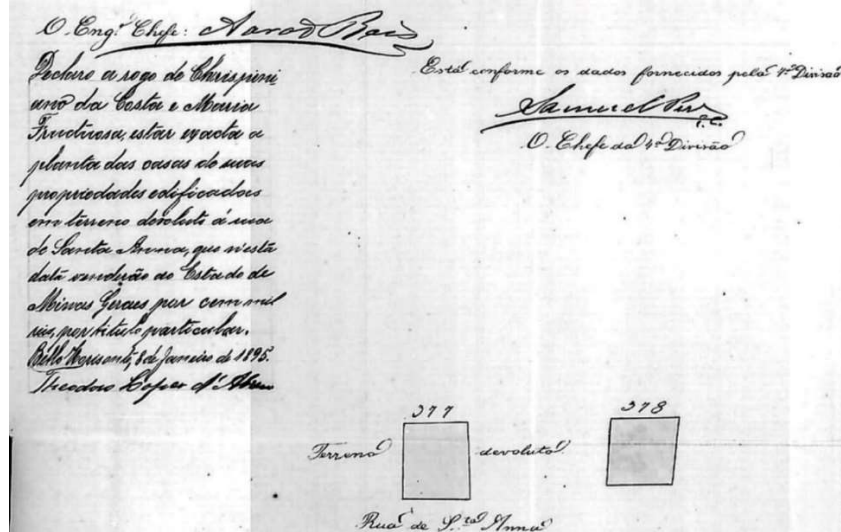
Fonte: TERYSOS do Brasil (2015) ³⁴

³³ *Tombamento*, nos documentos da CCNC, ainda se refere ao sentido da administração pública portuguesa de simples registro, não no sentido atual de inserção no patrimônio histórico.

³⁴ A indicação do processo 377 se conecta ao processo de *tombamento* dessas edificações dentro do conjunto de registros produzidos pela CCNC. Disponível em https://historicobh.carto.com/viz/371f264e-4847-11e5-b62c-0e9d821ea90d/embed_map. Acesso em 16 nov. 22.

São indicados, na pesquisa do CCNC, com o termo “cafua” apenas quatro entradas. A primeira é a autorização dada à própria Comissão para a construção de cafuas no Morro do Leitão (essas construções serão tratadas no terceiro capítulo, “O Território”). As outras três são referentes a cafuas existentes. Dessas, uma é na Fazenda da Cancela, de propriedade de Camilo Ferreira Palhares, e duas se encontram na cidade, sendo a de Ana Joaquina de Faria na Rua de *Traz*, e o de Chrispiano da Costa na rua Boa Vista ou rua Sant’Anna (a mesma rua possui as duas denominações). O processo de número 377 indica a indenização de dois proprietários: Chrispiniano da Costa e Maria Frutuosa (cujos nomes também constam como Crispiniano da Costa e Maria Frutuosa), no local onde, na Capital, seria a rua Sergipe, quase esquina com a rua Gonçalves Dias, no entorno da Praça da Liberdade. A localização coincide com a descrição de Abílio Barreto, havendo, portanto, um razoável indício de que esse seria o “Rancho da Papuda” que consta na legenda da imagem em seu livro.

Figura 21: Detalhe Processo de Chrispiniano da Costa e Maria Frutuosa



Fonte: ³⁵

O levantamento das duas propriedades (figura 21) se constitui em dois perímetros indicando a área construída em terreno devoluto, em frente à Rua de Sant’Anna. Não sabemos nada sobre o espaço interno ou a área efetiva das edificações. Como comparação trazemos, aqui, o levantamento da casa do Padre

³⁵ No texto se lê: “Declaro a rogo de Chrispiniano da Costa e Maria Frutuosa estar exacta a planta das casas de suas propriedades edificadas em terreno devoluto à rua de Sant’Anna, que n’esta data venderão ao Estado de Minas Geraies por cem mil réis, por título particular. Bello Horizonte, 8 de janeiro de 1895. Theodoro Lopes d’Abreu”.

Imaginamos que o Arraial, imaginando seu destino republicano, decidiu homenagear o principal responsável pela proclamação República justamente no seu principal logradouro. A rua Marechal Deodoro (às vezes chamada de “General Deodoro” nos documentos) é a rua que passa em frente ao Largo da Matriz e atravessa o Arraial no sentido norte-sul praticamente em toda sua extensão. Já a rua de Sant’Anna (ou Boa Vista), cuja extensão norte vira Rua do Capim e passa por trás do Largo do Rosário, no limite norte do Arraial, é lindeira a terrenos devolutos e ocupada, principalmente, por cafuas e casas de capim. O registro das duas ruas corresponde à importância de suas habitantes.

Figura 23: Trecho principal da rua General Deodoro, fotografia em albumina, [1897]



Fonte: ACNCC

Ao fundo da vista da rua Marechal Deodoro (figura 23), pode-se observar a torre da Igreja Matriz da Boa Viagem. É uma perspectiva bastante distinta à da rua do Capim, não só na forma construtiva, mas na própria constituição do imaginário sobre cidades brasileiras: a rua Marechal Deodoro se parece com a imagem do patrimônio histórico sobre Cidades Coloniais mineiras, formada principalmente a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. Podemos

especular que, caso houvesse sido preservada, a figura 24 seria a imagem do Arraial de Bello Horizonte como “Marco Zero” da Capital.

Figura 24: “Rua do Capim” [1894], fotografia em albumina de Francisco Soucasaux

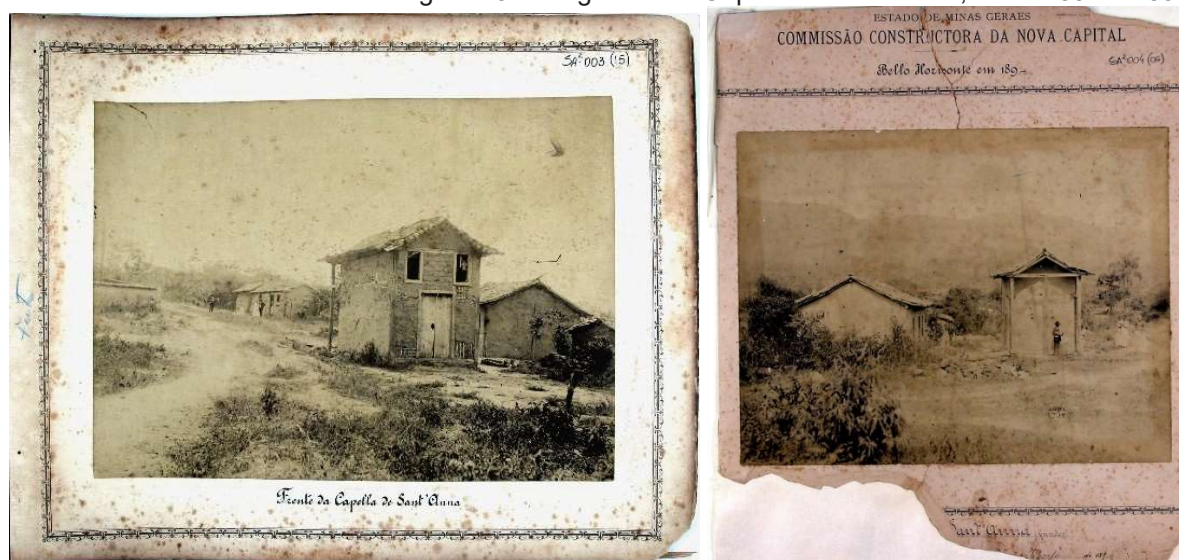


Fonte: ACNCC

Se a criação da imagem do que é arquitetura colonial mineira é construída a partir da década de 1930, compreender o desaparecimento do Arraial como parte desse processo é, sem dúvida, um anacronismo. O que discutimos aqui, portanto, não são as bases da construção do pensamento sobre o patrimônio histórico brasileiro,

mas sim um evento de ruptura entre a coexistência de duas temporalidades que seriam distintas: a temporalidade da espacialidade colonial e da espacialidade moderna. O pensamento sobre a incapacidade de convivência das duas temporalidades é exacerbado na lógica da CCNC, tendo como consequência a conclusão de não necessidade de preservação. Porém, o pensamento de uma temporalidade única, na qual o passado é um ponto de evolução para o presente é uma forma de construção historiográfica por excelência da modernidade e constitui o pensamento historiográfico que irá, poucos anos depois, conformar a lógica do patrimônio.

Figura 25: Fotografias da Capela de Sant'Anna, entre 1894 e 1896



Fonte: ACCNC ³⁷

A Capela de Sant'Anna (figura 25), localizada à rua de Sant'Anna (ou Boa Vista), situa-se na parte mais pobre do Arraial e, assim como as cafuas da rua, não possui caiação, apesar de possuir janelas e uma cobertura de cerâmica no sistema construtivo misto entre taipa e adobe. A porção superior, em adobe, permitiu a abertura de duas janelas superiores na fachada e pode-se observar um sino na janela à direita da fotografia. A CCNC registrou a frente e os fundos da Capela. O homem,

³⁷ SALLES, J. **Frente da Capela de Sant'Anna**, [1895]. (fotografia, 19,8 x 27,0 cm). Belo Horizonte: ACCNC. Disponível em http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=SA2%20003%20015&strTipo=FOTOGRAFIAS. Acesso em 16 nov. 2022.

PINTO, R. A. [**Capela de Sant'Anna**], entre 1894 e 1896. (fotografia, 21 x 27cm). Belo Horizonte: ACCNC. Disponível em http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=SA2%20004%20006&strTipo=FOTOGRAFIAS. Acesso em 16 nov. 2022.

na fotografia dos fundos, nos dá a escala da Capela e confirma suas dimensões bastante reduzidas.

A Sé de Mariana vendeu para o estado os três edifícios católicos do Arraial: a Matriz da Boa Viagem, a Capela do Rosário e a Capela de Sant'Anna. Permaneceram as igrejas do Rosário, que foi construída em outra localização para a inauguração da Nova Capital, e a da Boa Viagem, única edificação que permanece na Capital após a inauguração, tendo sido a Matriz até 1921, quando foi inaugurado o atual Santuário em estilo neogótico. Não houve continuidade para a comunidade de Sant'Anna.

Figura 26: Largo da Matriz, fotografia de João Salles, [189?]

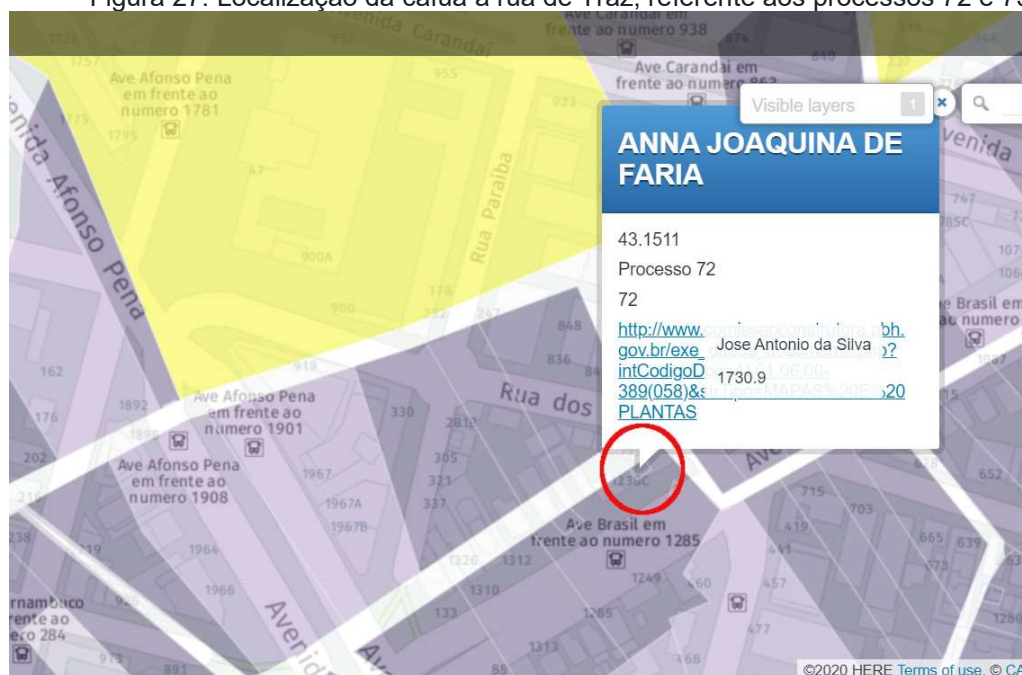


Fonte: ACNCC

3.6 TRÊS NOMES, UMA TIPOLOGIA: CAFUA, CASA DE CAPIM E CAPIM

As duas cafuas urbanas encontram-se em situações distintas. No caso de Chrispiniano e Maria Frutuosa, são duas casas em terreno devoluto. No caso de Anna Joaquina de Faria, a cafua está ao lado da casa, dentro do terreno. Terrenos devolutos são as terras de propriedade do Estado a partir da Lei de Terras. As terras que não foram registradas como de propriedade particular foram incorporadas ao patrimônio do Estado, deixando de ser propriedade da Coroa. Com a Proclamação da República, define-se que a propriedade das terras devolutas será dos estados da federação, e não da União. Um dos critérios da CCNC para intalação da Nova Capital era um numero maior de terras devolutas do que particulares, para que não houvesse necessidade de indenizações.

Figura 27: Localização da cafua à rua de Traz, referente aos processos 72 e 73

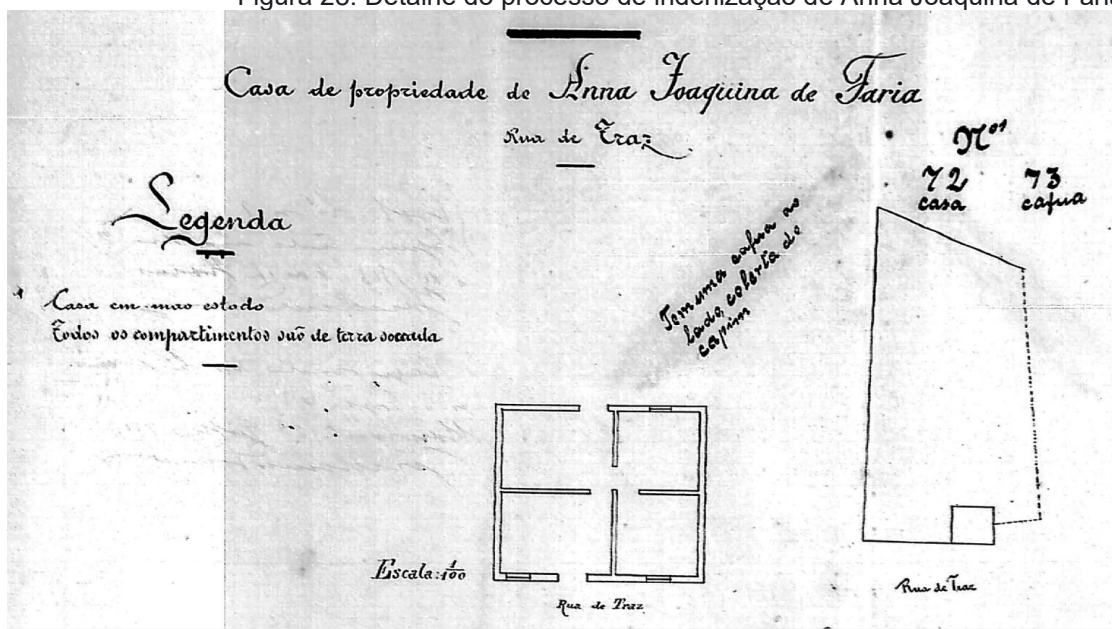


FONTE: TERYSOS do Brasil (2015) ³⁸

³⁸ No mesmo mapa encontramos a indicação da localização exata referente às propriedades de Ana Joaquina de Faria: atualmente, elas se encontraria no quarteirão compreendido entre a rua dos Timbiras e a avenida Brasil, próximo à atual Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Os dois processos são referentes à casa (número 72) e à cafua (número 73). Disponível em https://historicobh.carto.com/viz/371f264e-4847-11e5-b62c-0e9d821ea90d/public_map. Acesso em 16 nov. 2022.

Percebemos, assim, no processo, duas diferenças, uma maior e uma mais sutil. Primeiramente, no caso das casas em terras devolutas, só são indenizadas as edificações, não o terreno, sendo a propriedade reduzida ao perímetro edificado. Já no proceso de Anna Joaquina, diferentemente, o desenho é mais detalhado. A planta da casa de Anna Joaquina, mesmo com a observação do chão de “terra socada” (terra batida, sem contra-piso e piso), contém o interior da edificação com as divisões de cômodos. No processo de Chrispiniano e Maria Frutuosa, as cafuas em terreno devoluto, também só apresentam os perímetros construídos, sem nenhum detalhamento da edificação. Percebe-se, portanto, que existe uma hierarquia na forma de representação: casas são levantadas em sua totalidades, cafuas só em sua área.

Figura 28: Detalhe do processo de indenização de Anna Joaquina de Faria



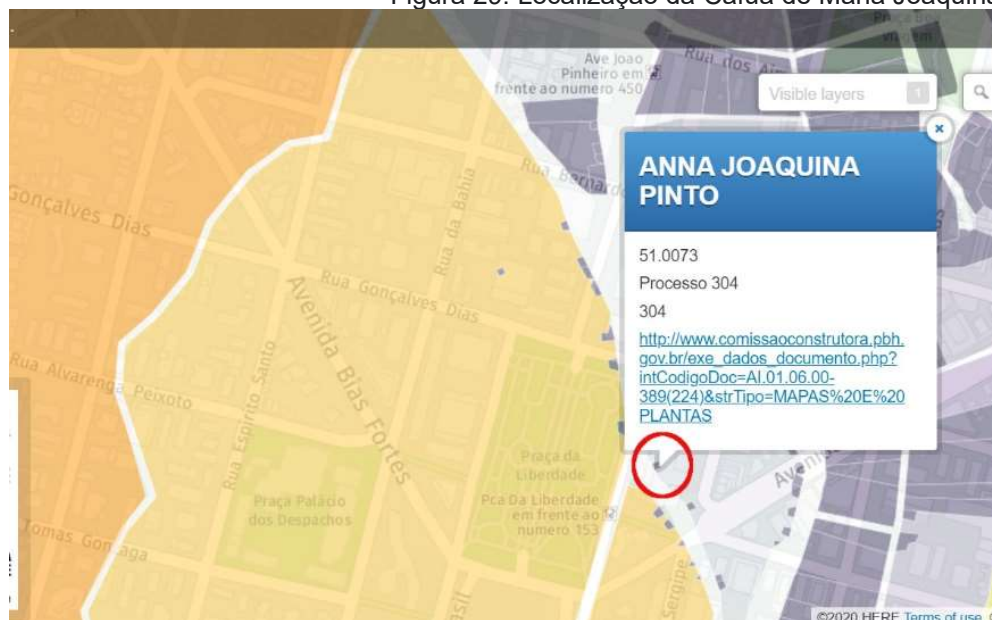
Fonte:³⁹

Porém, constituindo a analisar os processos, nos deparamos com uma outra representação de forma de casa: a “casa de capim”, que parece ser diferente da cafuá. Ela aparece, por exemplo, no processo de Anna Joaquina Pinto, também em terreno devoluto. A casa de Anna Joaquina Pinto é ainda mais próxima à atual praça da Liberdade, estando no que seria atualmente seu perímetro, o atual Centro Cultural do Banco do Brasil. Ao abrirmo os processo de Anna Pinto não há sequer levantamento e, como podemos observar no detalhe do processo, conta a observação: “Cafúa”. O

³⁹ Na figura 28 se lê: “casa em mau estado. Todos os compartimentos são de terra socada”. Na parte superior da planta da casa, lê-se a seguinte observação: “tem uma cafua ao lado coberta de capim”.

valor de indenização é o mesmo das outras cafuas, 50\$000 mil réis. Não haveria, portanto, distinção entre cafua e casa de capim, havendo essa separação constante no arquivo somente por variação na grafia constanste nos documentos.

Figura 29: Localização da Cafua de Maria Joaquina



Fonte: TERYSOS (2015) ⁴⁰

Figura 30: Detalhe do processo de número 304

Anna Joaquina Pinto.

Rua da Boa Vista.

Cafua *50.000*

Título p. de 28-11-94

Fonte: ⁴¹

⁴⁰ Na RGT (1895, v. 2), Anna Joaquina Pinto se encontra como indenizada por sua cafua em terras devolutas.

⁴¹ Na figura 30 se lê: “Anna Joaquina Pinto, rua Boa Vista, cafúa, 50,000 título de 28-11-94”.

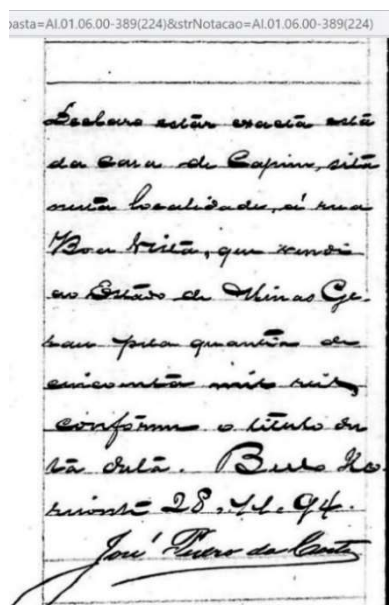


Figura 31: Detalhe do Processo de Anna Joaquina

Planta da casa e terreno de Anna Joaquina

Rua da Boa Vista

Transcrição:

“Declaro estar [...] esta Casa de Capim situada na localidade da rua da Boa Vista, que vendeu ao Estado de Minas Geraes pela quantia de cinquenta mil reis conforme [...]”. Bello Horizonte 28-11-94

José Pedro da Costa

Fonte: CCNC⁴²

3.7 QUEM MORA NA CAFUA?

Devemos, agora, retomar o “Rancho Velho da Papuda”, que aparece na obra de Abílio Barreto (figura 16), para compará-lo com fotografia a seguir, de Raimundo Alves Pinto (figura 32). O casebre em péssimo estado de conservação é descrito como “residência de uma papuda”. Aqui, nos deparamos com a Papuda que não é definida, mas “uma”. “Uma papuda” qualquer, que habita, como talvez todas as papudas, uma cafua miserável, sem condições de moradia. Pela presença do artigo indefinido, pode-se perceber a utilização dos papudos como denominação genérica, não específica de uma moradora particular. Quando pesquisamos os arquivos do *tombamento* descobrimos que seus proprietários foram indenizados, mas somente pelo casebre, com um valor, obviamente, bem menor que das outras construções.

⁴² Processo com casa de capim: chácara no subúrbio do arraial: processo 20, 21 e 22 Guilherme Ricardo Vaz De Mello e sua Mulher Dona Bárbara Augusta De Carvalho E Mello. Chácara com diversas benfeitorias. Capitão João Vasconcellos, sua mulher e José Carlos Vaz De Mello – benfeitorias: telheira, moinhos e engenho e terreno a Rua General Deodoro, antiga Do Sacco, Joaquim Dos Santos Meneses e mulher planta 21. Casa de morar e quintal na Rua Do Capim, Joaquim Dos Santos Bonfim, planta 22.

Figura 32: “Residência de uma papuda”, fotografia de Raimundo Alves Pinto, entre 1894 e 1896



Fonte: ACCNC

As “casas de morar”, conforme eram denominadas nos registros da CCNC, eram cobertas com telhas, não com capim, como a cafua. E tinham “quintais”, lotes delimitáveis. As cafuas poderiam tanto se encontrar dentro de um desses terrenos quanto em um anexo. Caso fora de um terreno com uma “casa de morar”, se encontravam em terras devolutas, o que corresponde, na denominação contemporânea, à invasão. Quando parte de uma propriedade que contém uma casa, não sabemos se a cafua servia para moradia ou como depósito. As casas de capim que se encontram nos terrenos devolutos aparentemente serviam de moradia, moradia de papudos. “Papudos”, portanto, são os moradores de cafuas, que, por sua vez, são distintos dos moradores de casas.

O que se destaca na imagem de Alves Pinto, além da utilização do artigo indefinido para o nome papuda, é a escolha do casebre que parece inabitável devido ao seu estado de conservação. Ao pesquisarmos outras imagens, porém, nos deparamos com a fotografia “Rua do Capim”, de Francisco Soucasaux (seção 3.5 “Os espectros”, figura 24). Podemos especular, aqui, que tenha seu nome pelas habitações cobertas de capim. Nos registros da CCNC, sabemos que as casas cobertas de capim têm um valor inferior às casas cobertas de telhas, e são separadas.

Percebemos, na imagem, que as casas cobertas de capim são feitas de madeira e taipa, sem a caiação e esquadrias de madeira pintada, como o casario colonial que conhecemos, atualmente, como típico.

Porém, ao contrário da imagem denominada “residência de uma papuda”, não se tem a impressão de abandono dessas edificações. Elas parecem habitáveis. Ao contrário da cobertura esburacada, a cobertura de capim parece íntegra, adequada ao objetivo de proteção das intempéries. A taipa e fechamentos em madeira também parecem constituir uma vedação condizente à moradia. Isso implicaria, portanto, quem nem toda casa de capim é uma construção sem condições de habitação. Observa-se, então, duas hipóteses: papudos moram em condições inferiores à pobreza: eles não seriam pobres, mas uma categoria à parte, abaixo da linha da miséria, havendo outros moradores de cafuas que não seriam papudos. Ou, então, o imaginário da CCNC estava de tal forma dominado pela ideia da condição intelectual e material precária dos habitantes do Arraial, que pareceu plausível para os construtores que essa edificação fosse, efetivamente, uma moradia, mesmo em condições físicas não compatíveis com habitação humana.

Mas, afinal, quem são os papudos? Sabemos, pela narrativa sobre a escolha do local da Nova Capital, que “papudo” foi usado como um xingamento à população do Arraial, pois nele haveria o bócio endêmico. A população local seria, portanto, constituída de vítimas do bócio, cuja consequência é o “atraso” do desenvolvimento intelectual, o “cretinismo”. Havia, portanto, a circulação da informação de que as condições de saúde do local não seriam adequadas, não pela água, pelo vento, ou pela fertilidade do solo, mas por uma epidemia de baixa inteligência dada pela falta de condições de saúde pública. Iremos nos aprofundar, a seguir, no imaginário sobre a doença e o desenvolvimento. Mas, é interessante notar, aqui, que a primeira campanha de difamação ao Arraial se dá pela falta de saúde e faculdades mentais: esse imaginário é substituído no início do século XX, quando a doença endêmica atribuída à habitação precária passa a ser a doença Chagas.

Quando colocamos, portanto, as duas imagens lado a lado, vemos que o “Rancho da papuda” (figura 16), legendado por Barreto, não apresenta as características precárias da “residência de uma papuda” (figura 32). No início do século XX, a Papuda, como vítima de bócio, já havia se transmutado num espectro do passado. Barreto cita, várias vezes, a campanha de difamação sofrida pelo Arraial, no

entanto, não parece associar “papudo” à incapacidade de governar a própria existência, mas a uma forma caricata. O papudo já se encontra suficientemente no passado durante a escrita dos livros de Barreto, cuja primeira edição é de 1928, tanto é que ele denomina o primeiro volume da história do Arraial como “História Antiga”.

A cafua torna-se em si, dessa forma, não a habitação do papudo, mas, ela própria, fonte de adoecimento, a culpada pela proliferação do barbeiro, vetor da Doença de Chagas. Em nossos dias, se ratifica, de forma mais científica do que os rumores sobre papudos e com aval de célebres médicos, a impossibilidade da permanência da cafua dentro de um mundo racional e modernizado. No arquivo de fotografias **Brasiliana Fotográfica**, por exemplo, é onde encontramos as principais fotos da cafua, no fundo da Fundação Oswaldo Cruz, em relação à descoberta da doença de Chagas. Assim, podemos imaginar que, para Barreto, o nível de precariedade não é mais tão relevante como os arquivos da CCNC demonstram, e sim a própria forma de construção. Por isso, uma papuda indeterminada que habitaria um local sem condições vira uma mulher à frente de uma moradia tradicional. A questão que se mantém, porém, é o porquê Barreto identifica aquela mulher em especial à uma papuda.

Ao contrário dos historiadores diletantes dos fóruns do Facebook, a historiadora Josemeire Alves, em artigo ao jornal Estado de Minas, aponta a fonte da fotografia da papuda, apesar de adotar a mesma versão sobre a assombração no palácio da Liberdade, que difere da versão de Starling. Porém, o que Josemeire Alves aponta a respeito da construção da lenda, agora encarnada numa fotografia (fato inexistente no levantamento de Starling), é **quem** seria essa mulher fotografada:

Assim, ainda que pouco saibamos sobre a mulher representada nesta fotografia, na imagem é possível identificar elementos que informam sobre a experiência africana no território – seja nos traços fenotípicos da mulher fotografada, seja no seu “rancho”. Este, em muito semelhante às inúmeras cafuas que faziam parte da paisagem do Curral del-Rey e que foram insistentemente destruídas pela Comissão Construtora, apresenta elementos de arquitetura de origens africanas, mais particularmente das culturas praticadas pelos povos de língua bantu – como bem podemos considerar a partir do que nos apresenta o historiador Robert Slenes, em seu já clássico ‘Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste’. (ALVES, 2021)

Alves aponta, aqui, duas questões fundamentais para a questão da caçula e da Maria Papuda: a “casa da papuda” seria uma construção de origem africana e a Papuda, a Bruxa, seria uma mulher negra. Como vimos anteriormente há, entre o final do século XIX e a década de 1920, um descolamento entre o sentido de papudos de “moradores do arraial de *Bello Horizonte*” para uma figura *mitologizada*, à medida que a figura do pobre morador do interior vai se complexificando no discurso higienista como o “Jeca Tatu”. O “Jeca Tatu” não é simplesmente um pobre marginalizado das benesses da vida metropolitana, mas alguém à margem da modernidade em si. Porém, a existência como “Jeca” é incompatível com a “Modernidade”, com o seu próprio tempo (iremos discutir isso mais profundamente a seguir). Existe uma divisão na mitologia do Arraial, portanto: enquanto o “caipira”, ideologicamente, passa a se constituir na figura do “Jeca” que deixa de residir no que anteriormente era o sertão geral (que abarcava também Minas e São Paulo, e passa a ser reconhecido como “roça”, a área Rural da região Sudeste), o “papudo” se torna “A Maria Papuda”, uma assombração que é também uma bruxa. Uma mulher negra e bruxa.

Os papudos deixam de constituir uma população marginalizada referente ao Arraial, já que *Bello Horizonte* se torna, efetivamente, uma metrópole, a Cidade de Minas. O que resta é a fantasmagoria, no sentido benjaminiano: não na correspondência filológica entre fantasma e fantasmagoria, mas no sentido de produção de uma imagem de forma ideológica que se sobrepõe à realidade da construção social. A Maria Papuda abarca essa definição de forma bastante completa – seu espectro como bruxa habitante do Arraial, caipira, atrasada, racializada, encobre as relações sociais existentes na rede urbana das Minas, relações que se desenvolvem desde o século XVII de forma bastante complexa, e lega esse passado a um espaço fora do tempo e do território. Isso torna a ruptura promovida pelo “Progresso” e suas representações ideológicas como uma operação simples de substituição do que não pertence mais ao mundo contemporâneo.

Sabemos que Marx (1990) se refere ao fantasmagórico em relação ao fetiche da mercadoria⁴³, que encobre o caráter material da produção do objeto e

⁴³ “E apenas a relação social determinada entre os próprios homens que toma aqui para eles a forma fantasmagórica de uma relação de coisas. Assim, para encontrarmos uma analogia temos de nos escapar para a região nevoenta do mundo religioso. Aqui, os produtos da cabeça humana parecem figuras autónomas, dotadas de vida própria e estando em relação entre si próprias e com os homens.

encobre o seu real valor, possibilitando a manipulação subjetiva desse valor, e, adesa forma, o fantasmagórico do fetiche encobre a exploração inerente à produção dos objetos. Benjamin (2018), por outro lado, extrapola a produção da mercadoria em si para a produção das próprias imagens que consumimos dentro do espaço urbano⁴⁴, que em sua abundância e velocidade causam um estado de torpor no observador. O fantasmagórico aqui é o que encobre nossa própria compreensão da história e da própria compreensão do mundo, mediada pela mercadoria.

O que poderíamos considerar encoberto pelo mito no caso da produção do território urbano, por analogia, é a própria expropriação do território na construção da metrópole, cuja resistência se encerra numa imagem anacrônica e impossível de pertencer a essa mesma cidade: só resiste à modernização quem é o inimigo da marcha inexorável do tempo, e essa figura tem características bastante definidas e construídas no imaginário. A lenda da papuda, portanto, parece se estruturar a partir de dois eixos: a extrema pobreza e o atraso relacionados ao mundo rural e representados pela cafua, e a associação de bruxaria e capacidade de magia às mulheres à margem do centro da vida urbana. Por fim, o desejo de materialidade das histórias da fundação, que já se encontram num mundo que podia ser fotografado,

O mesmo se passa no mundo das mercadorias com os produtos da mão humana. Chamo a isto feiticismo, que se cola aos produtos de trabalho logo que eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.”

“Mas é precisamente esta forma pronta — a forma-dinheiro — do mundo das mercadorias que encobre coisalmente o carácter social dos trabalhos privados e, assim, as relações sociais dos trabalhadores privados, em vez de os revelar. Se eu disser que casaco, botas, etc, se relacionam com o tecido de linho como [sendo] a corporização geral de trabalho humano abstracto, a tolice desta expressão salta à vista. Mas quando os produtores do casaco, botas, etc, relacionam estas mercadorias com o tecido de linho — ou com o ouro e a prata, o que em nada altera a coisa — como equivalente geral, a relação dos seus trabalhos privados com o trabalho social total aparece-lhes precisamente nessa forma tola.

São precisamente formas desta espécie que constituem as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objectivas, para as relações de produção desse modo de produção social historicamente determinado, a produção de mercadorias. Assim, todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a magia e fantasmagoria que enevoam os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias, desaparecem logo assim que passamos para outras formas de produção.” (MARX, O Capital, 4. O carácter de feitiço da mercadoria e seu segredo)

⁴⁴ “Em seu capítulo sobre o carácter fetiche da mercadoria, Marx demonstrou quão ambíguo parece ser o mundo econômico do capitalismo — uma ambiguidade fortemente acentuada pela intensificação da gestão capitalista. Isso é claramente perceptível, por exemplo, nas máquinas que agravam a exploração em vez de amenizarem o fardo dos homens. não se relaciona a isto, de maneira geral, a ambivalência dos fenômenos com o que temos que lidar no século XIX? Um significado até então desconhecido da embriaguez para a percepção, da ficção para o pensamento:” (BENJAMIN, 2018. p. 669)

parecem ter deslocado a assombração diretamente ao centro de poder da capital, à praça da Liberdade.

A noção de um passado *mitologizado* é parte da produção de uma forma histórica para o novo país que se delineia ao final do século XIX. A necessidade urgente é a de se chegar à Modernidade Ideal, na qual as contradições são finalmente *suprassumidas*. Isso implica na redefinição, como mito, de práticas coletivas que são correntes, de modo a produzir a percepção de que são práticas que pertencem a um mundo que já acabou, situado num passado distante. A Modernidade, como vimos anteriormente, só admite uma espiritualidade, a espiritualidade cristã, que é a única entendida como possível dentro do sistema da Razão. A contradição do cristianismo com a Razão é grande, foi profusamente debatida pelo Iluminismo e rechaçada enormemente na Europa como símbolo e cosmovisão de um período de trevas. O Medievo sendo o seu fim e parte inerente à entrada na “idade adulta” da humanidade, ainda que o poder da Igreja, apesar das diversas crises desde o Renascimento, nunca é suprimido da vida europeia. E, ao contrário, a estrutura missionária foi importante para o processo de dominação nas colônias (apesar da famosa ruptura do Marquês de Pombal com os Jesuítas, que terminam por serem expulsos do Brasil).

Tanto as monarquias absolutistas quanto, posteriormente, os governos burgueses compreenderam que, apesar de o processo de laicização do Estado ter se acelerado, é necessária, ao menos no campo das relações sociais, a capacidade de organização coletiva proporcionada pelas comunidades religiosas como aliada da estrutura organizacional da sociedade. Portanto, apesar de representar uma forma de afeto “não racional”, a profunda racionalidade da organização católica, que se organizou a partir da lógica do império Romano – extremamente capilar, hierárquica e com uma estruturação eficiente para exercer o poder em diversos níveis, tanto administrativa quanto economicamente –, é crucial para o desenvolvimento do padrão mundial de dominação e, conseqüentemente, da dominação colonial, sendo parte inerente ao sistema de Colonialidades. No processo de independência, isso se torna bastante evidente na consolidação do Estado brasileiro: a Constituição de 1824 mantém a figura do Padroado e denomina o Império como católico.

Nesse sentido, a Proclamação da República tem uma significação de ruptura na forma administrativa não só pelo sistema político, mas pela própria ideia de estado laico. Até a constituição de 1891, boa parte da administração local no Brasil é

feita pela Igreja: os municípios se organizam por paróquias, essas fazem os registros de nascimento e óbito, enterram os mortos e fazem os casamentos, sendo, portanto, responsáveis pela organização das heranças. Porém, de forma tão complexa e profundamente arraigada na estruturação da sociedade que uma ruptura completa é impossível, criando-se, assim, instrumentos de laicização, porém mantendo as práticas coletivas centralmente católicas. Os corpos passam a ser enterrados em cemitérios públicos, porém as festas católicas continuam parte do calendário do Estado, por exemplo. Se na organização republicana o poderio da Igreja parece afastado do governo, na organização do cotidiano ele continua intacto.

Sendo a fé elemento importante de organização, ética e identificação da sociedade brasileira, as féis cristãs representam o espelho dessa organização no centro, onde ela também se faz presente. A fé cristã não afasta do padrão mundial, pelo contrário, ela o aproxima. A fé cristã pode, portanto, participar do projeto de modernização. O que já não acontece com as féis não ligadas ao Centro. Sob elas recai a fúria da razão: o bárbaro, selvagem, assustador, o infernal, demoníaco, a sombra da luz divina, o ordinariamente místico, o desprovido de autonomia, o ignorante, a pura superstição, tudo isso recai como acusação somente às práticas periféricas e racializadas.

Voltemos aos cronistas. Camarate e o Padre Francisco Martins decidiram unir o jornalismo às suas formações iniciais, de arquiteto e padre. As visões de ambos sobre o Arraial às vezes se aproximam, às vezes se opõem diametralmente. O Padre Francisco parece buscar, em seus artigos, uma genealogia do arraial, uma história de fundação desse território que faça sentido em levá-lo a seu destino como Metrópole. Camarate, por sua vez, busca mostrar como o Arraial deve desaparecer para que o sertão brasileiro tenha alguma chance de se tornar um lugar civilizado. Camarate, alinhado com a Comissão, vê no terreno uma possibilidade geográfica a ser cumprida. O padre vê, na longa existência do lugar (que ele chama de “um dos mais antigos arraiais de Minas Geraes”), o que pode animar ao espírito de uma grande cidade, a partir de seu conjunto de tradições e de sua cultura. A visão do Padre, claramente, é a visão derrotada. A história do Arraial é completamente varrida da metrópole. O padre, porém, não deixa de observar um problema enorme que se desenrola na história do progresso do arraial: sua decadência durante do século XIX.

As edificações rurais são registradas no imaginário brasileiro, a partir do século XX, em duas frentes: na dicotomia entre a Casa Grande, residência do proprietário rural, e a Senzala, moradia dos trabalhadores escravizados mas, também, na via da higiene, as cafuas – construções dos trabalhadores rurais feitas em pau a pique ou adobe, com cobertura de palha, ao contrário da cobertura cerâmica das casas mais abastadas, e sem caiação, com o barro da vedação aparente – serão retratadas como a edificação vetor da doença de Chagas. Nesse movimento surgem três questões a serem tratadas com atenção: primeiramente, a construção do habitante da cafua (ou tapera) como oposto ao habitante da cidade. Em seguida, a relação com o território que existe entre o brasileiro do passado e o brasileiro do futuro. E, finalmente, porque a fantasmagoria da modernidade, o espectro do que é incompatível com o progresso se representa numa figura que habita o interior, que tem práticas espirituais de outras matrizes não europeias, que é negra e que habita uma forma construída que deixa de fazer parte do repertório arquitetônico do Patrimônio Histórico e Arquitetônico colonial, para ser suprasumido. Iremos investigar essas questões nos capítulos a seguir.

3.8 A METRÓPOLE É A CAPITAL DA MODERNIDADE E SEU OUTRO ESPACIAL É O ARRAIAL

Em 1907, no município de Lassance, a cerca de 200 quilômetros da capital mineira, chegava o jovem médico sanitariano Carlos Ribeiro Justiniano das Chagas para lidar com um surto de malária. Em 1909, irá descobrir o protozoário causador da Tripanossomíase americana, conhecida como Doença de Chagas, bem como seu vetor, chamado de “barbeiro”, um inseto hematófago:

De regra, é o hematófago visto em maior abundância nas habitações pobres, nas choupanas de paredes não rebocadas e cobertas de capim. Ali a reprodução dele é considerável; são encontrados em números imensos nas frestas das paredes e constituem condição anti-vital das mais notáveis, pela dificuldade trazida ao repouso do homem. Muita vez verificamos o ataque do homem pelo hematófago: Poucos minutos após a extinção da luz nos aposentos saem eles dos esconderijos, em grande número, e vêm picar os indivíduos, de

preferencia no rosto. Acendendo-se o lume os hematofagos fojem rapidamente, sendo mesmo difícil, deste modo, a captura deles. (CHAGAS, 1909, p.159)

Figura 33: Cafua em Lassance, Minas Gerais



Fonte: BRASILIANA FOTOGRAFICA ⁴⁵

Carlos Chagas encontra o parasita por entre a estrutura de pau-a-pique, e conclui que a estrutura de barro é precária, arcaica, e propensa ao estabelecimento de doenças. A cafua torna-se símbolo do adoecimento e o pau-a-pique torna-se uma tecnologia construtiva proscrita. Novamente, o mundo rural mineiro passa a ser associado à doença e à impossibilidade de sua presença dentro de um mundo racional e modernizado. Quando se procura por imagens de cafuas, não as encontramos como forma tradicional de habitação, mas para ilustrar o local de descoberta da Doença de Chagas. O problema da doença não aparece nessa história pela primeira vez: papudos eram como eram chamados portadores de bócio. Dizia-se que o bócio era endêmico no arraial de *Bello Horizonte* e esse era um motivo apregoado pelos não *mudandistas* ou pelos partidários de outros sítios ao atacarem o Arraial, pois o bócio causaria oligofrenia. Papudo, portanto, era também sinônimo de burro, limitado, cretino.

Sendo precária, rural, relacionada à miséria do interior, a cafua nunca foi considerada parte do acervo arquitetônico brasileiro. Como habitação tipicamente rural não configura em nenhuma entrada no IPHAN, ficando seu registro circunscrito à

⁴⁵ “Destaque para a cafua, habitação típica com paredes de barro e cobertura de capim ou palha”, autor desconhecido, [s. d.], (fotografia, p&b, 18 x 24 cm). Disponível em <http://brasilianafotografica.bn.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/6547/>. Acesso em 16 nov. 2022.

Fundação Oswaldo Cruz. A construção com barro e taipa foi, devido à doença de Chagas, condenada por décadas, até que se compreendeu que o barbeiro não tinha uma preferência pelo barro, mas sim por locais escuros, sendo a taipa inocente da moléstia epidêmica. O deslocamento da imagem da habitação pobre se desloca da cafua para a favela, e do rural para o urbano. A cafua, porém, não passa a ser registrada nos dicionários arquitetônicos como modo de habitação do meio rural até início do século XX.

Local escuro. Casa precária. Local de castigo. Depósito. Casinha dos fundos. Barracão.

A casa precária, o depósito, o castigo, o lugar escuro, se conectam? A acepção de cafua se modifica, nos dicionários, pela primeira em 1890, quando passa do significado original de cova ou furna, que consta no primeiro dicionário de Língua Portuguesa (BLUTEAU, 1789) e se acrescentam dois novos sentidos: habitação precária e quarto de castigo de estudantes. Juntamente a esses significados, encontramos uma referência ao quarto dos fundos, ao barracão de depósito no Amazonas, e ao local de aprisionamento de escravizados recém-chegados, no Maranhão, sendo o museu do Negro do estado chamado Cafuá das Mercês. A cafua se transformará, também, num local de culto dentro do terreiro de Umbanda, também chamado de casinha: um local fechado de guarda dos santos. É inegável que, se Cafuá denomina tanto a habitação precária da Maria Papuda, uma mulher negra, quanto um local dentro do território de religião de matriz africana, ao local destinado a aprisionar escravizados é inescapável o denominador comum do uso do termo em relação à raça.

4 O TERRITÓRIO

Figura 34: Planejadores da cidade do Brasil no século XIX



4.1 O QUE RESTA DE UM LUGAR QUE SE IMAGINA O OPOSTO DE SI MESMO? O PROBLEMA DIALÉTICO E O IMAGINÁRIO

A ideia do conjunto de práticas sociais como o local do Real na experiência humana é para compreender o Outro. O espaço que Henri Lefebvre chama de percebido é aquele apreendido na práxis diária do espaço urbano, e que, portanto, conforma e é conformado pelo *Realen*, o conjunto das relações sociais, logo, não é estático. A produção do espaço existe em constante movimento. O contínuo do real, portanto, é interrompido a partir de uma supressão dessa construção contínua. Um espaço que não se modifica é somente um cenário. A falta de garantia e acesso aos espaços urbanos, a negação ao acesso de espaços, a negação às sociabilidades diversas (manifestações políticas, manifestações de espiritualidade não cristãs, sociabilidades entre jovens, crianças, idosos, pessoas com mobilidade reduzida), portanto, é o instrumento de interrupção da produção do Real espacial. Na “Tese 6” das **Teses Sobre Feuerbach**, Marx (1982) diz que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais”. Ela é, assim, a maneira colonizadora eficiente para impedir a reprodução das práticas dos grupos que estão em seu alvo.

A maior particularidade do espaço urbano como objeto é, justamente, que ele não existe estaticamente, pois essa é a natureza própria da cidade. Compreender o Real, para Marx, compreender que a essência humana é o conjunto das relações sociais, é o que permite que não se abstraia o processo histórico. Pois o processo histórico concreto é formado por indivíduos em suas relações, não por um indivíduo ideal. O processo histórico se dá em rupturas, revolução, no embate. O problema da história urbana apagada, portanto, se dá no encontro com o Real desse espaço. Se é impossível recuperar documentalmente a existência relacional da vida do Arraial, é possível compreender seu processo histórico sem incorrer na abstração que Marx critica em Feuerbach? O que resta de um espaço quando ele é suprimido?

Aqui, é preciso apontar uma contradição fundamental sobre o desaparecimento do Arraial: o processo de desaparecimento é um processo de produção

do espaço. No campo material, o da produção da nova capital, a Cidade de Minas. E no campo do simbólico, do espaço da modernização do Estado de Minas Gerais, do “progresso”, do desenvolvimento e da representação de um estado nacional cuja identidade está em criação nesse exato momento. O símbolo que unifica os discursos sobre a necessidade de desaparecimento do Arraial para o nascimento da metrópole moderna brasileira é o símbolo do “Progresso”. Os escombros do Arraial são as ruínas a que Benjamin (1987) se refere na Tese 9 de “Sobre o Conceito de História”. Ruínas que se materializam nos escombros de um Arraial que se chamava, naquela época, *Bello Horizonte*, e se situava às margens de uma cidade importante, Sabará, que já não era mais tão importante, pois a mineração havia entrado em decadência havia algum tempo, e Sabará adquirira sua importância devido à mineração. Qual o mundo que existe nas minas, portanto, ao final do século XIX? E como as Minas se compreendem e são compreendidas dentro do Brasil?

Sabemos que existe um Brasil a se inventar durante o século XIX, desde que nasce como Império independente, e que ele se inventa ora por suas partes ora por seu todo. Parte importante na criação dessa História contada sobre si próprio, será forjada num instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou IHGB. Porém, as percepções sobre a realidade podem ser construídas num confronto entre as práticas sociais e a criação de entraves a essas práticas, tanto no domínio da legislação quanto no campo ideológico. A percepção que classes dominantes desenvolvem a respeito de tais atividades, que passam a ser relegadas ao local de marginalidade, ora como subversivas e ilegais ora como folclore, conseqüentemente, não pertencentes ao presente.

4.2 PROGRESSO E TERRITÓRIO, OU O FIM DO MUNDO NUM FIM DE MUNDO

A modernização exige o desaparecimento do Arraial. O arraial se tornará, a partir do imaginário do século XIX, parte de um mundo rural, decadente e retrógrado, o mundo onde vive o “Jeca”, o atrasado, o doente, onde o espírito é selvagem, a sombra do homem esclarecido. O espaço que, oposto à metrópole moderna, pertence

a um mundo que deveria ser extinto em prol do desenvolvimento da Nação. O mundo dos sertanistas, caçadores de esmeraldas, missionários, exploradores e selvagens pertence a um passado mitológico, feito de montanhas de esmeralda, eldorados, canibais e monstros, num tempo distante e indeterminado, impreciso, num campo de conhecimentos e histórias compreendidos como o folclore, esse último, também um conceito surgido dentro do projeto de racionalidade do século XIX.

A existência do Brasil no presente Moderno exige uma origem remota e demarcada numa temporalidade superada, pois a Modernidade é, antes de tudo, a superação de tempos irracionais. Um passado que coexista no presente com edificações de pau-a-pique, barrigas d'água, bócio endêmico e manufaturas precárias é uma mancha a ser expurgada, são sintomas terríveis de que ainda não se chegou num estágio de desenvolvimento "superior". Portanto, é preciso saná-lo. O passado, tempo rústico e precário, é uma etapa necessária ao desenvolvimento do período civilizado e próspero. Deve-se prestar homenagem aos homens fortes que possibilitaram a conquista do obscuro e irracional da terra, para torná-la habitável e domesticada, e permitir que esses homens bravos, que rasgaram à força as entranhas de uma terra selvagem e inóspita, descansem em paz.

Uma análise de como o conceito de "Progresso" surge no discurso político mineiro foi feita por Pedro Geraldo De Pádua e Irlen Antônio Gonçalves no artigo "O Conceito De Progresso Em Minas Gerais (1891-1930)". Pádua e Gonçalves usam de metodologia de análise do discurso para analisar as mensagens enviadas durante a Primeira República pelos presidentes de estado.

É importante considerar que as Mensagens não se resumem a relatos de realizações passadas. Nelas os presidentes apresentavam ao Congresso um balanço do seu mandato, abordando os principais temas em questão, na época. (PÁDUA e GONÇALVES, 2012, p. 2)

Fazendo uma análise compreensiva dos termos correlatos ao conceito de progresso, Pádua e Gonçalves observam que a visão de mundo predominante nos discursos era o positivismo de Comte e de Spencer. Os pesquisadores observam, também, uma mudança na concepção da ideia de "evolução", que deixa de ser usada no sentido militar para ser usada no sentido darwinista. O termo mais usado para "progresso" era Desenvolvimento. A República desenvolve também, segundo os autores, uma distinção entre a noção do Império de progresso: se na monarquia a visão predominante era chegar a um patamar de civilização baseado no padrão

européu, na república “passava a ser utilizado, cada vez com mais frequência, com o sentido de empreender obras, capitais, construções, indústrias e comércio” (AZEVEDO, 2003, p. 157 apud PÁDUA E GONÇALVES, 2012, p.12-13). Aqui, então, a nova capital surge como símbolo do progresso, mas também a sua localização é considerada como estratégica ao objetivo das elites mineiras do período, nos moldes desenvolvimentistas da primeira república:

O tema dos transportes aparece na maioria das Mensagens como vital para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Era visto pelos Presidentes como elemento estratégico para a integração das regiões do “mosaico mineiro”, já que havia grande desigualdade entre elas e as mais pobres tinham muitos problemas com o escoamento de sua produção para os mercados consumidores, todos fora de Minas. Para as elites políticas mineiras o desenvolvimento material e econômico significava progresso e a educação do povo era fator fundamental para promovê-lo. [...] A construção da nova capital teve um papel importante no período não só como símbolo do progresso de Minas, mas principalmente pelo que poderia possibilitar na estratégia das elites políticas em busca de integração das diversas regiões do “mosaico mineiro”. (PÁDUA e GONÇALVES, 2012, p. 12-13)

Antonio Robert Moraes, em “Notas Sobre Formação Territorial e Políticas Ambientais no Brasil” confirma a mesma relação com o projeto do Estado Brasileiro de desenvolvimento a fim de promover a civilização, acrescentando o problema territorial: a natureza selvagem, porém rica, precisa ser conquistada, e isso é representado pela colonização do interior, do sertão:

A conquista do sertão, identificada com a própria construção da nacionalidade, emerge continuamente como o grande projeto nacional, sendo alçada à condição de função básica do Estado. O discurso que reitera tal projeto é, no império, o do “país a se construir”, e na república, o do “país em construção”. O mote imperial é o da civilização, brandido pelo visconde de São Leopoldo na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1837. A meta da era republicana é a modernização, perseguida por Vargas, por Juscelino, e pelos governos militares. O objeto da ação é sempre o território, confundido com o próprio país.” (MORAES, 2000, p.45)

André Nunes de Azevedo produz dois artigos que compõe um quadro sobre a questão técnica na transição entre o Império e a República. No primeiro, “Sob o lume da civilização: um estudo da ideia de progresso no Brasil das últimas décadas do período monárquico” (2014) se propõe, como descreve o título, a analisar qual ideia de Progresso se formou no Brasil no final do período do Império. No segundo, “A cura

pela técnica: o Clube de Engenharia e a questão urbana na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX ao XX” (2013), o objeto Clube de Engenharia compreende o final da monarquia e o início da república, e as implicações disso. Surgem, aqui, duas questões: primeiro, como a Coroa se posicionou frente ao ensino científico e à noção de Progresso e desenvolvimento e, depois, como após o estabelecimento desse ensino no país, as condições das práticas científicas se alteram na República.

A noção de progresso à qual buscava associar-se a monarquia brasileira não se afigurava tão fortemente vinculada à ideia de desenvolvimento material, muito embora a contivesse. A noção de progresso brasileira estava ligada à ideia de civilização, na qual se encontrava compreendida. A civilização brasileira, por sua vez, encontraria a sua “atualização histórica” na promoção da ciência, algo que possibilitaria ao Brasil aproximar-se do “progresso da civilização” dos principais países europeus. (AZEVEDO, 2014. p. 5-6)

No caso da ideia de progresso instituída no final do período monárquico, Azevedo analisa como a ciência surge como necessidade de superar a contradição interna do regime com a noção de futuro, em especial diante das crises que o Estado vinha enfrentando, em especial com a questão da escravidão. A república viria a mudar a concepção de progresso em relação a um aumento da industrialização, da necessidade de infraestrutura urbana e, por conseguinte, o aumento da valorização do papel dos engenheiros no desenvolvimento social.

O progresso, pré-requisito para o desenvolvimento de uma civilização, era cada vez mais percebido como desenvolvimento material e a engenharia seria a profissão a que caberia a operacionalização do progresso, sendo, portanto, o instrumento privilegiado no fomento à civilização.

A concepção de progresso como desenvolvimento material cria e provê a reforma urbana como área estratégica para atuação, expansão de negócio e ganho de capital. Coordenada em sua maioria pela engenharia, e não por médicos ou advogados (os concorrentes dos engenheiros na disputa pela primazia do planejamento urbano), com ênfase na introdução de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento material, a mudança da capital de Minas Gerais se insere, portanto, no discurso do progresso que muda em direção ao desenvolvimento industrial capitalista.

4.3 O MORRO, A FAVELA

Na página 523 do livro **Memória Histórica e Descritiva de Belo Horizonte: História Média**, Abílio Barreto descreve uma fotografia de um Panorama da Praça da Estação na qual identifica, ao fundo, a existência de um “bairro de cafuas e barracões provisórios” na encosta da praça da estação, onde é atual rua Sapucay, e se refere ao local como “favela ou alto da estação”. Nos arquivos da CCNC encontra-se, também, uma imagem intitulada “Antiga ‘Favela’ de 1897”, imagem pertencente ao fundo da Comissão e que se encontra, atualmente, no Museu Histórico Abílio Barreto, na qual vemos o referido “Alto da Estação” desenvolvido na encosta, aos fundos da Praça da Estação. O fato de Abílio Barreto ter-se referido ao “conjunto de cafuas” como favela origina uma hipótese historiográfica de que a toponímia “Favela” chega à Nova Capital de Minas Gerais para designar um conjunto de habitações precárias ao mesmo tempo em que isso acontecia na Capital Federal, por ocasião da volta dos soldados de Canudos, fato que é reconhecido na historiografia urbana brasileira como marco inicial do fenômeno “favela”.

Favela é uma vegetação típica do sertão e abundante na região de Belo Monte, enquanto o “Morro da Favela” é o morro onde as tropas republicanas levantaram acampamento para a invasão de Canudos. Como Licia do Prado Valladares descreve em **A Invenção da Favela**, o nome favela foi uma contaminação do nome do morro baiano usada pelos soldados que iria espalhar-se e torna-se sinônimo de todo morro habitado de forma precária. O arraial de Canudos foi derrotado no mesmo ano em que o arraial de *Bello Horizonte* desapareceu: 1897.

[...] Morro da Providência, que entra para a história através de sua ligação com a guerra de Canudos, cujos antigos combatentes ali se instalaram com a finalidade de pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus soldos atrasados. O Morro da Favella, pouco a pouco, passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos. Conjuntos que então começaram a se multiplicar no Centro e nas Zonas Sul e Norte da cidade do Rio de Janeiro. (VALLADARES, 2015, p. 27)

As imagens do Alto da Estação (figura 34) feitas pela Comissão datam entre 1896 e 1897. Essa data colocaria da “favela” da Nova Capital como anterior à do Morro da Providência, no Rio de Janeiro.

Figura 35: Panorama da Praça da Estação



1. Panorama da Praça da Estação (hoje Rui Barbosa) nos primeiros dias da capital; 2. ainda no 1º plano, entre carros do ramal férreo, a estação provisória e a nova em construção; 3. no 2º plano vê-se a favela ou Alto da Estação, bairro de cajuas e barracões provisórios; 4. à direita avista-se o Parque ainda inculto; 5. além do qual se vêem muitas casas do antigo arraial, inclusive a velha Matriz da Boa Viagem; 6 e 7. no 3º plano está o casario novo do bairro dos Funcionários até as proximidades do palácio; 8. no alto, ao fundo, o morro do Cruzeiro e caixa d'água.

Fonte: BARRETO (1996, p. 523) ⁴⁶

O historiador Samuel Silva Rodrigues de Oliveira se debate sobre essa questão do uso do nome Favela por Abílio Barreto. Ao fazer a análise comparada dos termos no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, num artigo do ano de 2020, o autor questiona se o nome realmente seria usado na época da imagem que ou se foi assim intitulada posteriormente:

Em Belo Horizonte, a análise comparada também ajuda a contestar o mito da primeira favela de Belo Horizonte, criado pelo geógrafo Roger Teulières no artigo “As favelas de Belo Horizonte” e pelo historiador Abílio Barreto no “Resumo Histórico de Belo Horizonte”. Esses analistas identificaram a primeira favela da cidade em 1895, e formaram um consenso que foi reproduzido na narrativa dos primeiros censos de favelas da cidade e em análises sócio-históricas

⁴⁶ Na fotografia, em primeiro plano, vemos os trilhos da estrada de ferro, que indicam a região da praça da Estação. Em segundo plano, o corte de terra necessário para planificar a região da praça. Na cota superior, ao fundo, um conjunto de habitações denominado, no arquivo, de “favela”.

posteriores. Criou-se uma narrativa das origens da favela em Belo Horizonte que se confundia com a fundação da cidade planejada, sem diferenciar as mediações políticas e sociais que envolviam a passagem da “Favela” (nome próprio) para a “favela” (substantivo comum). (OLIVEIRA, 2020, p.125-126)

De fato, a nomenclatura “Favela” para o Morro do Alto da Estação é um equívoco cometido por Barreto, já por contaminação da denominação vinda do Rio de Janeiro. O que Oliveira compreende é que o nome do Morro será compreendido como favela justamente por sua semelhança formal e simbólica: a desordem do morro é também oposta à racionalidade da República. A cidade planejada republicana representa a ordem, a higiene. O morro, constituído de um conjunto de cafuas, é seu oposto. “Favela” se torna, portanto, simultaneamente o símbolo da queda do Arraial que enfrenta a República e da habitação urbana precária brasileira.

Figura 36: Antiga “Favela”, de 1897, hoje a rua Sapucaay, no bairro Floresta



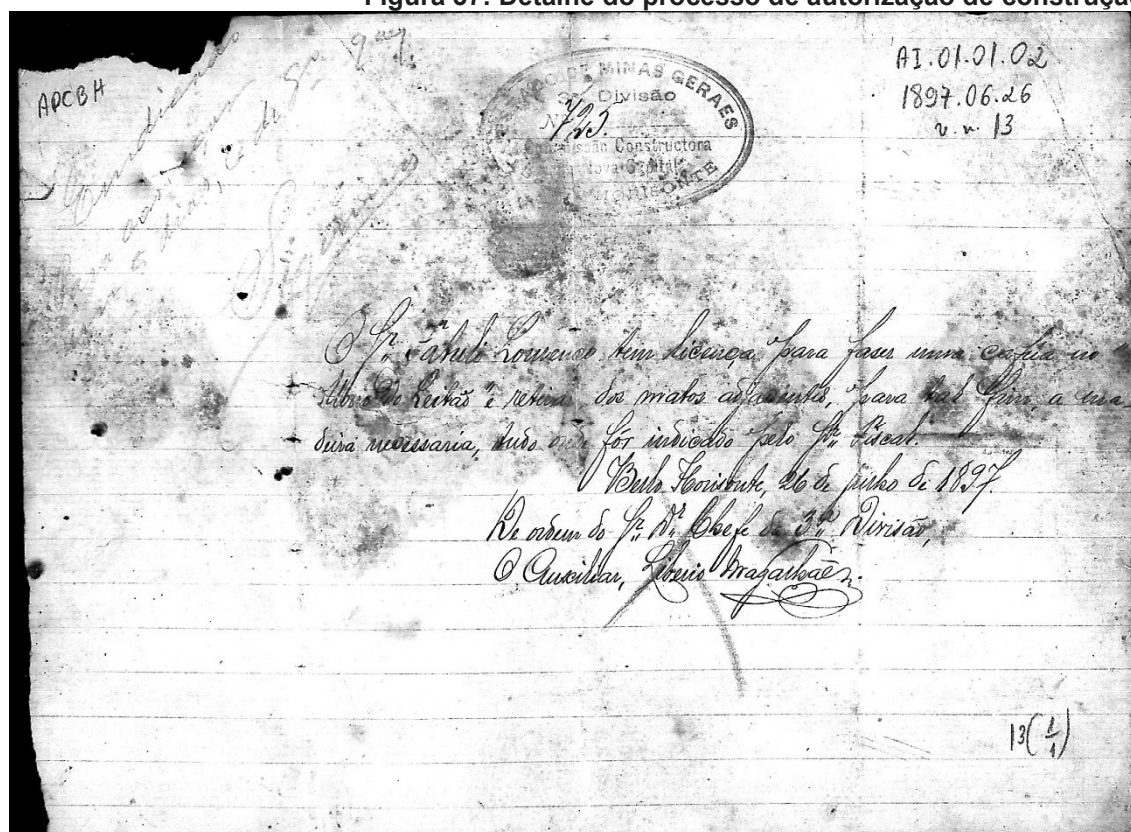
Fonte: ACCNC ⁴⁷

O nome de “Morro da Favella”, portanto, abre três questões: a oposição à cidade “planejada”, o Estado como responsável pela ordem planificadora e um termo disseminado para identificar a habitação precária que iria espalhar-se pelo território nacional. Ao contrário do regionalismo da cafua, circunscrito ao sertão, mas não só

⁴⁷ Autor desconhecido, entre 1896 e 1897 (gelatina, p&b, 16,6 cm x 23,0 cm). Disponível em: http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=CCFot1896%20010&strTipo=FOTOGRAFIAS. Acesso em 16 nov. 2022.

isso, também como o coletivo de cafuas, algo ao que não encontramos referências nos arquivos sobre a construção. As referências da Comissão são as cafuas existentes e a autorização para construção de novas cafuas no “morro do Leitão” (cuja localização não aparece em mais nenhum documento), como habitações provisórias para os trabalhadores, algo que será “resolvido” pelo poder público nos próximos passos do planejamento da capital. A favela como “coletivo de cafuas” surge como uma forma distinta do cortiço metropolitano e da cafuá isolada do sertão. Tipologicamente, o cortiço se constitui em um edifício maior, cujas partes são alugadas para famílias de classes populares, ou pequenas construções no fundo de terrenos, da mesma forma. Cortiços têm um proprietário. Favelas são conjuntos de moradias, sendo cada unidade pertencente e construída por um núcleo familiar. Não existe um locador geral.

Figura 37: Detalhe do processo de autorização de construção



Fonte:⁴⁸

⁴⁸ Transcrição: “O Sr. [Fatuli] Lourenço tem licença para fazer uma cafua no “Morro do Leitão” e que retire, para tal fim, dos matos adjacentes madeira para tal fim, a madeira necessária [...] for indicado ao Sr. Fiscal. Bello Horizonte, 26 de junho de 1897”.

A diferença fundamental do morro para o cortiço, portanto, é a relação com a propriedade. Lícia do Prado Valladares introduz seu livro com a seguinte frase: “Percebidas atualmente como um fenômeno tipicamente urbano, as favelas foram consideradas durante a primeira metade do século XX um verdadeiro ‘mundo rural na cidade’” (VALLADARES, 2015, p. 23). Assim sendo, espacialmente, o morro corresponderia, dentro da cidade, à oposição anteriormente compreendida como “litoral versus sertão”. A dualidade “cidade versus favela” substitui o binômio e o insere dentro do próprio espaço da cidade, que passa a conter, modernamente, o sertão dentro de si. O morro rompe distância entre os Outro territorial e o coloca no interior do urbano. Essa operação, consequência da lógica do valor de troca da terra, é responsável por reconfigurar a relação com o Outro no espaço.

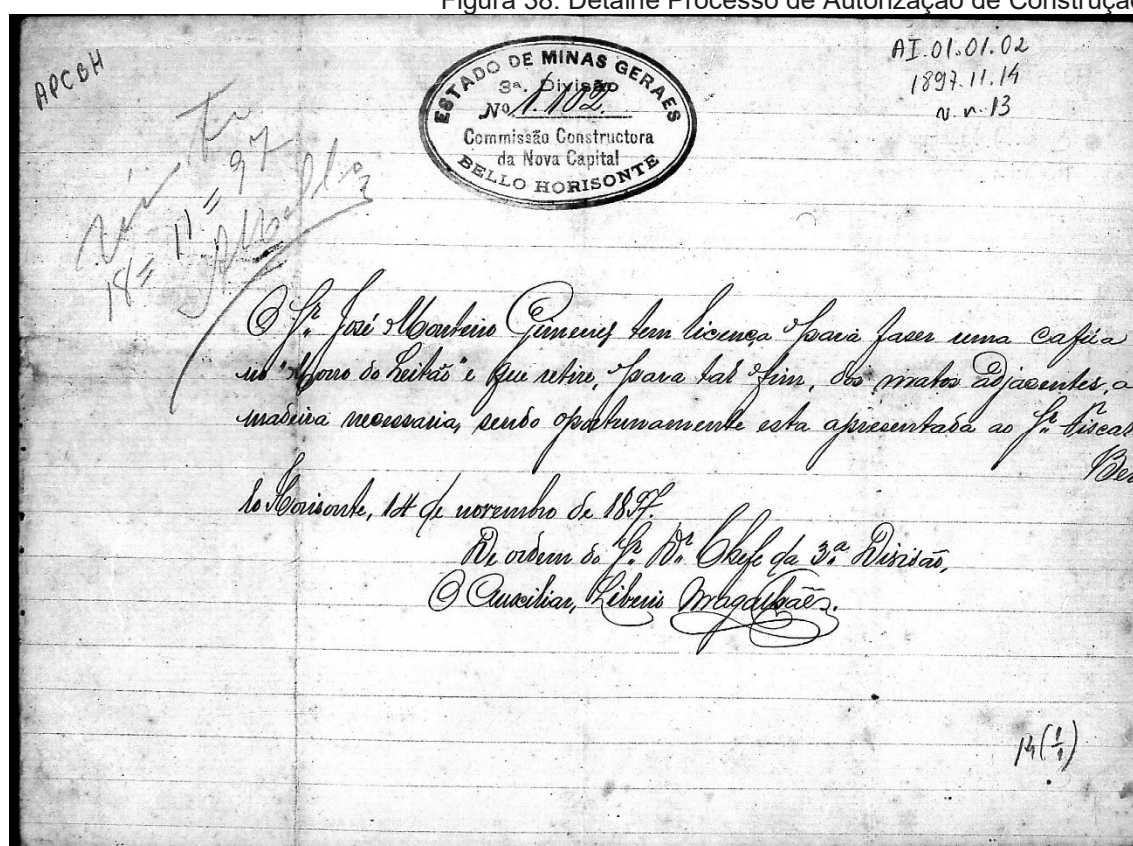
Em 14 de novembro de 1897, a apenas um mês da inauguração da Nova Capital, a Cidade de Minas, os documentos ainda se referiam ao nome de *Bello Horisonte*. Ao ler o texto da licença concedida ao Senhor José Monteiro Gimenez, imediatamente vem à mente a discussão ocorrida em meados do século XIX, mais precisamente em 1842, na Renânia: o problema do roubo de madeira em terrenos particulares. Os textos escritos pelo jovem Karl Marx para o jornal Gazeta Renana foram publicados no Brasil com o título de **Os Despossuídos**, pela editora Boitempo. A discussão feita por Marx diz respeito à criminalização do roubo de galhos de árvore secos utilizados para o aquecimento em casas pobres, e explicita que o problema da propriedade particular impede o acesso ao que antes era um bem coletivo.

Abílio Barreto comenta, ao falar das propriedades da Igreja no Arraial, que “No Belo Horizonte há uma certa superfície em comum, chamada terra do povo; porque não é terra que em direito se diga de domínio público” (BARRETO, v. 1, p. 256) e aponta um caso curioso: um terreno que pertenceria à Matriz teria sido vendido para a população e tornou-se propriedade não da municipalidade, mas do conjunto de habitantes, causando uma contenda jurídica entre Estado e Igreja sobre quais seriam suas propriedades durante o processo de desapropriação. Na urbanização tradicional portuguesa existe o Rossio: “terreno público de uso de todos”. Como define Sérgio da Mata em **Chão de Deus** (2002, p.147-148): “Este patrimônio fundiário era dividido em duas partes. Uma, chamada logradouro público ou rossio, era reservada ao uso comum dos habitantes, especialmente à pastagem de animais e à extração de madeira”. Barreto não parece compreender que o termo comum é uma prática

tradicional da forma urbana brasileira, pois já está dentro da lógica do espaço capitalista. Mata, mais adiante desenvolve a questão da terra pública no Arraial colonial:

Se a municipalidade não dispunha de terras próprias, em que chãos tinha ela se formado? A resposta é óbvia: no patrimônio da primeira capela – posteriormente elevada, na maioria dos casos, a matriz –, e isso mesmo quando não se dispunha de documentos capazes de comprovar que o rossio se estabelecera sobre as “terras do santo”. (DA MATA, 2002, p. 150)

Figura 38: Detalhe Processo de Autorização de Construção



Fonte:⁴⁹

Na disputa jurídica narrada por Barreto, portanto, parece haver uma inversão da relação tradicional com a terra: a terra comum, do povo, o rossio, que era formado a partir da instalação da Capela no centro dos assentamentos, a partir da legislação eclesiástica para tal, torna-se no processo de desapropriação do Arraial um problema jurídico, já que essa propriedade não era registrada. Esse fato mostra que a noção de propriedade de terras está completamente consolidada, apesar do relativo

⁴⁹ Transcrição: “O Sr. José Monteiro Gimenez tem licença para fazer uma cafua no “Morro do Leitão” e que retire, para tal fim, dos matos adjacentes madeira para tal fim, sendo oportunamente apresentado ao senhor fiscal. Bello Horizonte, 14 de novembro de 1897.”

pouco tempo da Lei de Terras. As ocupações dos morros só são permitidas como temporárias e são fiscalizadas. O estado entende que é preciso o controle das ocupações da terra para que elas possuam valor de troca. A permanência das cafuas nos morros será ilegal e amplamente combatida nos anos a seguir. Para além da história do Morro da Previdência no Rio de Janeiro, portanto, ocupado a partir da volta dos soldados que lutaram em Canudos, a formação do morro brasileiro surge no conflito entre a existência de terras de propriedade privada do Estado, que não podem ser legalmente usufruídas de forma comum, como no rossio, mas operam na mesma lógica do mercado particular de terrenos.

4.4 ARRAIAL, A FORMA URBANA DO SERTÃO

O sertão é uma categoria presente na descrição do território brasileiro desde a invasão portuguesa, significando geralmente as terras interioranas inóspitas. De maneira geral, o sertão era todo o território brasileiro fora do litoral – em extensão de terra, representava quase a totalidade Brasil. A conquista desse sertão é de extrema dificuldade para os portugueses devido à falta de pessoas e recursos necessários. O processo de saída do litoral brasileiro é lento e feito em ondas, em geral por exploradores particulares, como no caso das bandeiras paulistas. Não é escopo desse trabalho o estudo ou análise crítica desse processo, demasiado extenso e complexo.

Segundo estudiosos como Gustavo Barroso (1947), da Academia Brasileira de Letras, de modo geral, admite-se que a palavra portuguesa “sertão” nada mais é que a corruptela ou abreviatura de ‘desertão’, deserto grande, apelativo dado pelos portugueses às regiões despovoadas e hístidas da África Equatorial. Tal vocábulo, por sua vez, derivou-se da forma latina correspondente: *desertus* (interior, coração das terras). (ANTONIO FILHO, 2011, p.85)

O ponto de partida que tomamos é que, a partir do século XVII, quando se descobre a região que será chamada “Minas Gerais”, inicia-se o processo de formação de uma rede de cidades e arraiais que, tanto têm características de rede, se comunicam e fazem trocas entre si. Além disso, essa rede desenvolve especialidades em seus pontos por sua localização, peculiaridades geográficas e desenvolvimento

político e cultural. Uma historiografia bastante extensa e rigorosa desse processo é feita por Cláudia Damasceno Fonseca, em sua tese tornada livro **Arraiais e Vilas D'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Fonseca apresenta um quadro durante o século XVII, no qual o território é formado por dezenas de arraiais, pouquíssimas Vilas e somente uma Cidade (título máximo de urbanidade no ordenamento português). Isso se dá pela forma de administração da Coroa, que eleva um arraial à Vila de forma estratégica para a administração. Primeiramente, por meio de controle social, dando mais poder a territórios aliados e retirando de locais opositores. Em segundo lugar, para a estratégia militar de segurança do escoamento do ouro e demais riquezas e, finalmente, pela estratégia política para o estabelecimento da própria burocracia estatal, que é onerosa.

Sendo assim, Fonseca deixa claro que não necessariamente um arraial deixa de se tornar Vila por falta de importância econômica ou política. Às vezes, arraiais menores são elevados e outros, mais importantes, deixam de ser. Nesse processo existe uma dupla produção do território, tanto pelo espelhamento da forma portuguesa, que é quem estabelece a legislação e governança a partir de sua própria legislação (as Ordenações) e interesses, simultaneamente à produção a partir das características locais, tanto morfológicas quanto econômicas e políticas. Fonseca toma para si a tarefa de navegar numa cartografia permeada de seres mitológicos, e produzir, a partir disso, uma historiografia com rigor historiográfico. Vejamos, por exemplo, o estado das coisas sobre a fundação do Arraial do Curral d'El Rei:

— Em 1701 o paulista João Leite da Silva Ortiz, sertanista e genro do Anhanguera (o filho) fixou-se nas terras que foram denominadas de Cercado, e posteriormente, fundou o arraial chamado de Curral D'El Rei. Ou, talvez, Francisco Homem del-Rei, que desceu no Rio de Janeiro da nau “Nossa Senhora de Boa Viagem”, em 1709, com uma imagem da Santa e terminou por assentar-se num curral nas terras do Borba Gato.

O Sabarábuçu -a mitológica montanha resplandecente, local onde haveria esmeraldas em profusão- pareceu haver sido finalmente descoberto por Manuel da Borba Gato, – ou talvez descoberto por Manoel Afonso Gaia – após séculos de buscas febris, em 1674, – ou entre 1672-1675 – dando origem a Vila de Sabará, vila essa que prosperou durante o século XVIII. (porém as esmeraldas nunca foram encontradas, e sim ouro) (mas as terras da sesmaria foram sim concedidas ao Borba Gato) –

tornando-se uma das principais cidades do ciclo da mineração. E um dos palcos da primeira guerra pelas Minas, dos paulistas contra emboabas (nordestinos e portugueses), que nem sequer falavam a mesma língua, uns o português, outros a língua geral. Outras várias guerras houveram.—

Voltando ao Curral d'El Rei, surgido nas bordas de Sabará, conformou-se como um dos diversos povoamentos satélites às cidades mineiras de maior importância, o arraial: unidade administrativa não autônoma, subordinada a uma Vila ou Cidade. Não possui Casa de Câmara, porém possui limites determinados de maneira a contar com nomenclatura própria e um senso de identidade local. O arraial é onde se levanta o primeiro acampamento, provisoriamente, como na definição a seguir:

Por último, na base dessa cadeia hierárquica estão os arraiais, também chamados de aldeias ou povoados, uma vez que compreendem povoações de menor graduação do que as vilas e as cidades. Além de se mostrarem menores em relação à quantidade de moradores, os arraiais não dispunham de independência administrativa e nem de um retrato econômico favorável, uma vez que estavam subjugados ao poder administrativo das vilas ou das cidades de que eram distritos e por isso não usufruíam de recursos financeiros próprios para o investimento local. (PAULA e ALMEIDA, 2016, p.)

Em 1701, talvez, o sertanista João Leite da Silva Ortiz, “genro do Anhanguera (o filho)”, tenha se fixado nas terras que foram denominadas de Cercado, e depois, talvez Fernando Homem Del Rei lhe tenha emprestado o nome. Mas, em 12 de dezembro de 1897, é inaugurada a nova capital do estado de Minas Gerais, a Cidade de Minas, e praticamente qualquer vestígio do que fora um dia um arraial, desaparece. Com a exceção, talvez, de alguns fantasmas.

A modernização do país exige o desaparecimento do Arraial.

Mas se o arraial é, por excelência, o núcleo urbanizado do Sertão, como ele se torna compreendido em uma área rural a ser modernizada?

Se cidade for definida em oposição ao campo (ou o urbano em oposição ao rural), o arraial torna-se um território fora do que é concebido espacialmente a seus coetâneos. O cidadão da cidade o define como rural e, portanto, não compreende sua existência como cidade. Porém, seus próprios moradores o concebem como cidade: um sistema complexo, com limites, passível de transformações no tempo, uma comunidade diversa que se compreende como comunidade, um conjunto de práticas

sociais, um local onde o Real se expressa. Essa oposição entre a mirada externa que não enxerga o arraial como urbano e a interna que vê em si uma cidade passível de ter sua história continuada dentro da modernidade se expressa claramente na descrição da comissão construtora versus a carta de candidatura de *Bello Horizonte* como nova capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 APARECIMENTOS E DESAPARECIMENTOS

Existe um mito recorrente sobre o projeto da nova capital de Minas Gerais, o de que seria a primeira cidade planejada do Brasil, o que não é a realidade. Ao longo do século XIX, antes da Nova Capital de Minas Gerais, pudemos contar, no Brasil, com o projeto de três outras novas capitais. Ainda como colônia portuguesa, o arraial onde atualmente é a cidade de Niterói foi alçado à Vila Real da Praia Grande, em 1820. Depois da independência, durante o Império, quando a Vila se torna capital da Província do Rio de Janeiro (com o nome de “Nitcheroy”), é realizado o Plano Geral de Urbanização para a Cidade Nova, em 1840. Também há a mudança da capital da província do Piauí de Oeiras para Teresina, em 1852, e da capital da província do Sergipe de São Cristóvão para o povoado de Santo Antônio do Aracaju, em 1855.

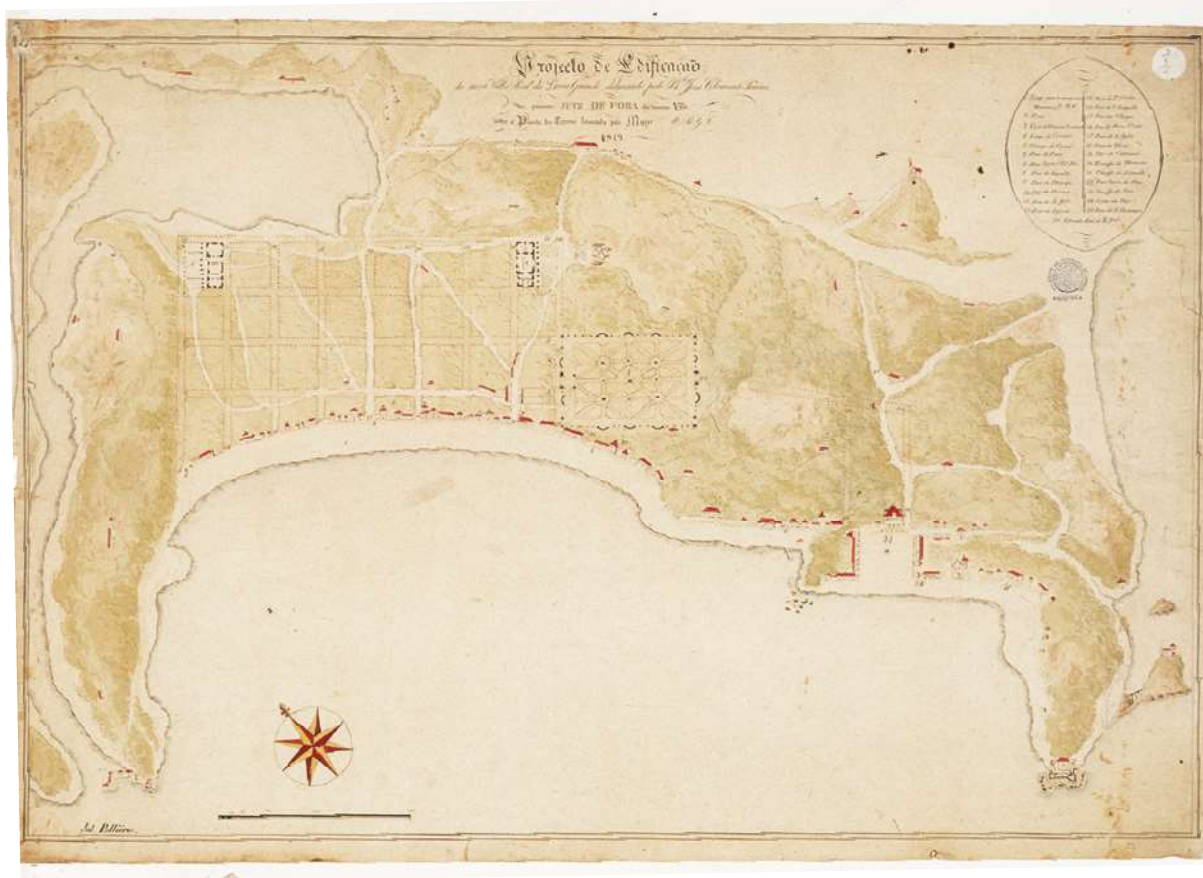
O projeto para Niterói foi feito pelo pintor francês Arnaud Pallière, a mudança da capital da província do Piauí da cidade de Oeiras para Teresina foi planejada pelo político e advogado Antonio Saraiva e a mudança da capital da província de Sergipe para Aracaju teve o projeto assinado pelo engenheiro militar e arquiteto Sebastião José Basílio Pyrrho (ou Pirro, ambas grafias são recorrentes). A seguir, veremos teses de doutoramento recentes que analisam, em perspectivas distintas, essas mudanças: Maristela Chicharo de Campos, em **O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói (1835-1890)**, analisa pelo viés da atuação das elites políticas locais no processo. Sobre a posição dessa elite na formação do espaço urbano da Praia Grande, ela aponta:

Assim sendo, deduz-se que o projeto urbanístico para a Vila Real da Praia Grande, imediatamente após a sua elevação, tinha por objetivo imprimir no espaço as marcas do setor da elite que ocupou o poder local, bem como reafirmar sua importância diante do poder central e do espaço da Corte. Por outro lado, o espaço planejado incorporou e personificou as aspirações da sociedade rumo a instâncias administrativas superiores. No espaço, o homem procurou concretizar seus desejos de uma sociedade que considerava moral e materialmente superior. A racionalidade do tipo de traçado adotado para a elaboração do projeto urbanístico para Vila, projetado de antemão, trazia para os espaços o planejamento como um fato artístico. O espaço de influência renascentista era, de acordo com esse modelo, pensado pelos homens em contraposição às cidades

dos períodos anteriores, cuja beleza era dada pelo seu crescimento natural, sem planejamento.

Na Praia Grande, a fim de auxiliar o Plano na tarefa de transformação do centro da vila em espaço urbanizado, foi utilizado um relatório de autoria dos vereadores, descrevendo e apontando as regras para a execução do projeto e posteriormente, foram elaboradas as posturas camarárias, pela mesma instância de poder. Estas últimas ofereciam às pessoas que passavam a integrar o novo espaço, como seres urbanos, informações de como deviam se portar diferenciando-se do código de sociabilidade dos espaços rurais. (CAMPOS, 2004, p. 144-145)

Figura 39: Projeto de Arnaud Pallière para Niterói (1819)



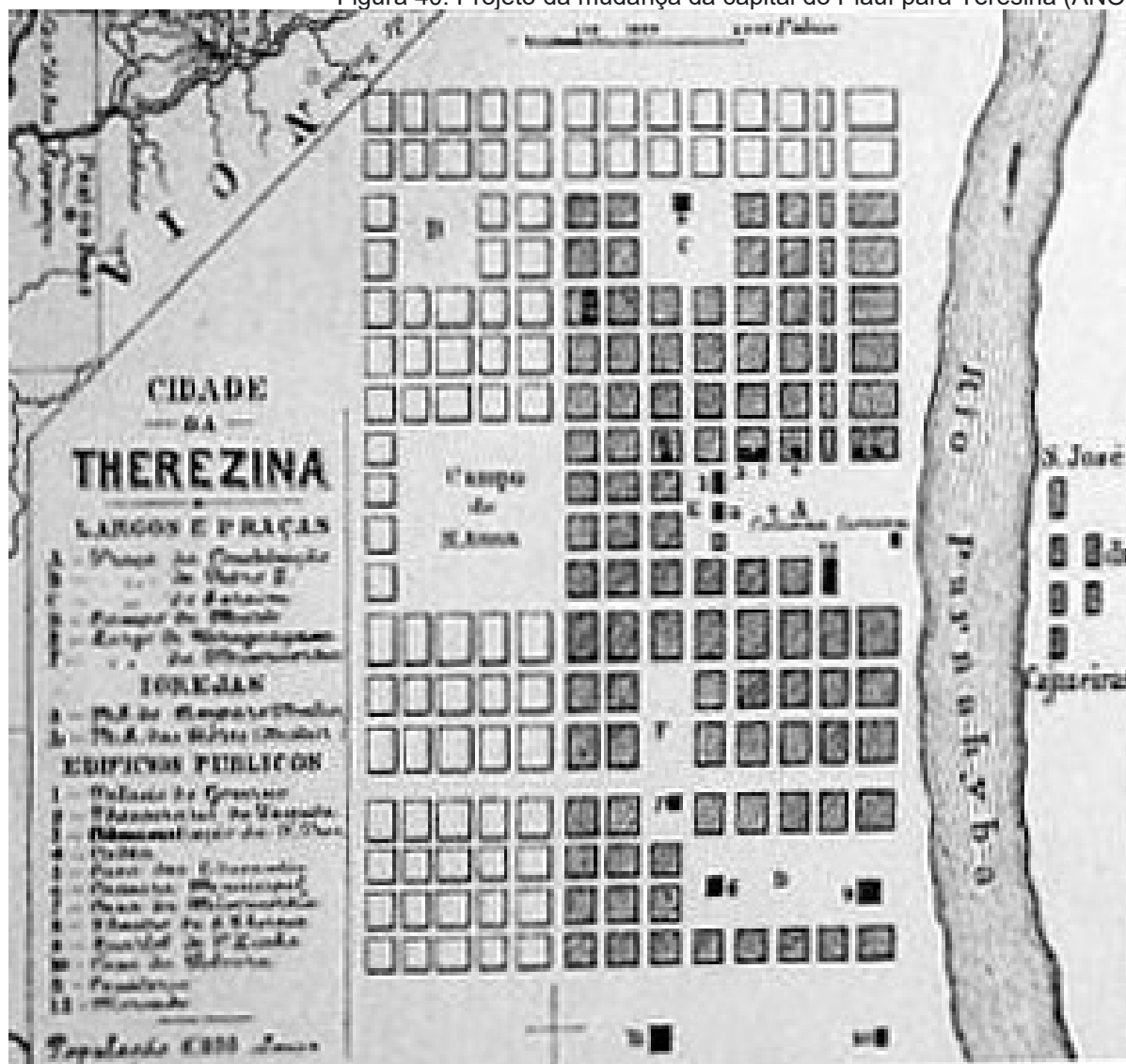
Fonte:

Por outro lado, Gustavo Henrique Ramos de Vilhena em sua tese **Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)**, de 2016, discorre como o processo de mudança da Capital conduzido pelo político Antonio Saraiva, corresponde a um desejo de progresso:

Em 1851, na fala de Antonio Saraiva, a palavra civilização apontava para o futuro. Estabelecia na linearidade temporal sua força coercitiva capaz de converter a questão da mudança na encruzilhada histórica que poderia definir os rumos da província. Por outro lado,

circunscrevia Oeiras numa espécie de lugar ermo no tempo, cristalizada, imóvel, ponto de partida sem chegada. [...] Estudiosos do urbanismo são categóricos em afirmar, especialmente em relação à história de Oeiras, o uso político do espaço, ou melhor, a delimitação de uma cidade da ordem, materialização institucional da teia burocrática sobre os vastos sertões do Piauí. (VILHENA, 2016, p. 20-21)

Figura 40: Projeto da mudança da capital do Piauí para Teresina (ANO)

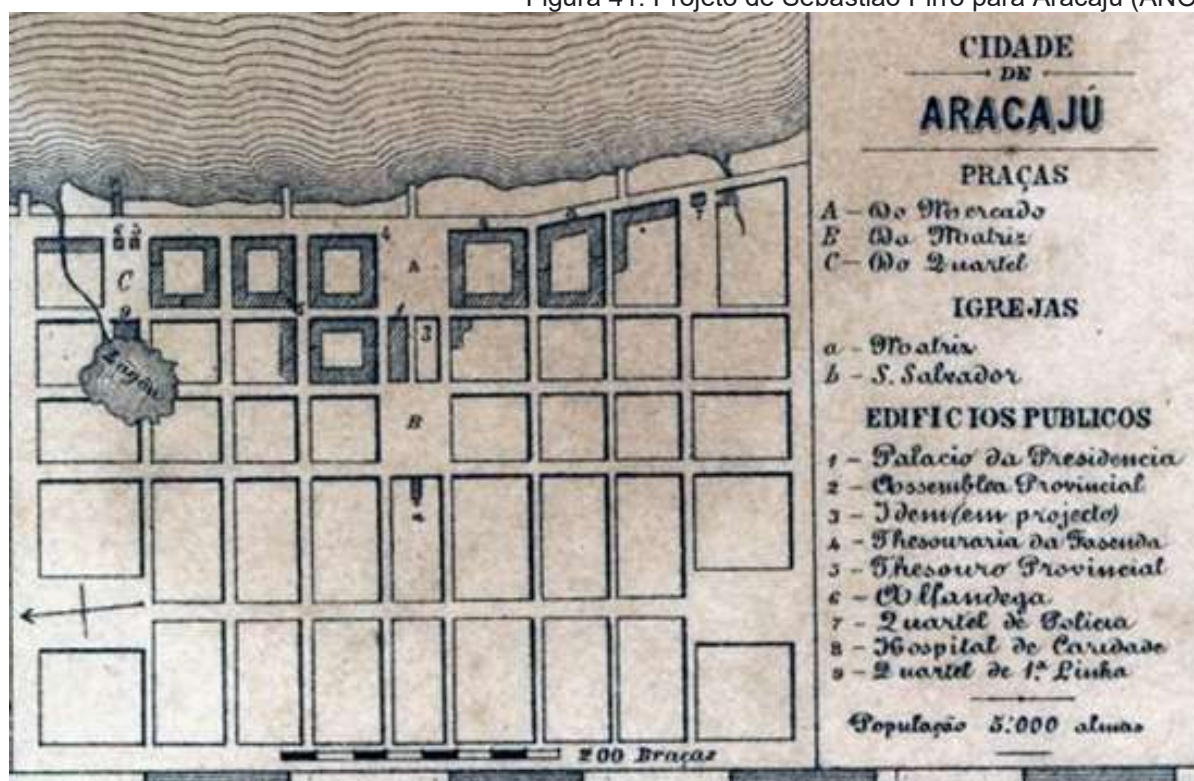


Fonte:

Por fim, Rozana Rivas De Araújo, na tese **As relações entre as transformações econômicas e o ritmo da produção do espaço urbano. Estudo de caso: Aracaju**, de 2011, se aproxima da questão da mudança da capital por um viés diverso de Vilhena: não pelos discursos de modernização, mas pela análise da relação entre ciclos econômicos e a produção do espaço urbano em sua estrutura física.

Aracaju era distrito de São Cristóvão (lei provincial nº 473, de 28-03-1837) e foi elevado à categoria de município e capital do estado de Sergipe, pela lei provincial nº 473, de 17-03-1855. Até então havia apenas alguns pescadores e o povoado de Santo Antônio na região próxima ao local onde, em 1855, foi implantado o projeto de arruamentos para a nova capital. Este projeto, de autoria do Engenheiro Sebastião Basílio Pirro, consiste de uma retícula quadriculada, com quadras de, aproximadamente, 110 por 110 metros. Esta característica facilitava a demarcação das quadras e eram adequadas à topografia quase plana do local. O Código de Posturas estipulava que, dentro do “quadrado de Pirro”, era proibido construções com cobertura de palha e fora dos alinhamentos, exatamente para consolidar uma imagem próspera para a nova capital. Assim, a primeira ocupação clandestina aracajuana estabeleceu-se ao norte desta área, atual bairro industrial. (ARAÚJO, 2011, p. 86)

Figura 41: Projeto de Sebastião Pirro para Aracaju (ANO)



Fonte:

Percebemos, nos três excertos anteriores, um discurso em comum: o da oposição do status atual do espaço como “atrasado” diante do desejo de modernização e racionalização. Em comum, os três projetos de cidade, além da menor proporção territorial e do dimensionamento de populações de números a menos, têm o desenho em retícula ou “damero”, similar ao projeto urbano do *damero* hispânico, a forma de planejamento em quadrícula que a coroa espanhola utilizou para

povoar todo o seu território colonial. Existe, a esse respeito, uma tradicional discussão na história urbana brasileira, quase sempre a partir da diferenciação proposta por Sérgio Buarque de Holanda em **Raízes do Brasil**, na qual ele chama o urbanismo português de “semeador”, ao contrário do espanhol, o “ladrilhador”. Buarque de Holanda sugere que a ocupação do território pelos portugueses é feita sem rigor, método, de forma desleixada, resultando em cidades tortuosas, ao contrário das cidades reticulares dos espanhóis.

Para além da análise específica, contemporânea, da história do urbanismo sobre as diferenças entre o espaço português e o espanhol (podemos citar, por exemplo, o trabalho de Rodrigo Espinha Baêta sobre a cidade na América Ibérica e o de Maria Fernanda Derntl sobre a urbanização da capitania de São Paulo), que amplamente descarta a ideia de falta de planejamento na urbanização lusitana, o que chama a atenção, aqui, é o ponto de partida da análise de Buarque: o retilíneo significaria racionalidade, enquanto o orgânico apontaria desorganização e falta de planejamento. Essa Imagem Urbana parece perdurar no imaginário sobre espaço, donde frequentemente se descreve o planejamento da Cidade de Minas como uma busca de lógica, de racionalidade, ao contrário do território colonial produzido de forma “irracional”. A cidade Modernizada é a vitória material de um espírito esclarecido, do homem kantiano que saiu da infância do pensamento.

Por isso, torna-se crucial compreender o que significa a vitória do esclarecimento num contexto subalterno e olhar para os escombros desse progresso. Quem é colocado fora da racionalidade, quais práticas, quais corpos, quais afetos. A busca central desta tese é pelas formas como os processos, tanto de subjetivação quanto de produção ideológica, a respeito do significado da “Modernização” e do “Progresso”, se organizam espacialmente dentro de uma perspectiva colonialista. Podemos perceber, aqui, que para isso foram instrumentalizadas:

- 1) A ausência de registro histórico, ou o registro parcial de tipos de edificação.
- 2) A inserção de formas de habitação e maneiras de vida dentro do campo da doença e da ignorância.
- 3) A inserção de formas de relação com o espaço no campo da resistência ao inevitável processo de “evolução” e do Progresso.

- 4) A retirada de conhecimentos sobre o espaço do campo da epistemologia para circunscrevê-los no campo da superstição, do folclore ou do mito.

No ano da graça de 1897 desapareceram ao menos dois arraiais: o arraial de *Bello Horizonte*, nas Minas Gerais, e o de Belo Monte, no sertão da Bahia. Um pela mão da Técnica outro pela mão da Guerra. Ambos em nome da República e da Razão. Em **O Império do Belo Monte, Vida e Morte de Canudos**, Walnice Nogueira Galvão assim descreve a estrutura do Arraial de Canudos:

Figura 42: Litografia do Arraial dos Canudos do arquivo do IHGB



Fonte: Biblioteca Nacional ⁵⁰

⁵⁰ Ilustração Panorâmica do Arraial de Belo Monte na qual se vê as montanhas ao fundo, em primeiro plano no alto de um morro o acampamento militar e baixo, no centro, em primeiro plano as duas Igrejas que se defrontavam no local e atrás delas o extenso conjunto de habitações. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/en/arquivo/imagem/5427-biblioteca-nacional-abre-exposicao-euclides>. Acesso em 16 nov. 2022.

Embora não fosse de modo absoluto uma comunidade igualitária, havendo distinção até visível entre mais ricos e mais pobres, como a aparência das casas, todavia alguns traços de igualdade havia, e certamente dados pela religião comum – que costuma apagar apenas idealmente as barreiras de classe ao criar uma organização social sui generis que prega a fraternidade. O mais marcante desses traços era a inexistência de propriedade privada da terra. Quem chegasse podia erguer seu barraco, sem pagar nada a ninguém. Segundo testemunhas, a capela possuía como doação uma légua em quadro, que se dispunha em seu entorno, e era nessa terra que os recém-chegados recebiam permissão para se instalar.

Eram distribuídos alimentos, roupas e até dinheiro, recebido em donativos pelo Conselheiro e repassado aos destituídos. Por toda a duração do arraial, emissários percorreriam o sertão solicitando esmolas em espécie ou em numerário, o conjunto das quais era administrado pelo líder. (GALVÃO, 2001, p. 47)

A obra de Euclides da Cunha, **Os Sertões**, provavelmente é um dos responsáveis pela mudança na concepção de Sertão de toda a porção interiorana brasileira para reduzi-la ao agreste nordestino. Ao discutir como a Ideologia do Colonialismo age na escrita de Cunha, Werneck Sodré observa que, apesar de uma sensibilidade aguçada e das mudanças que o testemunho da guerra lhe causou, as ferramentas científicas disponíveis para a análise, a qual Cunha tinha acesso são subordinadas a esse conjunto ideológico.

Por ideologia do colonialismo se entende, aqui, o conjunto de ideias e conceitos que, gerados e desenvolvidos com a expansão colonial das nações do ocidente europeu, pretendiam justificar a sua denominação sobre as áreas que haviam apossado ultramar e que dominavam direta ou indiretamente. (SODRÉ, 1961, p. 133)

Pra Sodré isso age no caso d' **Os Sertões** pela escrita científica que Cunha produz dada a sua formação militar, que gera, exteriormente à obra, uma valorização do seu conteúdo e, internamente, uma estruturação a partir de uma forma de conhecimento carregada ideologicamente. Essa é, em essência, a questão do tensionamento durante este trabalho, entre os modos de pensar e o pensamento produzido, pois é nesse duplo vetor que o conhecimento é colonizado. Uma forma epistemológica colonizadora cria uma produção internamente colonizada. É preciso, portanto, não só compreender os mecanismos de colonização, mas encontrar novas formas de pensar, construir ferramentas conceituais que nos permitam olhar de outras perspectivas.

Figura 43: Canudos Village, fotografia de Flávio de Barros



Fonte: Acervo Museu da República

Sodré observa que a ideologia do colonialismo aparece em Euclides da Cunha nos seguintes aspectos: espírito científico, etnocentrismo, a incompreensão de alguns processos históricos próximos, como o da República, a sedução pela morbidez que busca padrões de doença e anormalidade nas produções culturais e o “geografismo”, no qual um determinismo climático e geográfico é capaz de produzir subordinação e subdesenvolvimento. Todas essas são prescrições sobre um olhar colonizado que ainda percebemos de forma corriqueira em discursos sobre o Brasil – e são armadilhas que ainda demos evitar.

Ao olhar as imagens do espaço e dos moradores de Belo Monte, é impossível não as associar às cafuas registradas em Minas Gerais. Um fio se forma entre os dois desaparecimentos: esses lugares não são lugares que atendem às condições criadas para a Modernidade nacional, assim como sua população não se insere no ideal de população brasileira do futuro. Raramente, pensamos no Arraial de *Bello Horizonte* como desaparecido de forma violenta. Porém, ao colocar as situações dos dois belos e montanhosos sítios lado a lado, a violência surge sem disfarces, em sua totalidade. Creio que o reconhecimento da natureza violenta dos processos históricos que produzem o espaço brasileiro é um aspecto fundamental de uma recusa ao que Sodré chamou de “Ideologia do Colonialismo” ou à tentativa do que contemporaneamente estamos chamando de Decolonização.

Figura 44: Morador de Canudos. “Casa”, fotografia de Flávio de Barros



Fonte: Acervo Museu da República

5.2 OS FINS DO MUNDO NOS FINS DO MUNDO

Escrever esse trabalho foi possível a partir da compreensão de que não necessariamente é possível completar as ausências. O possível, talvez, seja penas trazer esses vazios à tona. Apontar as frestas. Iluminar os vazios. A escala do corpo, na casa, a escala da comunidade, no bairro, a escala da cidade, todas foram soterradas na história nacional pela tempestade do Progresso, para criar, sob medida, a Identidade de uma nação, cuja forma se idealizava a partir de um ideal exterior, e não do seu Real, da materialidade de seu povo ou da conformação de seus próprios espaços.

O que foi possível foi contar sobre as cafuas, sobre os fantasmas, sobre a doença, sobre a fragilidade do passado, sobre como é possível, em meio ao silêncio, ao desalento, a fragilidade material, desaparecer completamente. Recentemente ouvimos diversas vezes que a História cobraria atos absurdos e criminosos contra nosso povo. Mas quem cobra a História?

A escrita desse trabalho incorreu em estar diante do assombro das faltas que um conjunto imenso de documentos, imagens, materiais, pode produzir. A

coleção cuidadosamente produzida pelo zelo técnico da CCNC, e posteriormente das instituições de guarda da história da capital mineira e do estado produz uma belíssima imagem do monumento, enquanto me coube aqui a tentativa de olhar os escombros produzidos por ela. Diante da impossibilidade de colar os fragmentos, se unir às ruínas, não ver a história como uma seta, mas como um conjunto composto de sua glória e de seu desastre, e por fim se deter sobre as ruínas, elaborar as ruínas, habitar as ruínas, encontrar nas ruínas os espaços que faltam no monumento e que precisam enfrentar o monumento, desmontar o monumento para compor com suas partes um habitat para todos, e não só para alguns poucos escolhidos.

6 REFERÊNCIAS

ABI-RAMIA, J. A guerra de Canudos. Multirio [blog]. 31 out. 2016. Disponível em <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/artigos/11514-a-guerra-de-canudos>. Acesso em 16 nov. 2022.

ABREU, C. **Capítulos de História Colonial: 1853-1924**. Brasília: Senado Federal, 1998. (Biblioteca básica brasileira) Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1022>. Acesso em: 16 nov. 2022.

ACCNC – Acervo da Comissão Construtora da Nova Capital. **Sistema de Pesquisa ao Acervo da CNCC**, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ANTONIO FILHO F. D. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15 n. 1, jan./dez. 2011.

APM – Arquivo Público Mineiro. **Sistema integrado de acesso do APM**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2022.

AZEVEDO, A. N. A cura pela técnica: Clube de Engenharia e a questão urbana na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX ao XX. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, p. 273-292, 2013.

_____. A dimensão da ideia de civilização no contexto da reforma urbana de Pereira Passos. **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 383-400, ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/68866>. Acesso em: 16 nov. 2022.

_____. Sob o lume da civilização: um estudo da ideia de progresso no Brasil das últimas décadas do período monárquico. **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 1-23, 2014.

BAÊTA, Rodrigo Espinha. **A Cidade Barroca na Europa e na América Ibérica**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio-ago. 2013.

BARBOSA, W. A. **A verdade sobre a história de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: FIMAC, 1985.

BARRETO, A. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva (história antiga e história média). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 2 v.

_____. **Resumo Histórico de Belo Horizonte**. (1701-1947). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

BARRETO, P. T. Casas de câmara e cadeia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 9-195, 1947.

BARROSO, G. “A origem da palavra ‘Sertão’”. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, v.52, jun. 1947.

BARTOLOMEU, A. K. C. Pioneiros da fotografia em Belo Horizonte: o gabinete fotográfico da Comissão Construtora Da Nova Capital (1894-1897). **Varia Historia**, [S.l.], v. 19 n. 30, p. 37-66, jul. 2003.

BBM Digital. **Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin**, São Paulo, 2022. Disponível em <https://www.bbm.usp.br/pt-br/>. Acesso em 16 nov. 2022. Acesso em: 16 nov. 2022.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: UFMG, 2018. 3 v.

_____. Sobre o conceito da história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222-232. (Obras Escolhidas, 1)

BLUTEAU, R. **Diccionario Língua Pôrtugueza**. Lisboa: Officina De Simão Thaddeo Ferreira. 1989.

BNB Digital. **Biblioteca Nacional Brasil**, [Rio de Janeiro], 2022. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em 16 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição (1890)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 4.017, de 11 de maio de 1901**. Approva o regulamento da Escola de Minas. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-4017-11-maio-1901-521487-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 16 nov. 2022.

_____. **Lei Imperial n. 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm. Acesso em 16 nov. 2022.

_____. **Lei Imperial n. 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/385454>. Acesso em 16 nov. 2022.

BRASILIANA FOTOGRAFICA. **Brasiliana Fotográfica Digital**. [Rio de Janeiro], 2002. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2022.

BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. São Paulo: José Olympio, 1936.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BUENO, B. P. S. Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2012.

CAMARATE, A. Por montes e vales. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 36, p. 23-198. 1985.

CAMPOS, M. C. **O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói (1835-1890)**. 2002. 303 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

CANABRAVA, A. P. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. **Revista de História**. Curitiba, v. 43, n. 88, p. 417-424, 1971.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la “invención del otro. In: LANDER, Edgardo. (Comp). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 41-54.

CCNC – Comissão Constructora da Nova Capital. **Revista Geral dos Trabalhos**. Publicação periodica, descritiva e estatística, feita, com autorização do governo do

estado, sob direção do engenheiro chefe Aarão Reis. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C, 1985. 2 v.

CHAGAS, C. **Nova tripanozomíase humana: estudos sobre a morfologia e o ciclo evolutivo do *Schizotrypanum cruzi* n. gen., n. sp., agente etiológico de nova entidade morbida do homem.** Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, ago. 1909

CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe:** postcolonial thought and historical difference. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2000. (Princeton studies in culture/power/history).

CHAMON, C. S. e GOODWIN JR., J. W. “A incorporação do proletariado à sociedade moderna”: a Escola de Aprendiz Artífices de Minas Gerais (1910-1941). **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p.319-340, jan./jun. 2012.

CHAVES, E. R. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico: elementos norteadores gerais. **Décimo Nono Seminário de Diamantina**, 19, Diamantina, Cedeplar UFMG, 2022. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2012/criacao_de_vilas_em_minas_gerais.pdf. Acesso em 16 nov. 2022.

CONDORCET, A. **Escravidão dos Negros.** Reflexões. Rio de Janeiro: Typographia de Serafim José Alves, 1881.

CORTÉS, A. Aníbal Quijano: marginalidad y urbanización dependiente en América Latina. **Polis**, Santiago de Chile, v. 16, n. 46, p. 221-238, 2017.

COSTA, E. B.; SUZUKI, J. C. A ideologia espacial constitutiva do Estado nacional brasileiro. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 16, n. 418, p.1-6, nov. 2012. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-6.htm#_ednref81. Acesso em: 17 mar. 2018.

COSTA, S. As vilas mineiras setecentistas. **Urbana:** Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, [S.l.]: v. 10, n. 1, p. 160-184, 2018.

COUTINHO, M.; DIAS, J. C. P. A descoberta da doença de chagas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, v. 16, n. 2, p. 11-51, maio/ago. 1999.

DA MATA, S. **Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII_XIX.** Berlin, Wissenschaftlicher Verlag, 2002.

DAVIS, M. **Late Victorian Holocausts El Niño Famines and the making of third world**. Verso Books, Londres, 2001.

DE PAULA, M. H.; ALMEIDA, M. A. R. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias. terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. **Revista (Con)Textos Linguísticos**. [Vitória, ES], v. 10, n. 17, 2016.

DE SOUZA, W. A. A administração local no Brasil imperial: notas preliminares sobre as municipalidades nos debates parlamentares. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica Pernambuco**, Recife, v. 34, n. 1, p. , 2016.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Boletim Geográfico**, v. 2, n. 14/15, p. 141-148/p. 299-308, maio/ jun. 1944.

DERNTL, Maria Fernanda. **Método e Arte: Urbanização e formação territorial da capitania de São Paulo, 1756-1811**. São Paulo: Alameda, 2013.

DGE – Directoria Geral de Estatística. **Sexo, raça e estado civil, nacionalidade, filiação culto e analfabetismo** da população recenseada em 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. (v. 1890). Disponível em: <https://archive.org/details/censo1890demogr>. Acesso em 16 nov. 2022.

DIAS, F. M. **Traços históricos e descritivos de Bello Horizonte**. Belo Horizonte: Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro, Secretaria de Estado da Cultura, 1985 (edição facsimilar da obra de 1897).

DUQUE, Gonzaga. **Graves e frívolos: por assuntos de arte**. [S.l.]: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. *In*: LANDER, Edgardo. (Comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 41-54.

DUARTE, R. H. **A imagem rebelde: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo**. Campinas: Pontes, 1991.

EHLERT, J. M. Terras e sertões no pensamento brasileiro: uma sociologia política na periferia. **Perspectivas**, São Paulo, v. 31, p. 49-63, jan./jun. 2007.

ENTREVISTA Quilombo dos Luízes. Cedefes, 6 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/entrevista-quilombo-dos-luizes/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

FANON, Frantz, **Os condenados da terra**. 2ª ed. Pref. Jean-Paul Sartre. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.p.

_____.; Silveira, Renato da. **Pele negra, máscaras brancas**. SciELO - EDUFBA. 2008. Edição do Kindle.

FARRÉS DELGADO, Y.; MATARÁN RUIZ, A. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. **Polis**, Santiago de Chile, v. 13, n. 37, p. 339–361, 2014.

FERNÁNDEZ, Roberto. **El laboratorio americano**: arquitectura, geocultura y regionalismo. Madrid: Biblioteca Nuova, 1998.

FONSECA, C. D. **Arraiais e vilas d’el rei**: espaço e poder nas Minas setecentistas. [S.l.]: UFMG, 2011. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/d55c7>. Acesso em: 27 maio 2022.

FÓSCOLO, Avelino. **A capital**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979. (Coleção Mineiriana II).

FOTOS ANTIGAS de Belo Horizonte. (Página do Facebook), [em linha]. 2002. Disponível em: <https://www.facebook.com/FotosAntigasDeBeloHorizonte>. Acesso em: 16 nov. 2022.

GALVÃO, W. N. **O império do Belo Monte**: vida e morte de Canudos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. (História do povo brasileiro).

GOOGLE. Street View. **340 R. Avelino Fóscolo - Me. Gertrudes**. Belo Horizonte, abr. 2019. Disponível em <https://goo.gl/maps/YqoeUXQTDLKUE6n97>. Acesso em 16 nov. 2022.

GOUTHIER, J. Padre lançou o primeiro jornal. **O Tempo**, Belo Horizonte, 5 set. 2009. (Cidade e Memória). Disponível em: <https://www.otempo.com.br/opiniao/juliana-gouthier/padre-lancou-o-primeiro-jornal-1.219522>. Acesso em: 16 nov. 2022.

GUIMARÃES, E. S. Economia autônoma de escravos nas grandes fazendas cafeeiras do Sudeste do Brasil (Zona da Mata Mineira - Século XIX). **América Latina em la História Econômica**, México, n. 32, p. 165-195, jul./dic. 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-22532009000200008&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 27 fev. 2021.

GUIMARÃES, J. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27, 1988.

HASBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2016.

HERNÁNDEZ, T. K. **Subordinação racial no Brasil e na América Latina**: o papel do Estado, o direito costumeiro e a nova resposta dos Direitos Civis. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/jr9nm>. Acesso em: 16 nov. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Biblioteca do IBGE**, 2021. Biblioteca virtual na qual é possível realizar buscas no catálogo *on-line*, bem como fazer *download* de parte do acervo. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

_____. **Portal do Índice Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2022.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Histórico**. Disponível em <https://www.ihgb.org.br/ihgb/historico.html>. Acesso em 16 nov. 2022.

KOWARICK, L. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

LAMOUNIER, M. L. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. **Estudos Econômico**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 353-372, June 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612007000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 fev. 2021.

LANDER, E.; CASTRO-GÓMEZ, S. (Comp.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LEAL, A. C. F. **Escola de Aprendizes Artífices**. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Ministro da Agricultura Indústria e Comércio, Dr. Pedro de Toledo, pelo diretor da Escola. Belo Horizonte: Typographia Commercial, 1911.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

_____. **Lógica Formal Lógica Dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Civilização Brasileira. 1991

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: **La production de l'espace**. 4. éd. Paris: Anthropos, 2000). Primeira versão: início. fev. 2006.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 5, n. 2, p. 313-332, 2000.

LIMA, N. T. **Um sertão chamado Brasil**. São Paulo: Hucitec, São Paulo, 2013.

LUDMER, J. **Aqui América Latina**. Uma Especulação. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

MALAQUIAS, C. O. Da escravidão à autonomia produtiva: trabalho e família nos domicílios de forros em Minas Gerais – Freguesia de S. José Do Rio Das Mortes, 1795-1831. **Anais do Sexto Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 6, Florianópolis, UFSC, 2013.

MALARD, L. **Hoje tem espetáculo**: Avelino Fóscolo e seu romance. Belo Horizonte: PROED/UFMG, 1987.

MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 79-95, abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100075. Acesso em: 17 mar. 2018.

MALEVAL, I. T. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como receptáculo do presente (1838-1850). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 627-650, set./dez. 2019

MARCELLO, F. A. O conceito de dispositivo em Foucault: Mídia e produção agonística de sujeitos-maternos, **Educação e Realidade**, v. 29, n. 1, p. 199-213, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25426/14752>. Acesso em: 20 mar de 2018.

MARTINEZ-VELA, C. A. World System Theory. **ESD.83**, Fall, 2001.

MARX, K.; ENGELS F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo, Boitempo, 2007.

MARX, K. **O capital**. Lisboa: Avante, 1990. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/index.htm>. Acesso em: 28 fev. 2021.

_____. **Teses sobre Feuerbach**. Lisboa: Avante, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 28 fev. 2021.

MARX, M. **Nosso chão**: do sagrado ao profano 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 5-10, 2008.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *In*: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas. CLACSO: Buenos Aires, 2005.

_____. **The darker side of Western Modernity**: global futures, decolonial options. Durhan e Londres: Duke University Press, p. 453, 2011.

_____. Desafios decoloniais hoje. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, p. 12-27, 2017.

_____. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de Identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.

_____. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007. (Biblioteca Iberoamericana de Pensamiento)

_____. **The politics of decolonial investigations**. Durham: Duke University Press, 2021. (On Decoloniality).

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Constituição (1981)**. Constituição política do Estado de Minas Gerais, de 15 de junho de 1891. Disponível em <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/CON/1891/1891/>

_____. **Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894**. Regula o disposto no art. 2 da lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893, adicional à Constituição do Estado. Disponível em <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/680/1894/>. Acesso em 28 ago. 2022.

_____. **Decreto n. 827, de 7 de junho de 1895**. Estabelece modificações no regulamento que baixou o Decreto n. 680, de 14 de fevereiro de 1894, para execução de obras de construção da Nova Capital do Estado. Disponível em <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/DEC/827/1895/>. Acesso em 28 ago. 2022.

_____. **Lei n. 1, de 28 de outubro de 1891**. Determina os pontos que devem ser estudados para a construção da Nova Capital. Disponível em <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEA/1/1891/>. Acesso em 28 ago. 2022.

_____. **Lei n. 3, de 17 de dezembro de 1893**. Fixa o lugar em que deve ser construída a capital do Estado e dá outras providências. Disponível em <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEA/3/1893/>. Acesso em 28 ago. 2022.

MONTE-MÓR R. L. M. Gênese e estrutura da cidade mineradora. **Textos para Discussão**, Belo Horizonte, n. 164, 2001.

MORAES, A. C. R. **Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Revista Território**, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 1-8, jun. 1999.

_____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2011.

O'GORMAN, E. **La invención de América**: investigación acerca de la estructura histórica del nuevo mundo y del sentido de su devenir. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2012. *Ebook*.

OLIVEIRA, M. P.; FERNANDES, N. N. (Orgs.). **150 anos de subúrbio carioca**. Rio de Janeiro: Lamparina: FAPERJ: EdUFF, 2010.

OLIVEIRA, S. S. R. As “Favelas”, uma Invenção Cultural e Política. Uma Análise Comparada da Representação da Pobreza Urbana No Rio De Janeiro e Em Belo Horizonte (1897-1920). **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1. 2020.

PÁDUA, P. G.; GONÇALVES, I. A. O conceito de progresso em Minas Gerais (1891-1930). **Anais do Décimo Terceiro Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, 13, São Paulo, USP, 2012.

PAUL III, Papa. **Sublimus Dei**: on the enslavement and evangelization of indians. May 29, 1537. Disponível em: <https://www.papalencyclicals.net/paul03/p3subli.htm>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte. Secretaria Municipal de Cultura. Arquivo Público de Belo Horizonte. Evolução da estrutura administrativa da prefeitura de Belo Horizonte (1894-2000), 2002, em linha. Disponível em <http://www.pbh.gov.br/evolucaodaestrutura/cc-01.htm>. Acesso em 28 ago. 2022.

PEREIRA, J. A. Os herdeiros da “Fazenda Bom Sucesso” e a população negra na história de Belo Horizonte (MG). **História, histórias**: da escravidão ao pós-abolição no Brasil: novas pesquisas, questões e debates – Dossiê, v. 4, n. 8, jul./dez.2016.

PENNA, O. **Notas cronológicas de Belo Horizonte (1711-1930)** . Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.

PIZA, E.; ROSEMBERG, F. Cor nos censos brasileiros. **Revista USP**, v. 40, p. 122-137, 1999.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, jul. 2005.

Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-118.

_____. La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina. **Espaces et Sociétés**, Paris, n. 3, jul. 1971.

RABASA, J. **De la invención de América**. Norman, Oklahoma: University of Oklahoma Press, 2009.

Recenseamento do Brazil em 1872. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, [1874?].

REIS, A. **Comissão d'estudos das localidades para a nova Capital, Relatório**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

RIBEIRO, F. V. A. Os direitos de propriedade da terra urbana na américa portuguesa: o caso do município de São Paulo colonial. **Historia**, Franca, v. 36, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742017000100501&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 27 feb. 2021.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Ch'ixinakax Utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Retazos: Tinta Limón, 2010.

RODRIGUES, L. M. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. [S.l.]: Centro Edelstein, 2009.

ROJAS, C. A. A. **La historiografía en el siglo XX**: historia e historiadores entre 1848 y ¿2025? Espanha: Montesinos, 2014. *Ebook*.

ROMERO, J. L. **América Latina, as Cidades e as Ideias**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

SANCHES, A. T. **A questão de terras no início da República**: o Registro Torrens e sua (in)aplicação. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Teoria Geral do Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-03072009-161245/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SANTOS, F. M. **A formação dos estados nacionais na América Latina**, [S.l.]: Associação Nacional dos Professores e Pesquisadores de História das Américas, [s.d.]. Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/formacao-estados-apresentacao>. Acesso em: 17 mar. 2018.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, O. M. **A luta desarmada dos subalternos**. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/dty2b>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 32, p. 89- 109, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.

SENADO FEDERAL. **Biblioteca**. Portal Institucional do Senado Federal, Brasília, 2022. <https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SILVA, L. M. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade**: cenário Belo Horizonte, 2018. 241f. Dissertação (mestrado) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, L. M. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 1996.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SODRÉ, M. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2002. (Bahia: Prosa e Poesia).

SODRÉ, N. W. **Formação Histórica do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

_____. **A Ideologia do colonialismo**: seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio De Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiro, 1961.

SOJA, E. W. **Thirdspace**: journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places. Oxford: Blackwell, 1996.

SOUZA, V. S. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl., p. 93-110, dez. 2016.

SOUZA, W. A. A Administração Local no Brasil Imperial. Notas preliminares sobre as municipalidades nos debates parlamentares. *In*: **CLIO**. Revista de Pesquisa Histórica Pernambuco, Recife, 2016.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?** 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

STARLING, H. M. M. Fantasmas da cidade moderna. **Márgenes**, Belo Horizonte, n. 1, p. 66-75 jun. 2002.

TERYSOS do Brasil, J. A. **Mapas Histórico Digital de Belo Horizonte**, [Belo Horizonte], 2015. *Site* sobre o processo histórico-espacial de construção da cidade de Belo Horizonte, partindo da análise dos principais elementos da sua estrutura urbanística e territorial. Disponível em: <https://mapahistoricobh.wixsite.com/historicobh>. Acesso em: 21 fev. 2021.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

VALLADARES, L. P. A invenção da Favela: do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

VARNHAGEN, F. A. **Historia Geral do Brazil**: antes de sua separação e independência de Portugal, pelo Visconde de Porto Seguro, natural de Sorocaba.

VIVAS, R.; MIRANDA, G. Emílio Rouède: das marinhas à cidade moderna. **19&20**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, jan./jun. 2018.

VON MARTIUS, C. F. P. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista Trimensal de História e Geographia**, Rio de Janeiro, v. 6. n. 24, p.382-403, abr. 1845.

WAISMAN, M. **O interior da história**: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WALLERSTEIN, I. **Centrist Liberalism Triumphant: 1789-1914**. Berkeley: University of California Press, 2011. (The Modern World-System, 4).

_____. **The Essential Wallerstein**. New York: The New Press, 2000.

_____. Frantz Fanon: Reason and Violence. **Berkeley Journal of Sociology**, Berkeley, v. 15, n. 1970, p. 222-231.

_____. Reading Fanon in the 21st century. **New Left Review**, London, n. 57, p. 117-126, May-June. 2009.

WEINSTEIN, B. **The color of modernity**: São Paulo and the making of race and nation in Brazil. Durham; London: Duke University Press, 2015. (Radical Perspectives: A Radical History Review).

7 APÊNDICE

Figura 45: Eventos Históricos Contemporâneos aos da Tese

